LUCAS CHARAFEDDINE BULAMAH

História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em Psicologia
Área de concentração: Psicologia Clínica
Orientador: Prof. Dr. Daniel Kupermann

São Paulo

2014

LUCAS CHARAFEDDINE BULAMAH

História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico

(Versão original)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição _____ Assinatura: _____

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Bulamah, Lucas Charafeddine.

História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico / Lucas Charafeddine Bulamah; orientador Daniel Kupermann. -- São Paulo, 2014.

165 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Homossexualidade 2. Homofobia 3. História da Psicanálise 4. Formação do psicanalista I. Título.

HQ76

A Jorge, Laila, Rodrigo e Gustavo, as quatro partes da minha vida

AGRADECIMENTOS

A travessia desse percurso não teria tido o mínimo da alegria e perseverança se não fosse a força e inspiração vinda de muitas pessoas.

Agradeço aos presentes que a graduação em Ribeirão Preto me deu, Daniel Goulart, Alexandre Moisés, Leandro Rosa, André Moreno, Tiago Mortatti, Felipe Kaê, Wadson Alonso, Rodrigo Biondo, Marcella Cassiano, Renata Conde, Élide Valdanha e Carolina Carvalho. Especialmente a Juliana Issa Hori, pela paciência e amor nos momentos mais difíceis desse percurso.

A Manoel Antônio dos Santos, Valéria Barbieri e Reinaldo Furlan, figuras de enorme inspiração e gratidão que me acompanham todos os dias. A Thamy Ayouch, Simone Perelson, Carmen Lucia Valladares, Adriana Marcondes, Patricia Porchat, Miriam Rosa, Christian Dunker, Omar Ribeiro Thomaz, Tales Ab’Saber e principalmente Maria Livia Moretto e Thamy Ayouch, pessoas queridas que admiro mais a cada encontro. Também a Eduardo Leal Cunha e Ernani Chaves, pela grande festa que é a existência e presença de vocês.

Ao Daniel Vitorello, Livia Santiago, Priscila Pereira, Tatiana Cano, Maria Nadeje, Renato Rochweger, Claudio Kazuo e Denise Goldfajn, companheiros queridos e interlocutores fundamentais nessa trajetória. Aos amigos queridos Pedro Ambra, Rafael Cossi, Wilson Franco, Tauane Gehm, Laura Merli, Vivi Venosa, Marina Fibe, João Domiciano, Anna Turriani, Roberto Propheta, Maira Barbosa, Lilian Andrade e Luiz Bruder, por tudo que vocês fizeram e continuam fazendo por mim. E principalmente à minha maior ponte Ribeirão Preto – São Paulo, Rafael Alves Lima e Karina Brancher. Sem vocês dois eu não estaria aqui.

Ao pessoal do CIERCO: Vitor Souza, Pedro Felício e Rodolfo Oliveira, e também Tereza Ruiz e Thiago Abrantes, meus maiores apoios nessa cidade. E por falar em apoio, obrigado a Marianna Schontag. Apoio, *holding*, continência, função alfa, *rêverie*, enfim, por essas coisas todas que no fim do dia fazem a gente dormir e sonhar.

Aos bibliotecários do IPUSP, em especial a Wanderley Correia de Moraes e sua indefectível prontidão no manejo de fotocópias. Ao precioso corredor RC504, que tantas pérolas guarda, esperando para serem desveladas. Às bibliotecárias também da SBPSP, por sua gentileza e paciência com a avidez e desorganização de seu esporádico visitante.

Ao pessoal da Secretaria de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do IPUSP, Claudia Rocha, Cicera de Andrade, Moisés Soares e Ana Maria Garcia, obrigado pela paciência e pelo carinho com que sempre me trataram. Espero que nosso cotidiano seja sempre assim, de muitas risadas temperando o trabalho mútuo. Ou melhor, o trabalho que dou a vocês.

A Ralph Roughton, Jack Pula, Paul Lynch, Mary Lynne Ellis e Jack Drescher, pela gentileza e disponibilidade na oferta de arquivos e pela vontade de inscrição de uma história ainda não escrita.

À CNPq, pelo investimento do dinheiro de muitos, cujo estímulo espero fazer justiça constantemente.

E minha maior gratidão. Ao orientador, amigo, camarada e grande companheiro de percurso e formação: Daniel Kupermann.

E a todos que de uma maneira ou de outra se reconhecem nas linhas a seguir, obrigado pela coragem e pelo amor que faz o mundo girar.

RESUMO

BULAMAH, L. C. (2014). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente trabalho tem como objetivo investigar a existência e atuação de uma regra não escrita de proscrição de candidatos homossexuais masculinos à formação psicanalítica oferecida pelas sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA) nos países em que está presente. Realizou-se uma pesquisa histórica através de códigos de procedimento, artigos, revistas e depoimentos que sinalizassem para uma injunção à rejeição destes candidatos e expusessem as justificativas que a fundamentam. Descobriu-se a existência de uma prática histórica de proscrição baseada num discurso psicanalítico sobre a homossexualidade masculina que desde Freud até os psicanalistas contemporâneos mostrou-se progressivamente patologizante. Por fim, o modelo de institucionalização da psicanálise e padronização da formação psicanalítica foi investigado, mostrando-se determinante tanto aos expedientes discursivos sobre a homossexualidade quanto à exclusão de homossexuais da possibilidade de formarem-se psicanalistas.

Palavras-chave: Homossexualidade; Homofobia; História da Psicanálise; Formação Psicanalítica

ABSTRACT

BULAMAH, L. C. (2014). *History of an unwritten rule: the proscription of male homosexuality in the psychoanalytic movement*. Master's dissertation, University of Sao Paulo, Sao Paulo.

This work aims to investigate the existence and practice of a non-written rule of proscription of male homosexual candidates to the psychoanalytic training offered by societies affiliated to the International Psychoanalytic Association (IPA) in the countries it is present. A historical research was performed through procedural codes, articles, journals and testimonies that signaled to an injunction to reject these candidates and which also exposed the reasons behind it. The existence of a historical practice of proscription was discovered, based on a psychoanalytic discourse about male homosexuality that since Freud until the contemporary psychoanalysts became progressively pathologizing. Finally, the model of the institutionalization was investigated, being regarded as determining both the pathologizing discourses about male homosexuality and the exclusion of homosexuals from psychoanalytic training.

Keywords: Homosexuality; Homophobia; History of Psychoanalysis; Psychoanalytic Training

Sumário

1. Introdução	10
2. Uma regra não escrita?	26
2.1. Consolidando uma identidade política	27
2.2. A escolha homossexual de Richard Isay	32
2.3. A luta por reformas	39
2.3. A situação da homossexualidade no mundo psicanalítico	43
2.4. Barcelona, 1997.....	48
2.5. Repercussões na IPA.....	57
3. A homossexualidade masculina no discurso psicanalítico	65
3.1. “Um sério descrédito”	65
3.2. A ciência da homossexualidade	68
3.3. <i>The gay rights Freud</i>	73
3.4. Psicanálise e homossexualidade em Freud.....	76
3.5. A demonização do homossexual na psicanálise pós-freudiana.....	91
4. A homossexualidade e o movimento psicanalítico.....	104
4.1. Homossexuais no berço da psicanálise	104
4.2. Do culto à rejeição.....	113
4.3. Mudanças radicais no imaginário ocidental sobre a homossexualidade	117
4.4. A americanização da psicanálise.....	123
5. Conclusão	149
6. Referências bibliográficas	157

1. Introdução

Em um artigo célebre de meados do século passado, tendo observado havia quase três décadas o desenvolvimento do movimento psicanalítico, o psicanalista húngaro Michael Balint (1948) notava que as resistências erguidas pela humanidade contra as descobertas freudianas gradualmente deram lugar a um reconhecimento de sua utilidade e sabedoria. Recorria-se aos psicanalistas, então, para informação e aconselhamento, na medida em que começavam a ser considerados como “guias para a humanidade” (p. 163). Com efeito, acrescenta Balint que

Talvez a mais relevante, mesmo não sendo a única função de nossa atividade de aconselhamento e ensino, é a formação de futuros analistas. Como nós levaremos a cabo tal tarefa, que resultados conseguiremos neste campo, influenciará profundamente não só o futuro de nossa profissão e ciência, mas também o destino da humanidade. (p. 163)

No mesmo período em que escreve Balint, a grande maioria dos psicanalistas mantinha e expunha visões degradantes sobre a homossexualidade masculina, a preferência de alguns homens em satisfazerem-se sexualmente com outros homens, sendo ainda neste quesito procurados como portadores de informação e aconselhamento. Afora o jargão técnico e o programa conceitual, em essência o discurso dos psicanalistas não diferia daqueles então enunciados pela imprensa, pelos políticos, pelos religiosos e pelos médicos. Ou seja, pelos porta-vozes oficiais das instituições que demarcavam na sociedade seus espaços de inclusão e exclusão, os limites entre o que era da ordem do normal e do anormal. O prestígio do qual gozava a psicanálise em boa parte do ocidente no século passado fazia com que as opiniões arvoradas por seus representantes tivessem a força da ciência na estruturação do nosso imaginário, e muitos veículos tradicionais dos parâmetros morais da sociedade faziam uso inclusive de termos e conceitos psicanalíticos quando se pronunciavam sobre a homossexualidade.

Nada mais diferente do que a realidade que Freud encontrou à sua frente, na qual a ciência oficial havia de saída instaurado um veto contra sua criação que, conforme ele mesmo expressava, tinha como destino inevitável provocar oposição e despertar rancor (Freud, 1914/2013). Era um desejo de Freud que a psicanálise se difundisse pelo mundo, porém, ao mesmo tempo, desejava também uma difícil solução que mantivesse preservada

a força transgressora de sua criação, progressivamente institucionalizada. Desde seu início, portanto, como ressalta Kupermann (1995; 1996), há uma *tensão irreduzível* entre o que a psicanálise se propõe enquanto saber e processo terapêutico e as formas institucionalizadas com as quais se difundirá pela cultura. A história dessa tensão e da maneira com que foi resolvida historicamente revela que entre a disciplina incômoda dos primeiros tempos e a instância socialmente aprovada à qual Balint se refere há um processo de concessões que culminou em um saber e uma prática “respeitável e normal” (Gitelson, 1954, p. 179), em suas formas majoritárias a serviço da manutenção das instituições e poderes dominantes, o que se reflete diretamente nos expedientes psicanalíticos a respeito da homossexualidade masculina.

No centro deste programa de alinhamento ao poder e ao *status quo* dominante desenvolvido durante a expansão e massificação do movimento psicanalítico está a transmissão da psicanálise, feita de maneira particular em suas instituições através da formação psicanalítica. Neste processo, fundamental tanto para o desenvolvimento interno da instituição psicanalítica quanto para o “destino da humanidade”, como apontou Balint, cioso do lugar que ocupava sua prática e saber nos cânones da cultura, podem ser situados os principais determinantes das formas ulteriores da psicanálise, as quais lembrariam tão pouco a marginalidade de seus primórdios. Para regulamentar a formação psicanalítica, instaurando as fronteiras entre o que é e o que não é da ordem da verdadeira psicanálise, foi criada a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), que viria a congregar e regular as sociedades psicanalíticas já existentes então e as que seriam inauguradas em distintos países do ocidente. Até então, em um clima de *laissez-faire*, ainda recrutando seus primeiros partidários, a psicanálise era praticada por médicos e intelectuais dispostos a estudar e compreender as propostas freudianas e, quando necessário, passarem eles próprios por análises pessoais para experimentarem em si a agência do inconsciente. Progressivamente, cumprindo o propósito manifesto de preservar a psicanálise dos crescentes abusos de popularidade, mantendo sua qualidade, emergiu a necessidade de uma *seleção* dos candidatos à formação, oferecidas pelos institutos psicanalíticos já presentes em alguns países.

Uma questão inédita até então passou a pairar pelos agentes da seleção, mesmo que nem sempre de maneira explícita e raramente de maneira consensual: quais características compõem um candidato elegível à formação em psicanálise? Em 1921, em uma discussão interna a um grupo de psicanalistas do círculo íntimo de Freud, ponderava-se sobre a pertinência de uma característica particular: a homossexualidade.

Os holandeses perguntaram-me algum tempo atrás sobre o quão apropriado seria aceitar como membro um médico que se sabia manifestamente homossexual. Aconselhei contra, e agora ouço de Van Emden [membro-fundador da Sociedade Holandesa de Psicanálise] que o homem foi enquadrado e levado à prisão. Vocês acham que este seria um parâmetro geral e seguro para agirmos? Por outro lado, eles estavam muito receosos sobre aceitarem Varendonck [por não ser médico] e referiram sua eleição para mim; evidentemente, fui favorável a ele. (Jones, 1921, citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Na carta, escrita por Ernest Jones – que se consolidava como o maior agente de expansão da psicanálise em sua conquista de territórios –, nota-se através de dois aspectos a vontade dos pioneiros do movimento psicanalítico de definir os parâmetros da formação de futuros analistas, quais sejam, a presença de não-médicos e de homossexuais entre seus membros. Em resposta, Otto Rank, apoiado por Freud, escreve dez dias depois:

Sua indagação, caro Ernest, a respeito da prospectiva qualidade de homossexuais como membros foi por nós considerada e discordamos de você. Com efeito, não podemos excluir tais pessoas sem outras razões suficientes, assim como não podemos concordar com suas perseguições legais. Sentimos que uma decisão em tais casos deve depender de um cuidadoso exame de outras qualidades do candidato. (Rank & Freud, 1921, citados por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Tanto na questão controversa da aceitação de candidatos não-médicos quanto de candidatos homossexuais, a história observaria um desvio das posições freudianas, favoráveis em ambos os casos¹. Desvio que se daria em torno de um eixo comum, conforme já mencionado, o da progressiva assimilação e conversão da psicanálise em um saber e um poder adaptativo, medicalizante. Em termos formais, o que distingue as duas controvérsias é a visibilidade, ausente em uma e presente na outra. A questão da aceitação de não-médicos nas fileiras de formação das sociedades psicanalíticas dividia a comunidade

¹ Para uma longa justificativa da posição de Freud a respeito da formação de analistas não-médicos, ver Freud (1926/2006).

psicanalítica, e a decisão das poderosas associações norte-americanas de recusar seus ingressos fez pender a balança para a posição contrária à de Freud. Todavia, os debates eram explícitos nos congressos de psicanálise e em artigos publicados nas revistas especializadas, além de ser, ainda mais importante, divisável nas cartilhas das sociedades psicanalíticas. O mesmo não era o caso dos candidatos homossexuais. Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, no *Dicionário de psicanálise*, constataam que

Ao longo do tempo e durante mais de 50 anos, sob a crescente influência das sociedades psicanalíticas norte-americanas, submetidas por sua vez às teses da APA [American Psychiatric Association], a IPA reforçou seu arsenal repressivo. Depois de se afastar das posições freudianas para ditar as normas sobre o acesso dos homossexuais à análise didática, ela não hesitou, sempre no sentido contrário à clínica freudiana, em qualificar os homossexuais de pervertidos sexuais e em julgá-los ora inaptos para o tratamento psicanalítico, ora curáveis desde que a análise tivesse por objetivo orientá-los para a heterossexualidade. *Para não ser acusada de discriminação, a direção da IPA não editou nenhuma regra escrita sobre esse assunto, mas suas sociedades evitaram, no mundo inteiro, integrar em suas fileiras candidatos que fossem oficialmente homossexuais* [itálicos nossos]. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 353)

As acusações foram reiteradas nos textos posteriores de Roudinesco (2002; 2010), servindo de base para a argumentação de diversos outros autores. Todavia, observamos a ausência de um estudo específico sobre a questão da rejeição de candidatos homossexuais à formação em psicanálise oferecida pela IPA e suas sociedades afiliadas, e mesmo Roudinesco, via de regra, tece suas críticas às posições contemporâneas dos psicanalistas e suas instituições a respeito da homossexualidade e da luta das minorias por direitos de forma pouco sistematizada.

Com efeito, a presente investigação tem como proposta suprir esta lacuna e construir um estudo sistemático sobre a proscrição de homossexuais do movimento psicanalítico institucionalizado e os determinantes que fundamentaram tal prática. Uma breve consulta à literatura disponível nos conduziu à opção pelo termo *proscrição* ao invés de *banimento* ou mesmo *exclusão*, na medida em que este termo se refere de maneira mais próxima ao que já se podia antecipar como sendo uma prática insidiosa de impedir o ingresso e permanência de sujeitos demarcados por suas sexualidades diversas da norma, por meio de uma regra não formalizada e cercada de silêncio. A opção pela história como

método se mostrou útil em duas vias, de maneira a evitar tendências do pensamento raramente ausentes nas reflexões psicanalíticas. A primeira é a de tomar o que chamamos de “homossexualidade” e “homossexual” como fenômenos transcendentais, atravessando toda a história da humanidade conservando as características – tais como assunções sobre um desenvolvimento psicosssexual típico e atributos afetivos e comportamentais igualmente generalizáveis – que acreditamos ser específicas de uma maneira contemporânea de conceituar, pensar e, efetivamente, produzir a homossexualidade e os homossexuais (Foucault, 2009). Atentando às mudanças paradigmáticas, econômicas, sociais e institucionais entre as diferentes épocas que escandem a história do ocidente, diversos autores observavam que de maneiras igualmente diversas a relação sexual entre dois homens apresentava-se ao pensamento. Tanto daqueles que não se incluíam numa especificação tipológica particularizada da (homo-)sexualidade quanto por aqueles que extraíam do imaginário as categorias que impeliam a uma conceituação de si e de suas experiências (Eribon, 2008). A segunda refere-se à utilidade da história nas reflexões sobre o devir do movimento psicanalítico, de modo a evitar naturalizações e mistificações que tanto caracterizavam seus porta-vozes oficiais. Como aponta Mezan (1985), se o inconsciente é postulado como estando fora do tempo e da história, o mesmo não pode ser dito das formas socialmente organizadas de transmissão e exercício do saber sobre o inconsciente e da prática psicanalítica, que aqui serão abordadas de maneira crítica.

Três pontos justificam nossa opção por uma investigação acerca da homossexualidade masculina e a história de suas relações com a psicanálise organizada. Em primeiro lugar, devido ao volumoso arquivo da homossexualidade em psicanálise e outras ciências próximas, é uma opção pela economia e pela possibilidade de realização de um estudo minimamente representativo. Em segundo lugar, a psicanálise até muito recentemente era assunto majoritariamente masculino, quer dizer, os interessados pela formação psicanalítica eram em sua maioria homens. Sendo homens a maior parte do corpo de afiliados das associações, portanto, é coerente que a maior representatividade desta esfera de contestações seja feita por membros gays, e não lésbicas. Em terceiro lugar, é fato também que os psicanalistas – e outros cientistas – estiveram muito mais, durante os anos que se seguiram depois da criação do termo e inclusão do mesmo na agenda da curiosidade científica, interessados em estudar a homossexualidade masculina. Some-se a isso o fato de

que, em nossas sociedades, a fluidez dos indicadores de gênero e orientação sexual seja mais facilmente tolerada em mulheres do que em homens.

Finalmente, restringiremos a investigação à corrente de “inspiração legitimista” – nome dado por Roudinesco (1995, p. 70) – do movimento psicanalítico, a IPA. Ficarão de fora as diversas correntes do freudismo que também ocuparam um lugar de destaque na história, principalmente o lacanismo, apesar de a figura fundante desta corrente, Jacques Lacan, contrariamente às associações ipeanas, ter abertamente admitido homossexuais em suas fileiras (Roudinesco, 1995)². A dominância da IPA como principal organizadora e transmissora da psicanálise no ocidente até o final do século XX justifica que a investigação siga os trilhos de sua história e dos dispositivos de formação psicanalítica nela consolidados. Conforme veremos, sua importância como representante oficial da psicanálise, cuja genealogia reivindicava uma herança direta com Freud, avaliza as lutas travadas a partir da década de 80 pelo reconhecimento de psicanalistas homossexuais entre seus membros, além, é claro, da luta pela edição de uma regra de não discriminação de homossexuais, dada a importância que ganhou a burocracia na instituição.

Nossa hipótese central é a de que a institucionalização e o modelo de transmissão da psicanálise contribuiu fundamentalmente para a proscrição de candidatos homossexuais na IPA, num movimento mais amplo, conforme expusemos acima, de progressiva assimilação acrítica da instituição psicanalítica aos cânones dominantes da cultura ocidental. A fatia mais larga da teoria psicanalítica da homossexualidade, principalmente a formulada pelos pós-freudianos, seria parte fundamental desse mesmo processo, razão pela qual dedicaremos um momento da dissertação para refletirmos sobre discursos psicanalíticos acerca da homossexualidade masculina. A tentativa será, cabe assinalar, principalmente a de enxergar na teoria uma discursividade que se apoia num movimento mais amplo, que certamente se situa além das barreiras da psicanálise institucionalizada, mas que com ela se articula intimamente. Qual é a teoria psicanalítica da homossexualidade masculina, perguntaram alguns autores (Costa, 1992, 1995; Friedman & Downey, 1998; Lewes, 1988; Maya, 2008; Stoller, 1998), recebendo como respostas majoritárias elucubrações

² Cabe destacar que os destinos que o lacanismo teve principalmente na França do fim do século XX não esteve tão aquém do ímpeto normalizador e moralista que foi atribuído à corrente legitimista.

imprecisas, mistificadoras e prescritivas que, contra-intuitivamente, obtiveram grande aceitação entre os psicanalistas, além de efeitos devastadores para muitos sujeitos. Um desses autores, o norte-americano Kenneth Lewes (1988), afirma que a teoria psicanalítica da homossexualidade é o resultado histórico da “confluência desta aproximação a acidentes históricos, *juízos sociais e morais não examinados e os caprichos da história da psicanálise e do discurso psicanalítico em vários pontos de sua evolução* [itálicos nossos]” (p. 230). Nossas interrogações centrar-se-ão em alguns destes elementos, precisamente sob a forma de um questionamento institucional e político: qual a importância da manutenção dessa discursividade e práticas de exclusão para a psicanálise como instituição que visou e obteve, durante seus anos de maior difusão, grande aceitação popular? Como a transmissão organizada da psicanálise terminou por fomentar, durante tanto tempo, a homofobia? Não é por acaso que os questionamentos acerca da proscrição de homossexuais nas associações psicanalíticas dominantes tenham tomado corpo na última metade do século XIX, o mesmo período em que se acumulavam denúncias acerca dos efeitos nocivos *produzidos* pelas relações de poder características das instituições psicanalíticas e pelos dispositivos de formação, além da emergência de propostas de mudança e de diversas cisões. Dogmatismo, obediência, alienação, submissão, proibição da crítica e intolerância à diversidade estão entre os termos usados por aqueles que correram tinta sobre ambas as problemáticas.

Concordamos com Roudinesco (2002) quando esta afirma que a ratificação de uma política de não discriminação explícita – o que foi feito em 2002, conforme se verá a seguir – “significa que a discriminação existia” (p. 188). Porém, as entrelinhas dessa política inscrita no corpo de regras da IPA há pouco menos de dez anos contêm uma história de controvérsias e embates importantes para compreendermos o modo como as estratégias de afirmação identitária atingiram a Associação e também pistas para reflexões sobre os mecanismos de poder da psicanálise institucionalizada. Sendo assim, o primeiro capítulo representa um esforço por retraçar os ânimos e as táticas de alguns psicanalistas e movimentos organizados em “derrubar” a regra não escrita, o que foi feito, emergindo assim a possibilidade de um segundo silêncio: se antes a prática discriminatória era negada por não haver tal regra formal, agora que ela existe em sua forma antagônica, pode-se ter a impressão de que a mesma prática nunca houve. Ademais, os relatos publicados e apresentados contêm, mesmo que de maneira fragmentada, algumas bases discursivas para

a rejeição de candidatos homossexuais, muito embora a grande maioria das prescrições e proscricções a respeito dos candidatos ao treinamento psicanalítico seja algo que ocorra no âmbito privado das associações psicanalíticas, em consonância também a diferenças regionais, com pouco registro oficial e acessível. A figura do “continente negro” que Roudinesco (1995, p. 69) invoca para ilustrar a obscuridade da questão dos homossexuais na história das sociedades psicanalíticas nos parece, antes, um arquipélago negro. Outro ponto fundamental é o recente deslocamento de onde se enunciavam as críticas à psicanálise organizada e a prática da exclusão. Se antes a psicanálise era alvo de ataques da militância homossexual, via de regra fora de seu quadro de membros, o fato de homossexuais já formados psicanalistas pronunciarem-se como tais *de dentro* das fileiras das organizações é a linha de força mais considerável em uma série de reviravoltas tanto estatutárias quanto teóricas. Deste fato advirá, conforme veremos, o recurso a um outro tipo de defesa por parte de alguns psicanalistas, calcada na neutralidade e contra a atividade desqualificada como “militância”.

As interrogações que serviram como motor para a confecção do primeiro capítulo são de caráter descritivo, a começar por uma ingenuidade que nos pareceu útil: as associações psicanalíticas filiadas à IPA historicamente proscreviam a entrada de candidatos homossexuais? Daí seguimos: Quais associações o fizeram? A IPA, como eixo organizador da “verdadeira psicanálise”, pronunciava-se sobre o assunto? Como emergiram as denúncias da suposta proscricção? Que ressonâncias as mesmas tiveram no corpo central da IPA e em suas associações filiadas? Quais foram os debates e controvérsias que influenciaram a formulação de uma explícita política de não discriminação?

Para a obtenção de material, percorremos os meios públicos de divulgação dos institutos psicanalíticos, como os informes do tradicional *Bulletin of the International Psychoanalytic Association* (extinto em 1994) e da recente *newsletter* chamada *International Psychoanalysis* – ambos veículos de notícias de circulação interna – além dos boletins de suas associações filiadas. Também exploramos artigos publicados principalmente nas maiores revistas ligadas à IPA, como a *International Journal of Psychoanalysis*, *Journal of the American Psychoanalytic Association*, *Psychoanalytic Review* e *Revue Française de Psychanalyse*, sem deixar de lado revistas de menor respaldo

institucional, mas não menos utilizadas para divulgação de material pertinente. Optamos por uma narrativa que priorizasse os movimentos de explicitação e os debates que tomaram forma durante os quase trinta anos que se seguiram à retirada da categoria nosológica “homossexualidade” do influente Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em 1973, até 2002, quando da ratificação da política de não discriminação da IPA.

Em meio a tantas afirmações, a serviço ora das pressões de alguns psicanalistas por uma política inclusiva na seleção de candidatos, ora em função da manutenção de uma homossexualidade tida como *a priori* patológica e guardando uma possibilidade de cura – entendida como conversão à heterossexualidade –, observamos um constante “retorno a Freud”. Faremos também o nosso retorno, com a intenção de tentar encontrar quem *são* esse Freud a quem se retorna tanto e obedecendo a múltiplas injunções, acreditando que todo movimento de retorno a um autor diz mais sobre aquele que retorna que a quem se retorna. Já se pode antecipar que o fundador do movimento psicanalítico lançou aos herdeiros de sua discursividade um solo pleno de proposições multifacetadas, contraditórias e abertas sobre as peculiaridades da vida amorosa dos seres humanos. Qualquer tentativa de reduzir o homem a um de seus aspectos está sujeita ao risco, por vezes consciente, de criar um ídolo, seja o Freud “homofóbico” de alguns teóricos, seja o Freud “militante” dos direitos gays que a *Body Politic* ilustrou no final dos anos setenta (Spiers & Lynch, 1977). É evidente, porém, que as cartas de 1921 dirigidas a Jones trazem um Freud que se opunha à restrição da nascente formação em psicanálise somente a candidatos heterossexuais, algo que seria considerado bastante progressista para um homem daquele tempo e em comparação com os destinos do discurso psicanalítico sobre a homossexualidade após a morte de seu fundador. Debruçar-nos-emos sobre algumas de suas várias facetas, percorrendo seus textos, correspondências, declarações públicas e dialogando também com os psicanalistas cujos retornos a Freud foram explicitados no primeiro capítulo. Atentaremos, como em todo o curso da dissertação, ao contexto histórico nos quais as teorias psicanalíticas foram formuladas; neste ponto específico, à posição de Freud e da disciplina que fundou em meio à consolidação da norma médica que encontrou na sexualidade solo apropriado para exercer seu poder. Com efeito, refletiremos também sobre as principais mudanças do imaginário ocidental que resultaram na emergência da figura contemporânea do homossexual, a qual progressivamente atraiu a curiosidade dos

moralistas e cientistas a partir do século XVIII, resultando em uma série de assunções teóricas, avalizadas pelo prestigioso saber científico, dentre as quais Freud irá se posicionar ora em concordância, ora em discordância e ruptura.

Em seguida, realizaremos uma apreensão dos principais construtos teóricos da psicanálise à época em que a mesma já se encontrava massificada e firmada na cultura ocidental como um saber autorizado e influente sobre o ser humano. Antecipa-se uma objeção: como, em um capítulo, pretendemos apreender o desenvolvimento de mais de meio século acerca da teoria psicanalítica da homossexualidade? Não pretendemos ser exaustivos, por isso priorizaremos aqueles teóricos e escritos que gozaram de maior respaldo. Ademais, à grande massa dos psicanalistas pós-freudianos, a elaboração teórica, baseada ou não em casos clínicos, terminava por concluir que a homossexualidade era o desvio de um desenvolvimento sexual normal, coextensiva à perversão. Ponto de chegada em que se encontravam tanto psicólogos do Ego quanto ortodoxos franceses ou teorizadores da escola das relações objetais, não sendo exclusividade dos norte-americanos, como querem alguns franceses, nem fruto de uma metapsicologização vazia, como querem alguns norte-americanos. Como apontou Costa (1995), havia uma atitude cognitiva peculiar à análise de homossexuais, qual seja, a de descrever sempre em outra linguagem o que o sujeito dizia sobre seu próprio desejo. Quando dizia que amava, não tratava propriamente de amor; quando dizia sobre aquele que amava, não se tratava de alguém, mas de uma ilusão narcísica inescapável de todos os homossexuais. O emprego de categorias reificadas como “o homossexual” e “a homossexualidade” facilita o trabalho de investigação histórica da teoria, sendo raros os psicanalistas que se pronunciavam de modo a nuançar os expedientes simplistas de seus pares.

Tendo comprovado a existência e atuação de uma regra não escrita de proscrição da homossexualidade masculina nos institutos de formação psicanalítica e observado uma progressiva *demonização* do homossexual no desenvolvimento do discurso teórico psicanalítico desde Freud até seus legatários, no terceiro capítulo centraremos nosso foco sobre a institucionalização da psicanálise e sua escalada até uma posição de reverência na cultura ocidental. Na medida em que logo no primeiro capítulo, investigando a existência e atuação da regra não escrita, articularemos termos e eventos relacionados à psicanálise

institucionalizada e seus dispositivos de transmissão e formação, cabe aqui um parêntese para esboçar em linhas gerais a história de seu desenvolvimento e consolidação.

Em termos práticos, a criação da IPA, que viria a reunir um grande número de sociedades filiadas³, se deu em 1910, durante o II Congresso de Psicanálise em Nuremberg. A reunião em torno de Freud de discípulos interessados em sua criação, tanto para fins de estudo, prática profissional e cura pessoal é a marca da história da psicanálise na primeira década do século XX, após o lançamento da *Interpretação dos sonhos* (1900/2006). Neste momento, ainda segundo Kupermann (1996), a psicanálise operava no registro teórico-clínico, vindo progressivamente a ajuntar-se a ela o registro da autorização de uma prática social, e o câmbio da autorização e formação dos psicanalistas de um registro ao outro é notável. Nos primeiros anos do movimento psicanalítico, a maneira com que psicanalistas eram formados e autorizados parece irreconhecível se posta ao lado das formações estandardizadas como hoje as conhecemos, e isto duraria até os anos de 1920, quando da adoção pela IPA do modelo de formação de analistas praticado pelo Instituto Psicanalítico de Berlim.

O então vitorioso e, apesar das inúmeras controvérsias, até hoje vigente “modelo de Berlim” foi proposto por Max Eitingon e consistia num regulamento tripartite, onde os candidatos deveriam engajar-se em uma formação teórica, em um trabalho clínico supervisionado e em uma análise pessoal de duração determinada caso quisessem ser admitidos e autorizados como psicanalistas. Consolidando o ímpeto de padronização da formação e da transmissão psicanalítica, em 1926, no Congresso de Bad Homburg, o procedimento de formação seria estampado em linhas de notável rigidez:

Cabe ao comitê (de ensino) admitir ou rejeitar irrevogavelmente o candidato de acordo com a impressão obtida durante três entrevistas preliminares com o mesmo; cabe ao candidato submeter-se a uma primeira análise pessoal de ao menos seis meses de duração: cabe ao comitê designar seu analista didata; cabe ao comitê – mediante o juízo do analista didata – decidir quando sua análise pode ser considerada suficientemente avançada para que o candidato siga as outras etapas da formação e, ademais, decidir também se sua análise pode ser tida como completa.

³ A IPA está presente atualmente em 33 países, contando com 69 sociedades componentes e uma associação regional, a *American Psychoanalytic Association* (APsaA).

Ao candidato cabe comprometer-se, por escrito, a não se denominar psicanalista antes de sua admissão formal na sociedade. (Bernfeld, 1962, p. 464-465)

Em paralelo à regulamentação da formação analítica, a internacionalização da psicanálise e a logística do movimento consolidaram-se em eventos de reunião e comunicações científicas e acertos burocráticos, os congressos internacionais. O leitor se deparará ao longo do texto com relatórios e análises de painéis em que as questões que interessam à presente discussão foram tratadas, evidenciando a internacionalização da psicanálise, representada nas mesas por psicanalistas de diversos países, e especialmente a variedade de tendências reunidas no seio da IPA. Os relatórios organizacionais (*Business meetings*), que eram editados bianualmente até 1994, assim como os relatórios dos painéis na maior revista psicanalítica, a *International Journal of Psychoanalysis*, referem-se às discussões que antecederiam votos e decisões quanto à política institucional, precedidas por discussões por vezes calorosas que marcaram a história da psicanálise, como o destino de Jacques Lacan na IPA. Curiosamente, podemos antecipar que nenhuma discussão acerca da questão dos candidatos homossexuais foi realizada em público, a ponto de ser editada no IJP, com exceção do que se lê nas minutas de 1991 da *American Psychoanalytic Association* (APsaA), poderosa o suficiente para declarar-se independente da IPA em 1937 e tomar decisões próprias quanto a sua política organizacional⁴.

O que se pretendia com a burocratização, a razão manifesta para tal, era a padronização da qualidade das análises e dos analistas precavendo a psicanálise, crescentemente popular, de abusos que já se faziam sentir sob a forma de charlatanismos variados, como promessas de curas rápidas que se ajuntavam ao descrédito da técnica e da disciplina. Dizer o que é e o que não é psicanálise, o que deveria ser chamado de qualquer outro nome, seria a principal função desse órgão central de formação de analistas, mas como em psicanálise autobiografia e ciência são indissociáveis (Gay, 1997), seria ingênuo não apontar o papel fundamental que as decepções pessoais de Freud desempenham em seus projetos para o movimento psicanalítico. Freud desejava a internacionalização de seu movimento e a alocação de um talentoso ariano, Carl Gustav Jung, à posição de líder da Associação Internacional tenderia a eliminar a impressão geral de que a psicanálise era uma

⁴ Em virtude disso que, obviamente, a APsaA antecipou-se à IPA, conforme veremos, na edição de uma “regra de não discriminação”, já que tinha poder para tanto.

“ciência judia”. Queria, nos termos de suas teorizações de *Totem e tabu* (Freud, 1913/2013), transferir para Jung um pouco do “mana”, da substância mágica que porta o líder. No nível privado da relação entre os dois homens, apesar de um entusiasmado princípio, os germens da ruína já estavam lançados de saída: Freud queria um legatário obediente para sua criação e Jung queria uma solução impossível entre um desejo de independência e autoria e outro de tutela para com Freud. Petição e manutenção da autoridade, servidão e recusa do servir, enfim, os impasses da transferência já presentes nessa relação fermentariam no devir do movimento psicanalítico institucionalizado.

A proposta de criação da IPA foi oficialmente apresentada – e imediatamente acatada – por Sándor Ferenczi (1910/2011) no II Congresso de Psicanálise de Nuremberg, em 1910, mediante uma leitura conscienciosa a respeito das vantagens e desvantagens da institucionalização. Se por um lado a organização dos psicanalistas de até então favorecia a liberdade e a criação individual, por outro o próprio individualismo afastava os psicanalistas da causa e fomentava “desvios” da teoria e da técnica. A arregimentação dos psicanalistas em torno de um núcleo central favoreceria então o trabalho conjunto em prol da “causa” e a consequente reprodução da nova disciplina atentando à manutenção do rigor e da qualidade. A partir de então, a psicanálise angariou muito mais discípulos e praticantes ao redor do mundo, o que certamente foi um êxito, mas o próprio Ferenczi já antecipava o que a “patologia das associações” reservava à jovem ciência quando de sua organização: “Nos agrupamentos políticos, sociais e científicos”, escrevia na proposta de fundação da IPA, “reina a megalomania pueril, a vaidade, o respeito a fórmulas ocas, a obediência cega, o interesse pessoal, em vez de um trabalho consciencioso dedicado ao bem comum” (p. 171). Certamente um dos discípulos mais interessantes de Freud, Ferenczi morreria em 1933, solitário e malquisto por seus confrades, vítima da própria patologia que pressagiou para a organização que propôs e da qual posteriormente tornar-se-ia um dos primeiros críticos.

Os discípulos de Freud atuavam, de maneira refratária, o desejo de Freud de preservar o movimento de detratores de peso, reunidos aqui na figura de Jung. Baseando-se na prática, já corrente entre os psicanalistas, de interpretar as dissensões do movimento como desencadeadas pela neurose de seus protagonistas, Ferenczi idealizou em 1912, às

vésperas do rompimento do mestre e de seu príncipe herdeiro, uma solução protetora para a causa psicanalítica: que um pequeno grupo de analistas fosse analisado pessoalmente por Freud para assim representarem “a teoria pura, não adulterada por complexos pessoais” (Grosskurth, 1991, p. 46). Mesmo que na prática a proposta de Ferenczi tenha se revelado impossível, sua intenção preservou-se no coração das linhagens do movimento psicanalítico e revela, segundo a análise de Kupermann (1996), “*in status nascendi* e a um só tempo o que se tornaria o paradigma da formação analítica, bem como a origem de seu próprio malogro” (p. 64). O paradigma seria a experiência da análise pessoal na transmissão da psicanálise, promovida no seio de associações que reunissem analistas ligados transferencialmente a Freud pela mediação de seus próprios analistas, fundamentando a crença de que a proteção da teoria se daria pela filiação transferencial. O que era ignorado nesse momento era que a proteção da teoria e filiação transferencial no futuro desaguardaria no uso da transferência como instrumento de alienação para fins de doutrinação teórica e política, antes o amadurecimento antecipável de uma tendência que propriamente uma transformação. A existência do Comitê Secreto foi uma solução face à impossibilidade prática da proposta de Ferenczi. Composta no auge de sua existência de quinze anos por sete psicanalistas, o Comitê idealizado por Ernest Jones como a metáfora empregada em seu nascimento, a Guarda Pretoriana, até o décimo sétimo ano de existência da IPA balizava os rumos da psicanálise organizada tal como um poder paralelo. Coerente com tal função, um dos tópicos discutidos pelo círculo foi a proscrição de candidatos manifestamente homossexuais à formação em psicanálise oferecida pelos institutos ligados à IPA, no intervalo entre os anos de 1921 e 1922, em uma discussão que já travamos contato preliminar. Se, conforme veremos, a questão da entrada de homossexuais nas formações psicanalíticas permaneceu em aberto nas decisões tomadas pelo Comitê, a crescente burocratização da transmissão da psicanálise oferecida pelas associações ipeanas, através de suas regras escritas e não escritas, além dos efeitos da institucionalização do movimento, finalmente selaria o destino de tais candidatos.

Temos, portanto, no devir da psicanálise institucionalizada e em suas estruturas de poder, atentando para o percurso histórico e o manejo da transferência no campo psicanalítico, um material que mediante a interrogação pode nos oferecer respostas às questões sobre a proscrição de candidatos homossexuais. Sem uma investigação histórica a

respeito do próprio fenômeno da homossexualidade dentro e fora do campo psicanalítico, todavia, giraríamos em falso, mesmo que compreendamos as razões das vicissitudes da institucionalização da psicanálise. Uma mirada preliminar em trabalhos contemporâneos sobre a história da homossexualidade no ocidente revela, de saída, que tal não se tratou de um fenômeno natural, auto-evidente, cuja identidade, compreensão, experiência, fundamentação moral e teórico-científica atravessam as décadas sem câmbios, por vezes dramáticos. E não se trata de dizer que a ciência moderna, que aporta a ilusão de pouco a pouco levantar o véu da ignorância que se impõe entre os olhos dos homens e o mundo natural, progressivamente descobre as verdades sobre a homossexualidade a despeito de alguns erros no percurso. Durante os três capítulos que compõem este trabalho, apontaremos para fatores sociais e políticos que influenciavam diretamente na composição, estabilidade ou crise no que foi problematicamente chamado de identidade homossexual, ou em geral, do imaginário da homossexualidade nos países ocidentais dominantes desde a invenção da homossexualidade. Este não é o principal ponto da presente investigação, todavia, e o leitor interessado neste tema encontrará muitas referências para percorrer nas próximas linhas. Porém, acreditamos e tentaremos demonstrar o quanto a mudança no imaginário ocidental sobre a homossexualidade, notadamente a ocorrida durante e nos anos seguintes à Segunda Grande Guerra orientou definitivamente o campo psicanalítico no sentido da derrisão da homossexualidade masculina como um todo e consolidou a proscrição de homossexuais no ápice do movimento psicanalítico institucionalizado.

Portanto, temos, de um lado, um permanente câmbio no imaginário ocidental sobre a homossexualidade desde sua conceituação contemporânea e, de outro, a psicanálise em seu desenvolvimento institucionalizado deslocando-se da esfera de um saber e uma prática marginal para uma instituição socialmente aprovada e bem-situada. Com efeito, isso posto, cabe também a questão, que tentaremos responder na parte final da investigação: havia lugar para psicanalistas homossexuais nos primórdios da psicanálise, quando esta não havia pendido majoritariamente para o registro da autorização de uma prática social, comprovado pela presença de psicanalistas admitidamente homossexuais? Como eram vistos eles por seus pares?

Por fim, discutiremos as ambiguidades das estratégias encontradas por alguns psicanalistas, homossexuais inclusive, de enfrentar a regra não escrita e exigir a formalização de uma política de não discriminação pela IPA. Refletiremos sobre dois fatos principais da virada do século, quais sejam, a expressão, visibilidade e a progressiva admissão de psicanalistas homossexuais, bem como a enunciação de teorias psicanalíticas sobre homossexualidade elaboradas por aqueles que passaram a se apresentar como homossexuais, especialmente nos Estados Unidos. Caberá também uma exposição sobre a atual situação da psicanálise institucionalizada no que tange à problemática escolhida, se ela acabou por virar ou não esta página que marcou o movimento psicanalítico até o final do século passado e que vias têm sido percorridas nesse sentido.

A psicanálise, nos tempos atuais, a nós não se apresenta mais imediatamente como uma “guia para a humanidade”, da maneira como se apresentava para Balint há quase setenta anos. Abalos ocasionados, por exemplo, pela popularização de terapêuticas *on demand*, menos dispendiosas em termos de recursos econômicos e temporais, voltadas para a remissão de sintomas e para um raciocínio técnico-pragmático, deslocaram a psicanálise do centro, impelindo-a a repensar seus rumos nesta virada do século. Neste retorno involuntário a uma antiga e inaugural posição de marginalidade, às bordas do *establishment*, esperamos que a psicanálise possa readquirir e novamente fazer uso da crítica que dirigia tanto aos fundamentos da cultura quanto a seus próprios fundamentos. Nosso intuito é o de que esta investigação venha acrescentar a este propósito.

2. Uma regra não escrita?

Somos todos mutilados num domínio que sabemos essencial em nossas vidas, aquele que é chamado de desejo sexual ou amor. Então, podemos começar tentando desvelar esses desejos que tudo nos obriga a esconder, e ninguém pode fazer isso em nosso lugar.

Guy Hocquenguen

Reduzir ao silêncio o indesejável não nos conduz senão ao protesto contra o silêncio, que é o “barulho”.

André Green

Aqueles que visitam o endereço online da Associação Psicanalítica Internacional (IPA)⁵ podem encontrar, na subseção “Ética” do Código de Procedimentos, um item chamado *Non Discrimination Policy* (Política de Não Discriminação), no qual lê-se que

Na base de seu compromisso com valores éticos e humanísticos, a IPA se opõe a discriminações de qualquer tipo. Isto inclui, mas não se limita a, qualquer discriminação baseada em idade, raça, gênero, origem étnica, crença religiosa ou *orientação homossexual*. A seleção de candidatos para a formação psicanalítica será feita somente com base em qualidades diretamente relacionadas à sua habilidade de aprender e funcionar como um psicanalista. Adiante, é esperado que este mesmo padrão seja usado na indicação e promoção de membros de faculdades educacionais, incluindo analistas didatas e supervisores. (International Psychoanalytical Association, 2002)

O posicionamento tão específico da “orientação homossexual” deve causar estranhamento. Tal política oficial aprovada pelo Conselho Executivo em Julho de 1999, reafirmado em 2001 e modificado em 2002, ou seja, muito recentemente, coroa uma série de embates e controvérsias que interessam particularmente à história aqui abordada.

Iniciaremos a narrativa comentando as primeiras movimentações relacionadas à explicitação da “regra não escrita”, protocolo tácito firmado em um discurso teórico psicanalítico e praticado em nome da assunção amplamente compartilhada de que homossexuais não seriam capazes de funcionar como psicanalistas. Tal explicitação somente foi possível em um contexto histórico e social mais extenso, conforme veremos, em que aqueles que se identificavam como homossexuais, respaldados pelos movimentos de afirmação, iniciaram a reivindicação de direitos e, algo mais fundamental, tomaram a

⁵ <http://www.ipa.org.uk/>

palavra. Situaremos, portanto, a periodização aqui percorrida desde o final da década de 60, com a irrupção dos movimentos de liberação gay em grande parte dos países ocidentais e início da década de 70, marcada pela eliminação da categoria nosológica “homossexualidade” da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês) até o ano de 2002, quando da última modificação do texto da política de não discriminação.

2.1. Consolidando uma identidade política

“No meio dos anos setenta”, comenta Didier Eribon (2008), “tudo havia mudado: em boa parte do mundo, a fala homossexual fizera irrupção na cena pública, no rastro das revoltas de 1968, da contestação feminina e do aparecimento nos Estados Unidos do *Gay Liberation Front*, após as revoltas de *Stonewall*”⁶ (p. 358). Ao mesmo tempo em que os homossexuais teriam saído das sombras do domínio do não dito, também iniciavam suas retiradas dos códigos penais de muitos países que tradicionalmente os condenavam. Na Alemanha, atos homossexuais consentidos entre adultos, punidos desde 1871, foram despenalizados na parte ocidental em 1969 e o parágrafo 175 do código penal foi excluído em 1994, quando da unificação do país. Um manuscrito até então não publicado, hoje um célebre romance de um aclamado escritor próximo aos movimentos de vanguarda cultural e sexual ingleses do começo do século⁷, E. M. Forster, encontrou em 1971 as condições possíveis para sua exposição, o que o próprio autor não viveu para testemunhar. *Maurice*, o título que levava o nome do protagonista da narrativa de um relacionamento homossexual, tinha a marca distintiva de não afundar seus personagens nas desventuras da tragédia de uma “raça” marcada pelo destino, como fazia a tradição médica ou mesmo boa parte das

⁶ Nas últimas horas daquela noite de 27 de junho de 1969 que viria a ser comemorada todos os anos, em quase todo o mundo ocidental, alguém gritou alto: “é a revolução”. Enquanto o reforço policial bloqueava a rua e dispersava a multidão que se aglomerava aos berros em frente àquele bar em *Greenwich Village*, Nova Iorque, policiais que lá se abrigavam contra a fúria da massa esperavam a chance de sair. Para a surpresa da tropa de choque, a turba dispersada voltava a se formar e cercava-os por trás e, dispersada novamente, reiniciava o ciclo quase interminável. De torsos colados e expondo seus saltos altos, um cordão de *drag queens* entoava cânticos licenciosos e provocativos para o batalhão armado. “Foi um deliciosamente esperto e desdenhoso contraponto à força bruta da polícia, uma tática que transformou o outrora tradicional combate *macho*, olho-por-olho, e que proviu pelo menos o vislumbre de um diferente e revelador tipo de consciência” (Duberman, 1994, p. 201).

⁷ Ver o terceiro capítulo.

novelas clássicas. O romance de Forster inspirava no movimento de emancipação gay a demolição do signo da vergonha e apresentava-lhe outro: o orgulho.

Uma das principais linhas argumentativas que condenavam a homossexualidade era baseada na assunção de que o engajamento na prática homossexual, ao afastar o homem de sua função “natural”, colocava em perigo o núcleo da estrutura social que garantiria sua reprodução. Muitos autores de destaque nos eventos globais dos movimentos que marcaram a passagem da década de 60 para a década de 70, alguns deles homossexuais eles próprios, retiravam a força de suas teses desta mesma assunção, mas aplicando-a em outra direção. Se antes o homossexual era um pária por seu desejo e sua conduta, naquele momento, o homossexual e a militância que lhe representava tomariam este lugar de *outsider* como um ponto de vista privilegiado para a crítica social e a reforma das estruturas que sustentavam o preconceito (Hocquenghem, 1978). Estas obras e o ânimo crítico e até certo ponto revolucionário que as alimentava, se por um lado serviram como marco para as novas áreas do conhecimento denominadas *Gay and Lesbian Studies* e *Queer Studies*, também forçaram entrada nas disciplinas que até então monopolizavam a produção de saber sobre o que era a diversidade sexual, consensualmente tidas como pecaminosas, criminosas ou patológicas. Mesmo que muito distantes das matizes de crítica social e filosófica, inseridas numa aproximação empírica da questão das atipias no comportamento sexual, investigações pioneiras como as de Alfred Kinsey (Kinsey, Pomeroy & Martin, 1948) e Evelyn Hooker (Hooker, 1957), até então praticamente ignoradas pelos círculos psiquiátricos e psicanalíticos, enfim começavam a chamar a atenção. Kinsey e seus colaboradores, em uma pesquisa monumental sobre a sexualidade de homens norte-americanos, coletaram em torno de cinco mil entrevistas em todo o território norte-americano e encontraram que 4% dos homens adultos preferiam exclusivamente relacionar-se sexualmente com outros homens e que outros 10% mantiveram a mesma preferência por pelo menos três anos entre a idade de dezesseis e sessenta e cinco anos. Tais resultados amplamente contrariavam as assunções médicas, obtidas principalmente de amostragens clínicas, que se situavam na base dos expedientes patologizantes sobre a homossexualidade. No mesmo sentido, Hooker, em uma pesquisa comparando o desempenho de homossexuais e heterossexuais em testes projetivos, não encontrou nenhum sinal de patologia que fosse particularmente característico dos homossexuais.

Em 1972, num artigo provocativo e premonitório que agrupa grande parte das inquietações que tomavam corpo nos Estados Unidos do fim do século XX, Richard Green – psiquiatra residente da *University of California*, Los Angeles (UCLA), onde, entre outras figuras importantes, Robert Stoller encontrava-se também em atividade – afirma que

Tradicionalmente aceptores passivos de seus papéis societários, [os homossexuais] adotam posturas mais assertivas. Um de tais grupos é o movimento *Gay Liberation*, a facção franca de homens e mulheres cujos parceiros sexuais de preferência são aqueles de mesmo sexo anatômico. Apesar de suas vozes ainda serem relativamente poucas e ocasionalmente ríspidas, elas ainda se tornarão mais altas e articuladas e, inevitavelmente, serão ouvidas. (...) Ademais, qual seria o impacto na psiquiatria, como prática e teoria, se todos os psiquiatras homossexuais abertamente assumissem suas preferências sexuais? (Green, 1972, p. 77)

Um dos maiores alvos de tais vozes era o *establishment* psiquiátrico-psicanalítico, especialmente o norte-americano, no qual se situava o supracitado Green. No ápice da verve contestatória entabulada pelos movimentos de libertação, observava-se, por parte dos psicanalistas e membros das sociedades de formação, pouca reflexão acerca das reivindicações da militância e dos chamados à conscientização por outros setores da sociedade, salvo raras exceções às quais hoje se reserva um lugar de pioneirismo. Enquanto outras disciplinas iniciavam um diálogo com os representantes destes movimentos e mesmo outras novas eram fundadas a partir das problematizações dos mesmos, os círculos psicanalíticos, mesmos os mais eruditos e sofisticados, concentravam suas investidas em elaborações teóricas que ao leitor contemporâneo podem parecer grosseiras e até caricatas, conforme veremos a seguir. Notadamente no plano da teoria psicanalítica, o estudo de Irving Bieber (1962), que havia elevado o autor ao posto de *expert* em homossexualidade masculina, ainda gozava de enorme aceitação e influência.

A agitação popular encabeçada pelo movimento de liberação gay chegava ao extremo de ações de guerrilha em convenções da *American Psychiatric Association* (APA) sobre a homossexualidade, nas quais, via de regra, a nenhum homossexual era concedida a fala. Em uma delas, em 1970, uma confrontação direta constrangeu Bieber no ápice de sua demonstração da eficiência da eletroconvulsoterapia no tratamento dos “desvios” homossexuais. De um lado, gritava-se “tortura” e “barbárie”, do outro, “tolos paranoicos”, “maníacos” e “putas” (Duberman, 2002). Não havia registro de nenhum psiquiatra que

fosse oficialmente homossexual, mas o movimento gay insinuava que havia muitos entre eles vivendo escondidos e em silêncio. Em 1972, o absurdo ganha voz em uma convenção da APA na qual – em meio a proeminentes ativistas, como Frank Kameny e Barbara Gittings, e psiquiatras e psicanalistas como Judd Marmor e Robert Seidenberg, um tal *Doctor H Anonymous*, pseudônimo de John Fryer, vestindo uma assustadora máscara, peruca e smoking muito além de seu tamanho, pronunciou em voz distorcida pelo aparelho: “Sou um homossexual. Sou um psiquiatra” (Bayer, 1987, p. 109). Em sua fala, Barbara Gittings já havia comunicado a angústia de psiquiatras que temiam a ruína de suas carreiras caso fossem expostos como homossexuais. Porém, indo mais além, John Fryer expôs o gueto em que estavam ele e seus semelhantes:

Como psiquiatras que são homossexuais, nós devemos conhecer nossos lugares e o que devemos fazer para termos sucesso. Se nossa meta é um alto posto acadêmico, capacidades iguais às de nossos colegas, ou a *admissão a um instituto psicanalítico* [itálicos nossos], devemos estar seguros de que nos comportamos e de que *ninguém em uma posição de poder esteja ciente de nossa preferência sexual ou identidade de gênero* [itálicos nossos]. Bem parecido com um negro de pele mais clara que escolhe viver a vida como um homem branco, nós não podemos ser vistos com nossos verdadeiros amigos, nossa verdadeira família homossexual, a não ser que queiramos nossos segredos revelados e nossos destinos selados. *Há psicanalistas atuantes entre nós que completaram uma formação psicanalítica sem sequer mencionar suas homossexualidades a seus analistas* [itálicos nossos]. Aqueles que almejam à fala aberta somente o farão se tiverem pouco a perder, e se você tiver pouco a perder, ninguém irá te escutar. (Bayer, 1987, p. 110)

Robert Spitzer, líder da comissão orientada a decidir sobre nomenclaturas e estatísticas da APA, sob pressão, observa os dois lados da disputa e decide que “uma porção significativa de homossexuais” não apresentava sinais consideráveis de patologia e “funcionava” socialmente muito bem. Decide então pela retirada da categoria nosológica “homossexualidade” e substitui-a por uma categoria de compromisso: a “homossexualidade ego-distônica”, reservada àqueles que não estão satisfeitos com suas orientações sexuais (Stoller, et al. 1973). Para Wiedeman (1974), a decisão estava muito mais próxima da “política” do que da “ciência”; Charles Socarides a qualificava, assim como a todo o movimento homófilo, de mera propaganda (Lewes, 1988) e Abram Kardiner (1978) via na decisão, assim como nas revoltas de 1960 e 1970, a autorização do colapso moral da civilização, o que, em sua expertise psicanalítica e sociológica, podia ser confirmado pelo

aumento do número de homossexuais devido ao “auxílio de poderosos lobbies e uma imprensa indiferente” (p. 216). A separação entre as duas esferas, uma tornada juízo pejorativo e acusatório e a outra, garantia de verdade, era justamente o ponto em disputa por aqueles psicanalistas que representavam os dois lados da controvérsia. Científico era classificar os homossexuais como severamente perturbados *a priori*, posição informada pela maioria das teses psicanalíticas então em voga, e o contrário seria político e ideológico. Do outro lado do cabo de guerra, Judd Marmor e Robert Stoller escreviam que não havia evidência científica lastreando a afirmação de que todos os homossexuais eram doentes mentais, e classificá-los como tal era uma decisão perniciosa, além de política e ideológica. “Nesses termos”, comenta o historiador Kenneth Lewes (1988), a APA “aceitou os argumentos daqueles de fora do *establishment* psicanalítico, passando por cima daqueles que durante três quartos de século articularam as ideias mais informadas e profundas sobre o assunto” (p. 186). Distribuíam-se assim cotas de ressentimento duradouro e reativo.

Ao contrário da formação psicanalítica referendada pelas associações ligadas à IPA, a psiquiatria não exigia, como até hoje não exige, um processo de seleção e formação que procedesse via investigação profunda da subjetividade do candidato ao mesmo tempo em que veiculava o ensino da teoria e da prática. A formação médica e anos de especialização serviriam para capacitar um psiquiatra. Com efeito, para John Fryer, assim como para todos os outros psiquiatras daqueles tempos, esconder-se no *armário* era uma forma de manter o prestígio social reservado à profissão; não perder o que se tinha a perder. Caberia então a Robert Stoller (1998), já em meados dos anos 80, mais informado e também indignado com a conduta de psicanalistas a respeito de homossexuais, denunciar:

É impróprio sugerir que alguns problemas dos analistas em compreender a homossexualidade têm – para expressá-lo com delicadeza – raízes psicodinâmicas? Isso me diria, o que as explicações racionais não o fazem, *por que temos estatutos contra a aceitação de homossexuais como candidatos, membros da profissão ou analistas que dão supervisão e formação* [itálicos nossos]. A justificativa para tais regulamentos é nosso “conhecimento” de que essas pessoas, por definição, devem ser como se alegava: criaturas fatalmente imperfeitas de um modo psicótico em estados de quase aniquilação do Eu (encobertos, é claro, por um comportamento de aparência normal). Se descuidadamente julgarmos as pessoas desse modo – “todo mundo sabe” –, então seremos muito cruéis. Quantos candidatos absolutamente, manifestamente heterossexuais com graves defeitos de caráter – como sua análise

demonstrou e seu comportamento posterior confirmou – foram aceitos e se formaram? Nós transformamos o diagnóstico em acusação, acobertando nosso comportamento com jargões. Mas embora isso oculte o ódio, promove crueldade; jargão é julgamento. Serve a propósitos ocultos. Devíamos apertar nossa lógica e afrouxar nossos estatutos. (p. 199)

Stoller se dirigia às associações psicanalíticas às quais estava relacionado de maneira mais próxima, quais sejam, as norte-americanas, subordinadas à “maior potência freudiana da IPA” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 16): a *American Psychoanalytic Association* (APsaA), fundada em 1911 em uma das missões de Ernest Jones. A denúncia transmite a impressão de que os referidos estatutos eram de fato formais, e não um anátema silencioso expedido na prática das instituições. No original em inglês, o termo que foi vertido como “estatuto” é “*by-law*” (Stoller, 1985, p. 182). Segundo o *Oxford dictionary, american edition* (1996), *by-law* refere-se a regulamentos e regras feitas por uma companhia, autoridade ou corporação por seus próprios membros (p. 192), não havendo, na extensão do termo, referência obrigatória a algo explicitamente instituído.

2.2. A escolha homossexual de Richard Isay

A Richard Isay, psicanalista formado em New Haven que já na década de 80 atuava nos protestos contra a homofobia da APsaA, ao lado de Stoller e outros, era muito clara a ideia de que a homossexualidade tinha um fundamento constitucional genético, não analisável e, portanto, não “curável”⁸. Tal ideia defendida por Isay e levada em conta por grande parte da militância psicanalítica, dado seu valor estratégico de oposição aos discursos de conversão que se fundamentavam em uma concepção psicologizante da homossexualidade como uma falha reversível do desenvolvimento do indivíduo, situa-se como um pano de fundo sobre toda sua teorização sobre a homossexualidade, que traz à tona a concepção de crianças ditas “pré-homossexuais”, que já seriam de antemão “diferentes” e dessa maneira incursionavam em fases do desenvolvimento centrais para a

⁸ Isay (1989) retira de Freud a ideia do aspecto constitucional da homossexualidade como o limite não analisável da mesma, e reitera tal referência como uma forma de manter-se na discursividade psicanalítica ortodoxa. Freud certamente oferece múltiplos estratos de análise em suas ideias sobre a homossexualidade, o que veremos no próximo capítulo.

psicanálise, como o complexo de Édipo, antecipando o desfecho do que Freud chamaria de “complexo de Édipo invertido”. Por outro lado, Isay chama a atenção para a potencialidade traumática das famílias que recebem uma criança assim qualificada, deslocando para o ambiente e sua hospitalidade precária a causa dos supostos desequilíbrios caracteriais que tradicionalmente os psicanalistas atribuíam a um duvidoso solipsismo homossexual. O ímpeto pela despatologização da homossexualidade e pela aceitação e normalização leva Isay a formular um rol de teorias sobre a homossexualidade cuja atratividade é proporcional à imagem especular e invertida da massiva naturalização da heterossexualidade, característica do lugar e do alvo de seus ataques. Passando ao largo da bissexualidade freudiana, o Isay teorizador termina por culminar em algo como um neobiologismo auto-referente, o que propriamente poderia ser chamado de um *discurso reverso*, contrário porém idêntico em sua forma invertida ao discurso daqueles que oprimiam os homossexuais, por isso sua necessidade de exortar os analistas homossexuais a declararem sua homossexualidade para benefício dos pacientes, que só de estarem com um analista heterossexual poderiam sentir-se julgados e desprezados (Isay, 1991). A tão criticada identificação ao analista que marcou o campo psicanalítico norte-americano⁹, apesar de estar num quadro oposto, marca presença nas recomendações de Isay.

Mesmo munido do emprego estratégico de uma concepção biologizante da homossexualidade, contrária à ideia de uma “escolha homossexual de objeto”, é possível recuperarmos esta ideia de escolha homossexual em um nível diferente, fundamentalmente político, em que a assunção de si próprio marca uma estratégia de combate ao discurso dominante. É o que Isay propriamente faz, levando ao campo psicanalítico a exortação à visibilidade, muito menos uma escolha por definir-se pela sexualidade do que uma tentativa de trazer à luz uma parte oprimida de sua vida. É a escolha, feita pelos homossexuais, “de um modo de vida para superar uma ‘miséria de posição’ que lhe parece insuportável e a melancolia que disso é apenas a expressão simbólica”, conforme pensa Eribon (2008, p. 56). É o que fica claro no título de duas das mais importantes obras de Isay, *Being*

⁹ Ver capítulos subsequentes.

homosexual: gay men and their development e *Becoming gay: a journey to self-acceptance*¹⁰.

E é com este intuito que Isay irá empreender e narrar, trazendo a público suas contendas, uma série de ações dentro dos órgãos burocráticos da APsaA visando à abertura das portas institucionais a candidatos homossexuais frequentemente barrados ou, como ele, impelidos à mentira e ao silêncio. Em *Becoming gay*, fornece um interessante quadro sobre como, na segunda metade do século passado, operava a psicanálise no país em que ela mais frutificou como disciplina, prática clínica, instituição e discursividade (Hale, 1971). Desde seus anos de colegial e junto à maioria de seus colegas interessados em cursar psiquiatria, Isay acreditava que o psicanalista, com seu *setting*, técnicas e aparato teórico, “parecia possibilitar o melhor ingresso aos recessos ocultos de sua própria mente, assim como a mente dos outros, em comparação ao psiquiatra, com seus encontros face-a-face, uma ou duas vezes por semana” (1996, pp. 10-11). A vigente concepção psicanalítica sobre a homossexualidade e seu tratamento clínico era, assim como os principais conceitos da psicanálise, utilizada por ele em sua autodescrição:

Estava a par de que tinha fantasias masturbatórias e ocasionalmente estava consciente de desejar contato sexual com homens, mas segui acreditando que meus desejos eram *sintomas de dificuldades emocionais que eventualmente podiam ser curadas* [itálicos nossos]. Eu havia lido o suficiente em psicanálise para estar convencido, como os analistas assim criam, que se eu não estivesse praticando sexo, não era realmente homossexual. Também, *naquele tempo estava seguro de que, para ser aceito na formação em psiquiatria ou psicanálise, deveria ser heterossexual* [itálicos nossos], então em meu segundo ano do curso médico, segui com a determinação de sair com mulheres. (Isay, 1996, p. 14)

Casado e convicto de que abandonaria seus desejos, Isay entrou em análise com Ruben Samuels, didata certificado pela APsaA e aquele que seria tanto seu psicanalista por quase 10 anos quanto sua ponte para a formação oficial em psicanálise. Nas sessões, evitando ao máximo utilizar o vocabulário do amor romântico com o qual narra suas

¹⁰ Michel Foucault, tornado um ídolo da emancipação gay, pouco lido e compreendido até então pelos psicanalistas e psiquiatras norte-americanos, exprime-se de forma semelhante a Isay em uma entrevista de 1982 à revista canadense *Body Politic*. Seguro sobre a emergência de uma liberação homossexual na década de 70, Foucault dirá ao entrevistador que “nós não temos que descobrir que somos homossexuais”, mas sim “criar um modo de vida gay. Tornarmo-nos gays” (Foucault, 2001, p. 1556).

paixões por garotos e suas incursões proibidas e prazerosas em vestiários masculinos quando intentava praticar esportes em sua pré-adolescência, Isay esforçava-se para convencer a si mesmo e ao analista de que sua ineficácia em relacionamentos sexuais com mulheres era um traço de inibição neurótica, não um sinal incontestável do que se compreendia como homossexualidade. A posição do didata era, segundo Isay, entusiasticamente favorável a seu engajamento conjugal e o analisando “desesperadamente queria agradá-lo e tentava fazê-lo antecipando sua vontade de que abandonasse [seu] desejo homossexual saindo e transando com garotas”, na medida em que ambos advogavam que “a atração sexual pelo sexo masculino era uma afecção emocional seríssima” (Isay, 1996, pp. 16-17). Conforme assume, em retrospecto, seu desejo de tornar-se um psicanalista competente contribuía para a negação de sua homossexualidade.

Havia também, até meados dos anos 80, uma admoestação que circulava nos institutos norte-americanos para que os psicanalistas não aceitassem analisar pacientes que acolhiam de maneira confortável suas orientações homossexuais, sem o ímpeto pela conversão à heterossexualidade. O conflito referido à aceitação da inclinação predominante do desejo erótico era visto, por outro lado, como uma via de acesso à possibilidade de cura, passando pela injunção da abstinência sexual. Heterossexual em seu semblante¹¹ e constantemente cuidadoso em não atuar – nos termos psicanalíticos – seus impulsos homossexuais, Isay foi entrevistado e efetivamente aceito à formação em oferecida pela APsaA, seguindo com seu analista didata. Após o encerramento da mesma, Isay reivindicava estar consciente do que considerava ser uma obediência a seu analista e seus preceitos, apesar de sentir-se também mais seguro de si e também mais saudável em virtude dos progressos da mesma análise. Nestas condições, segundo seus relatos, admite ser homossexual sem a carga do rótulo derrisório: “Experimentei uma sensação de alívio e entusiasmo. Eu sabia que a homossexualidade era a paixão que eu cria que nunca iria viver” (Isay, 1996, p. 27). Situação bastante complicada. De um lado ainda mantinha um casamento de fachada e de outro, para satisfazer-se, frequentava os guetos onde o comércio sexual clandestino era frequentemente surpreendido por policiais, com a consequente e

¹¹ Isay “não aparentava ou comportava-se como era esperado para um homossexual – efeminado, estranho, ou de alguma forma não convencional” (Isay, 1996, p. 20), ou seja, não cumpria com as expectativas reservadas aos homossexuais em um campo calcado em tantas certezas acerca de suas características.

difamatória exposição midiática dos infratores dos bons costumes. Na prática da busca *underground* de prazeres conheceu psicanalistas respeitados e membros também da APsaA, vivendo, como ele, duplas biografias.

No começo da década de 80, ainda mantendo suas práticas eróticas em segredo frente à Associação, embora já divorciado e engajado num relacionamento com um homem, Isay progressivamente tomou contato com psiquiatras e ativistas gays envolvidos no clima de libertação e resistência impulsionado pela decisão da APA de 1973. Tendo reconhecido e experimentado o viés homofóbico da APsaA, decidiu, então, opor-se a ele sem num primeiro momento revelar frente à Associação sua preferência erótica manifesta. Daí a iniciativa de convocar e organizar, no encontro da APsaA de dezembro de 1983, um painel incitando à reflexão e reconsideração dos termos canônicos com os quais era julgada a homossexualidade¹². Para tanto, convidou Richard Friedman, Robert Stoller e Stanley Leavy, psicanalistas filiados à APsaA que à época propunham-se a pensar de maneira crítica a assunção da homossexualidade como algo estritamente patológico. Os quatro psicanalistas, no referido painel, além de proporem novas reflexões acerca da homossexualidade masculina na esfera da teoria e abordagem pela clínica psicanalítica, afirmaram que a política de não aceitarem candidatos gays à formação em psicanálise era baseada amplamente em preconceitos, e não numa apreensão honesta da capacidade do candidato de funcionar como psicanalista. Em protesto, muitos membros deixaram a sala e outros, em especial Charles Socarides, mostraram-se energeticamente avessos às exposições. A consequência imediata da apresentação, para Isay, foi tanto o aumento de pacientes gays em sua clínica – os quais viam nele a oportunidade de ingressarem em uma psicanálise mais humana e “neutra”, em suas próprias palavras –, quanto a recusa de seus artigos para publicação no *Journal of the American Psychoanalytic Association* e de propostas de apresentações na APsaA, além do surgimento da suspeita, dentro da associação, de que ele próprio era homossexual. Suspeita que seria confirmada três anos depois, quando Isay era já membro do Comitê de Assuntos Gays e Lésbicos (*Committee on Gay, Lesbian and Bisexual Issues*) da APA e recebia amplo respaldo da comunidade psiquiátrica. Isay declara

¹² O painel, intitulado *New perspectives on homosexuality* (Isay, Stoller, Leavy & Friedman, 1986), por tratar-se de uma apresentação de todo livre das visões exclusivamente patologizantes da homossexualidade, algo até então inédito, demandou um grande esforço por parte de Isay para vir à luz.

que era, até então, o único “membro abertamente gay da *American Psychoanalytic Association*” (Isay, 1996, p. 153), apesar de conhecer muitos outros que se mantinham “dentro do armário”. Os mesmos que, não obstante, evitavam Isay e elidiam as consequências que adviriam da exposição que representava em grande parte a proposta que marcaria sua vida¹³ e sua estada na Associação. Portanto, a ideia que faziam muitos psicanalistas da época, de que um *grupo* de militância gay estava atuando dentro da APsAA, é falsa¹⁴. As ações de Isay na Associação eram conduzidas por ele próprio. Se havia um tal grupo de homossexuais, o mais apropriado seria colocá-los no plural, aqueles que já estavam organizados e eram plenamente atuantes *fora* das sociedades psicanalíticas – especialmente na Associação Psiquiátrica – e, conforme veremos melhor a partir de agora, deram força ao reformismo de Isay.

Richard Isay foi o primeiro psicanalista a escrever sobre a homossexualidade assumindo-se, ele próprio, como homossexual. E a importância deste fato não se dá apenas por Isay ter “conhecimento de causa”, num campo em que a experiência pessoal, no âmbito da transferência, é fundamental para a teorização, mas também porque Isay importa para a psicanálise o gesto que já vinha ocorrendo em outras áreas do saber¹⁵. Ousou, com a estratégia do *coming out* – que, conforme vimos, estava já consolidado como arma política no combate ao preconceito naquele momento agitado da história da luta pelos direitos das minorias em seu país – revelar-se e enfrentar as assunções cristalizadas por uma psicanálise normalizadora e por isso foi reduzido a um protagonista *interessado* (e cujos interesses eram infantis, conforme a crítica ilustrativa que referiremos a seguir), e por isso não confiável e nada científico, de uma história que muitos pretendiam não dizer respeito a

¹³ Isay morreu em junho de 2012, quando da confecção deste capítulo.

¹⁴ Ver, por exemplo, os ataques de Cléopatre Athanassiou (1993).

¹⁵ Especialmente nas áreas que tomavam a palavra para falarem dos homossexuais, sempre numa posição de exterioridade em relação ao objeto, o que era suposto garantir o desinteresse e a cientificidade, além da indisfarçável distância do que era considerada uma doença. Na sociologia e antropologia, houve a substituição dos estudos causais pelos estudos descritivos, intentando compreender a sociabilidade homossexual e não mais a causa de seus infortúnios, o “como” ao invés do “por que”; na filosofia e história, consagraram-se os trabalhos sobre a contingência das normas e a produção histórica da normalidade e anormalidade, ressaltando o papel político das categorias sexuais e sua função em nossas sociedades; na literatura e na imprensa, a oportunidade de circulação de obras e veículos de opiniões e notícias de foro homossexual, editadas pelos próprios. Michaël Pollak, Michel Foucault e E. M. Forster, entre outros, eram declaradamente homossexuais.

ninguém além dele próprio. Isay foi constrangido pelas normas, muitas delas silenciosas, que estruturavam o campo psicanalítico por meio de ataques que ao mesmo tempo jogavam luz sobre tais normas e revelavam os preceitos históricos que se cercavam da suposta assepsia política do qual se revestia o saber sobre o inconsciente.

Sobre tais preceitos, ao longo de todo o trabalho veremos quais foram suas condições de incorporação no pensamento psicanalítico, bem como o retorno dos mesmos quando das recentes discussões a respeito do psicanalista gay, que seguiremos narrando aqui. Isay recebeu-os todos, e encontramos uma compilação dos mesmos no artigo escrito em 1993, prenhe de ironia e desprezo, pela psicanalista francesa Cléopâtre Athanassiou, a qual contesta não apenas a polêmica ideia de Isay de que era melhor para pacientes gays serem analisados por psicanalistas gays¹⁶. Athanassiou, reafirmando sua experiência clínica, enxergava a “negação psicótica [da diferença sexual] que reveste a dinâmica perversa” (p. 1286) dos homossexuais, vítimas de uma “perturbação da constituição da bissexualidade psíquica” (p. 1284) que os incluía em uma “comunidade de sintomas psíquicos, saindo das bordas da neurose em direção às falências que beiram a psicose” (p. 1289). A psicanalista não precisa então chegar ao ponto de mencionar que não importaria tanto, para ela, que um psicanalista declarasse publicamente sua homossexualidade, enquanto o problema seria na realidade muito anterior: o que faz um narcisista meio psicótico-meio perverso, míope para tudo o que é da ordem do diferente e passível de converter seus pacientes à suas lógicas narcísicas especulares, no mundo dos psicanalistas? Cabe apontar também que, assim como Isay inaugurará a fala gay pública na psicanálise, Athanassiou inaugurará por sua vez, de forma igualmente pública, a reação dos

¹⁶ Tal ideia, certamente muito contestável, torna-se compreensível se observarmos o material e o contexto histórico e político aqui retratado. A intenção de Isay é oferecer um espaço de proteção e ajuda a analisando historicamente abusados pelos psicanalistas, e em seu vocabulário usa a palavra “neutralidade” para denominar esta oferta que se pretende salutar. Além disso, Isay não pretende dizer que analistas heterossexuais, em virtude de uma desvantagem identitária, seriam de saída incapazes de analisar homossexuais. Ele queria dizer que *aqueles* analistas heterossexuais eram incapazes de analisar homossexuais, como deixa bem claro no seguinte trecho que Athanassiou escala para saturar de ingenuidade seu retrato do psicanalista norte-americano: “Mesmo que o analista heterossexual seja relativamente livre de conflitos no que diz respeito à homossexualidade de seu paciente, *sua aderência à teoria segundo a qual o único caminho que conduz a um desenvolvimento normal passa pelo conflito edipiano e à sua resolução heterossexual torna difícil a existência de uma neutralidade terapêutica* [itálicos nossos]” (Isay, 1991, p.199). O problema, que Athanassiou com má-fé ignora, é a aderência dos analistas a uma teoria normalizadora e heterossexista, e não o fato de eles serem heterossexuais.

psicanalistas a tal emergência. Em seu texto, é explícita a maneira com que enxerga Isay e os homossexuais, de cujas realidades psíquicas diz saber muito bem, e muito mais que eles próprios; um saber que resulta em simpática compaixão para com estes desafortunados, posto que leva em consideração suas limitações. O quadro se inverte quando um psicanalista, além de se declarar homossexual, decide teorizar sobre a sua própria vida e a de seus pacientes fora do quadro de uma confissão de seus pecados, e o que se enxerga de forma clara no texto de Athanassiou e que se tornará frequente a partir de então, é a ironia, o ódio, a postura arrogante de quem observa e escreve a contragosto sobre algo de que não tem nenhuma razão para respeitar ou tentar compreender. Está tudo bem enquanto os homossexuais se digladiam no front de seus conflitos internos, conforme ela própria afirma; todavia, quando eles se esquivam deste combate e miram um inimigo externo, eles próprios passam a ser combatidos.

2.3. A luta por reformas

A atuação de associações de luta por direitos, a conquista de espaço por parte de setores organizados da militância, o começo de lobbies por mudanças em legislações estatais opressivas e especialmente a adoção de políticas não discriminatórias em instituições tradicionais da saúde mental somar-se-iam em uma conjuntura favorável para que Isay começasse a pressionar por mudanças na APsaA e, a longo prazo, na IPA como um todo.

Em 1987, Isay propunha a um então tolerante presidente da APsaA, George Allison, que apoiasse uma declaração oficial expedida pela APA com um texto de sua própria instituição sobre o quão nociva era a assunção *a priori* de que a homossexualidade era uma patologia, principalmente em tempos da sombria epidemia da AIDS. Tomada pelo Comitê Executivo (*Executive Committee*), de sua proposta foi derivada uma nota expedida pelo Comitê de Assuntos Sociais (*Committee on Social Issues*) que versava, no plural, sobre “diversas questões não resolvidas” no que tange à etiologia e do tratamento das “várias formas de comportamentos homossexuais” e também da exacerbação do preconceito em virtude do alastramento da AIDS. Lançando mão do tradicional argumento de que a psicanálise não se misturava com política, o seguinte presidente da APsaA, Homer Curtis,

vetou a resolução de publicar a nota. Em seguida, frente às pressões de Isay por uma declaração oficial, dessa vez, que explicitasse que a Associação não discriminaria candidatos à formação com base exclusivamente em suas orientações sexuais, o Comitê Executivo desmentiu que tal prática era realizada. Enquanto isso, escreve Isay (1996) que um amigo, rejeitado anos antes por ter informado o instituto logo na entrevista de que era homossexual

Estava determinado a tornar-se um analista, inscrevendo-se em um segundo instituto. Dessa vez não informou seus entrevistadores de que era homossexual. Foi aceito. Contou então a seu analista didata que era gay na privacidade da primeira sessão, e o mesmo prontamente informou o Comitê de Educação (*Education Committee*). O candidato foi convidado a se retirar e inscrever-se novamente depois de ser analisado. Ele compreendeu que a determinação do instituto era de que ele fosse curado de sua homossexualidade antes de a ele retornar. (p. 158)

Recorrendo à mídia – contrariando o acordo de a instituição e seus psicanalistas manterem uma boa imagem frente ao público, não revelando seus embates e polêmicas internas – Isay expôs à *Psychiatric News*, revista de maior circulação entre a comunidade psiquiátrica norte-americana até os dias de hoje, a resistência da APsaA em adotar uma política de não discriminação em seus institutos. A exposição gerou um extenso artigo naquela revista, incluindo entrevistas do então presidente da APsaA, que declarava não haver práticas discriminatórias em sua instituição e de Judd Marmor, que dizia que havia sim uma histórica discriminação contra homossexuais nos institutos. Foi o suficiente para serem disparadas, por parte de outras associações psicanalíticas não legitimadas pela IPA, acusações de homofobia e petições para um posicionamento oficial da APsaA além de, algo até então inédito, a decisão por parte do Sindicato Americano de Liberdades Civis (*American Civil Liberties Union, ACLU*) de dirigir um processo ao *Boston Psychoanalytic Institute* com base na rejeição de um candidato, possivelmente justificado por sua orientação sexual. A resposta do Instituto de Boston foi uma declaração oficial de não discriminação¹⁷. Os “assuntos sociais sem relevância à psicanálise”, nas palavras de Homer Curtis (Isay, 1996, p. 157), até então denegados, agora forçavam a entrada da instituição.

¹⁷ Letras miúdas, ao fundo da página: “A *Boston Psychoanalytic Society and Institute, Inc.* (BPSI) não discrimina com base em raça, credo, cor, sexo, idade, nacionalidade, deficiência física ou preferência sexual

Sob as pressões da ACLU e o apoio de um novo presidente da APsaA, Isay preparou uma última declaração de não discriminação, enviada ao Comitê Executivo que, embora modificando o texto original, adotou em 1991 a primeira versão de sua posição oficial sobre o assunto, proposta pelo presidente Bernard Pacella. A resolução já havia tido seu terreno preparado pelo apoio do Comitê Executivo à resolução anti-discriminatória da APA em 1989. Na declaração afirma-se que

A American Psychoanalytic Association opõe-se e deplora a discriminação pública ou privada de indivíduos homens ou mulheres cuja orientação é homossexual.

É a posição da American Psychoanalytic Association que nossos institutos componentes selecionem candidatos para a formação na base de seu interesse em psicanálise, talento, background educacional apropriado, integridade psicológica, analisabilidade e educabilidade, e não na base da orientação sexual. É esperado também que nossos institutos componentes empregarão estes padrões para a seleção de candidatos para a formação e para a indicação de todas as grades de faculdades. (Minutes, 1991a, p. 1110)

Havia ainda, porém, a resistência do Conselho de Padrões de Treinamento (*Board on Professional Standards*), “responsável pelos critérios de formação”, e também “o órgão mais conservador” (Isay, 1996, p. 157) da APsaA, dado que a maioria de seus membros negava a habilidade de pessoas “abertamente homossexuais” (p. 162) em tomar as rédeas da formação dos neófitos na qualidade de analistas didatas. Não tardaria mais de um ano para que, novamente sob as pressões de Isay e da ACLU – incluindo a possibilidade declarada de processos judiciais – o Conselho cedesse e o Comitê Executivo aprovasse uma emenda explicitando que não haveria discriminação também na promoção às posições mais altas da hierarquia (Minutes, 1991b)¹⁸. Na tutela do então presidente Bernard Pacella, ele próprio afirmando que uma regra inscrita no quadro burocrático da Associação não seria o suficiente para desabonar a opinião tradicional de tomar homossexuais como doentes, seria criado o Comitê de Questões sobre Homossexualidade (*Committee on Issues of Homosexuality*, posteriormente intitulado *Committee on Gay and Lesbian Issues*). Suas

em admissões, administração de seus programas educacionais, patrocínios ou programas de empréstimo e empregos” (Boston Psychoanalytic Society and Institute, 1987).

¹⁸ Em 2002, Sydney Phillips, autor de importantes contribuições sobre a contratransferência de terapeutas homossexuais com pacientes heterossexuais, foi o primeiro membro abertamente gay da APsaA promovido à posição de analista didata (Drescher, 2008).

funções seriam a de identificar a homofobia ainda ativa nos institutos e realizar encontros e discussões com o intuito de repensar os preceitos institucionais a respeito da homossexualidade (Roughton, 1995). Não menos importante, em 1992 a Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovaria, por sua vez, a retirada da categoria “homossexualidade” da Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua décima versão (Nakajima, 2003).

Em visível reação, um grupo de psicanalistas liderados por Charles Socarides – desde a decisão de 1973 da APA galgando ressentimento e encrespando o tom de seus argumentos – indignados com as decisões da APsaA, funda em 1992 a Associação Nacional de Pesquisa e Terapia da Homossexualidade (*National Association for Research and Therapy of Homosexuality*, NARTH) com propósitos de levar a cabo terapias de conversão de homossexuais. Advogando a liberdade de expressão e livre busca da “verdade científica” em oposição ao que consideram o triunfo do “politicamente correto”, o NARTH até hoje atrai imensa publicidade em torno de suas polêmicas. Paralelamente, Socarides também reuniu um grupo de psicanalistas em torno da questão de “se os candidatos à formação afinal seriam ou não, analisados como homossexuais que eram” e também “se a homossexualidade, a partir de [então], seria considerada um comportamento sexual normal” (Isay, 1996, p. 164). O grupo então juntou esforços para derrubar a política de não discriminação recém-adotada na APsaA. Organizado um referendo, foram derrotados.

Tais reviravoltas foram suficientemente oportunas para que diversos membros efetivos e candidatos da APsaA se identificassem publicamente como homossexuais. Em 1996, para vinte e oito colegas da Sociedade Psicanalítica de Atlanta, da qual foi diretor durante cinco anos, um analista didata de 63 anos escreveu uma carta onde afirmava que “o tempo agora parece certo para que eu responda certas questões não formuladas” (Goode, 1998, p. A28). Chamava-se Ralph Roughton, e a resposta que deu foi a respeito de sua orientação sexual. Diferente das reações que recebera Isay, em torno de dez anos antes, o psicanalista de Atlanta, cujo nome hoje batiza um prêmio anual reservado a artigos psicanalíticos sobre diversidade sexual¹⁹, fora imediatamente apoiado e saudado por seus pares. A comunicação de Marvin Margolis, então presidente da APsaA, é exemplar: “Isto

¹⁹ Ver [http://www.apsa.org/About APsaA/Awards and Prizes/Ralph E. Roughton Paper Award.aspx](http://www.apsa.org/About_APsaA/Awards_and_Prizes/Ralph_E._Roughton_Paper_Award.aspx)

não irá mudar como as pessoas se sentem sobre você; isto irá mudar o modo que as pessoas pensam a homossexualidade” (Feldman, 2002, p. 975). Numa “medida do quanto as coisas se alteraram em um campo que por mais de meio século via na homossexualidade uma doença e não os aceitava no exercício da psicanálise” (Goode, 1998, p. A28), Roughton seria chamado em dezembro de 1998 para um painel público, em Nova Iorque, intitulado “Homofobia: análise de um preconceito ‘permissível’”, organizado pela própria APsaA. Em sua fala, Roughton revelou um retrato de sua didática e entrevista de admissão: “Em 1967 (...), fui aceito no instituto porque a questão das entrevistas sobre sentimentos homossexuais foi facilmente respondida com a ambígua ‘ah, apareceu em minha análise, mas isso não parece ser um problema’”. A semelhança à narrativa de Isay estende-se também a seu estado conjugal de então, um distintivo do que, em referência a Winnicott, chamaria de “meu falso *self* público” (APsaA, 1998).

2.3. A situação da homossexualidade no mundo psicanalítico

Vimos que nos Estados Unidos, solo de um articulado movimento de minorias que começou a ganhar visibilidade e força desde o fim da década de 60, as Associações psicanalíticas foram alvo de denúncias de discriminação com respeito a candidatos e membros homossexuais, confirmadas por membros de dentro das próprias Associações. Some-se a isso o poder e a influência da psiquiatria norte-americana na formação da opinião pública, em âmbito global, que passou do posto de autoridade científica em qualificar a homossexualidade como doença mental a uma entidade que pressionava por mudanças institucionais. E finalmente, a figura de Richard Isay, sua posição dentro da Associação e suas iniciativas foram fundamentais para a posterior implantação de medidas de câmbio estatutário e grupos de trabalho e comitês para a abordagem da homofobia nas representantes da APsaA.

São escassos os trabalhos que apontam para a rejeição de candidatos homossexuais nas sociedades psicanalíticas e, similares aos relatos de Isay e Roughton que vimos acima, os que existem são amplamente baseados em evidência anedóticas e referências indiretas. Parte do material aqui disposto foi publicada por diversos autores em uma edição especial de 2003 do *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy* sobre as atitudes de profissionais

“psi”, fora dos Estados Unidos. Os editores do número especial da revista submeteram a alguns psicanalistas e psiquiatras proeminentes da Europa, Ásia e América Latina questões que concerniam inclusive ao estatuto de candidatos abertamente homossexuais à formação psicanalítica. Porém, segundo os autores, alguns países, na verdade alguns continentes, mantiveram silêncio. Psicanalistas franceses abordados pelos autores manifestaram a opinião de que “a questão de analistas gays e lésbicas é ‘política’ (e, portanto, não-analítica e pouco digna de interesse), além de ser um ‘problema americano’, não tendo nenhuma relevância nas sociedades europeias” (Lingiardi & Drescher, 2003; p. 3). Esta esquiva por parte dos membros das sociedades psicanalíticas francesas é corroborada por um comentário muito recente de André Helman, membro da sociedade PsyGay, que afirma que “há uma longa tradição de ‘discrição’ e de não-ditos que parece se impor” (Helman, 2012, p. 2), o que para ele influencia o fato de que nenhum psicanalista tenha saído do armário até presentemente.

Assim, apresentaremos alguns trabalhos que, embora não nos ofereçam um quadro rigoroso, servirá como um mapa preliminar sobre a questão nas sociedades psicanalíticas filiadas à IPA principalmente durante os anos de 1980 a 2000.

Pesquisas realizadas pela Associação de Homossexuais nos Serviços de Saúde (*Bundarbeitsgemeinschaft Schwule im Gesundheitswesen*, BASG) no período de 1985 a 1994 e divulgadas por Stakelbeck e Frank (2003) oferecem alguns contornos da situação na Alemanha. As primeiras pesquisas da BASG obtiveram, de 15 respondentes de um total de 26 institutos abordados, respostas evasivas do tipo “A princípio não [há exclusão], mas mesmo assim...”, contradizendo a experiência de candidatos da Associação que haviam sido rejeitados por serem homossexuais logo na entrevista. Um destes candidatos, abertamente gay, entrou em um curso oferecido como parte preliminar da formação oferecida pela Associação Psicanalítica Alemã (*Deutsche Psychoanalytische Vereinigung*, DPV); seu caso foi então referido a um Comitê nacional e internacional, resultando em sua posterior rejeição. Em pesquisa posterior feita por Rauchfleisch (1993) incluindo a Alemanha, a Suíça e a Áustria de 1991/92, de 34 institutos, cinco disseram admitir candidatos homossexuais. A BASG, em outro estudo, de 1993/94, também dos três países abordados por Rauchfleisch, de 46 institutos, 11 responderam positivamente sobre a

admissão de homossexuais. Especificamente para a Suíça, Rauschfleish (2003) comenta que cinco dos seis institutos psicanalíticos de seu país não responderam à questão sobre a política de admissão de candidatos homossexuais quando de sua pesquisa de 1993. Ao invés disso, os destinatários remeteram o questionário ao presidente da Associação Psicanalítica Suíça, que respondeu: “Sinto muito informa-los que é impossível responder a questão tão complexa” (p. 51). Na Noruega, em virtude da maneira com que eram abordados os homossexuais, tanto em suas candidaturas quanto em sua situação na teoria psicanalítica, em 2001, a Organização Nacional para a Liberação de Gays e Lésbicas concedeu à Associação Psicanalítica Norueguesa seu troféu anual intitulado “Homofobia” (Kjaer, 2003).

Não há nenhum estudo sobre a situação das políticas de admissão ou rejeição de homossexuais nas sociedades psicanalíticas brasileiras²⁰. Um debate promovido em 2008 pelo *Jornal de Psicanálise*, da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), porém, pode servir para ilustrar a questão não somente no Brasil, mas também na Argentina e na Itália. O debate, sobre as mudanças ocorridas nas políticas da IPA sobre a formação do analista, entre outros assuntos, culminou na questão da homossexualidade dos candidatos. Abel Fainstein, da Asociación Psicoanalítica Argentina (APA), apoia a pressão social contra um analista que em seu país equivalia homossexualidade e perversão e destaca a “mudança do imaginário a respeito da homossexualidade” (Bolognini, Horta, Helena, & Maria, 2008, p. 38), sendo que há mais de trinta anos, quando começou sua formação, “a homossexualidade enquadrava-se claramente dentro das perversões e tinha que ser curada” (p. 39). Luiz Carlos Menezes, da SBPSP relembra o mal-estar que o didata paulista Luiz Meyer causou, havia quinze anos, em uma reunião de entrevistadores sobre os critérios de seleção quando disse que um homossexual que entrevistara deveria ser aceito segundo seu juízo. “Havia uma atitude da IPA em relação a isso” (p. 39), Menezes assume. Presente na discussão, Meyer assente e cita a saga de Ralph Roughton para ilustrar o quão erradas estavam as teorias manifestas no momento da seleção e da análise didática. Stefano Bolognini, da Società Psicoanalitica Italiana (SPI), comenta sobre dois homossexuais que se apresentaram para sua seleção. De um deles, recusou a candidatura por achar que se

²⁰ Remetemos o leitor à pesquisa de Acyr Maya (2007) que inventaria e critica o que psicanalistas brasileiros da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) pensam sobre a homossexualidade.

tratava de alguém fortemente perturbado. O segundo, eliminado na primeira candidatura por ser homossexual, apresentou-se pela segunda vez para Bolognini e foi aceito por lhe parecer “uma pessoa reflexiva, criativa (...) e tinha uma capacidade de contato interno e interpessoal incomum” (p. 42).

Na Grã-Bretanha, coube à psicanalista Mary Lynne Ellis realizar a investigação mais completa sobre a exclusão de homossexuais nas associações inglesas. Sem ter tido contato com a reviravolta que ocorria havia mais de uma década nos Estados Unidos e sem tampouco saber da adoção das novas regras na APsaA em 1991 (comunicação pessoal, 29 de junho de 2012), em 1991, Ellis entrevistou membros do alto escalão de três institutos de formação britânicos. “Quais organizações de formação psicanalítica excluem lésbicas e gays de suas formações e quais seus motivos?” (1994, p. 501), pergunta-se Ellis em face da “regra não escrita”, conhecendo muitos homens e mulheres homossexuais que, segundo ela, sabiam que jamais seriam aceitos, além de possuir testemunhos acerca da exclusão enviadas à instituição de apoio psicológico à comunidade LGBT à qual pertencia.

Ellis conduziu uma entrevista pessoal com membros de três associações de formação em psicanálise, sendo que o único instituto que a autora escolheu revelar a identidade fora o *The Institute of Psychoanalysis*, sede da *British Psychoanalytic Society* (BPS). A razão disso, alega, foi a de ter considerado a posição dos dois primeiros institutos muito mais flexíveis e abertas ao diálogo que o BPS, o instituto de formação em psicanálise mais influente na Grã Bretanha. Nos dois primeiros institutos, Ellis notou grande confusão por parte dos psicanalistas ao justificarem os critérios de exclusão e autorização de candidatos à formação oferecidos, especialmente quando se aproximava da questão da homossexualidade. A adequação de um candidato, conforme um dos didatas entrevistados, seria a “habilidade de sustentar um relacionamento durante o tempo sem recorrer ao *splitting* e ao medo da proximidade e intimidade” (1994, p. 508). Por vezes mencionada como psicopatologia, mesmo que não particularmente saliente, por vezes associada automaticamente à promiscuidade e jogando contra a maturidade emocional representada por relacionamentos estáveis e duradouros, a homossexualidade dos candidatos definitivamente não era indiferente aos institutos. E que um entrevistado tenha dito que

“ninguém faz caso disso” mostra que há condições (silêncios) a serem cumpridas para que isso seja tido como indiferente.

O *Institute of Psychoanalysis*, porém, foi menos discreto quanto à sua posição sobre a admissão de candidatos gays e lésbicas, sustentando, segundo o Comitê de Admissões, “fortes visões sobre o assunto” (Ellis, 1991, p. 511). Na entrevista concedida, o didata afirmou que a instituição certamente ficaria mais alerta caso um candidato “tivesse um estilo de vida e uma escolha homossexual firmes”, o suficiente para que eles “ponderassem sobre a capacidade de a pessoa funcionar de maneira intensiva com uma *miríade de questões de natureza heterossexual, relacionamentos com crianças e por aí* [itálicos nossos]” (p. 511). A preocupação recairia principalmente sob aqueles candidatos que, durante a formação, não quisessem ajuntar-se a seus analistas no esforço de investigar a fundo o que os levou a realizar “aquele tipo de escolha” (p. 512). A tônica da preocupação na “firmeza” da escolha homossexual e a ideia de investiga-la a fundo, recobrindo o intuito de revertê-la para a escolha heterossexual (que certamente era poupada dessa investigação compulsória) mostra o quanto o terrorismo da cura não era uma realidade norte-americana apenas. Perguntado sobre a base teórica de tais posições, se respaldados pela visão kleiniana de que o sucesso de uma análise pressupõe a escolha heterossexual, o entrevistado revelou-se reticente e incerto, porém seguro de que “nós sentimos que o ajustamento sexual da pessoa coincide com a orientação heterossexual” (p. 511).

Relatos de aspirantes que tiveram contato direto com analistas do Instituto, em situações mais *off-record* que a de Ellis, mas certamente mais próximas das “fortes visões sobre o assunto”, são reveladores. Candidatos desejosos de tornarem-se psicanalistas foram desaconselhados por membros do Instituto logo na primeira entrevista, mediante justificativas de diversos matizes, como: “homossexuais não podem ser psicoterapeutas”, “você não será aceita à formação porque o Instituto cometera erros no passado e agora deveria ser muito cauteloso”. Outra pessoa, perguntada por uma psicanalista membro do Instituto se estava interessada em inscrever-se à formação, obteve como resposta à sua negativa: “Bem, de qualquer maneira, nós não aceitamos homossexuais na formação (...) bem, *certamente não homens homossexuais. Até aceitaríamos uma mulher se ela fosse bastante discreta* [itálicos nossos]” (Ellis, 1994, p. 513).

Não é surpreendente que a discriminação renderia furos jornalísticos, como vinha acontecendo nos Estados Unidos. No mesmo ano de sua publicação, o relato de Ellis foi central num texto de Paula Webb para o tabloide britânico *The Independent*. A repórter, para engrossar o calibre de sua matéria, ligara pessoalmente para as instituições visitadas por Ellis e, do próprio presidente do *Institute of Psychoanalysis*, obteve: “É muito difícil responder [sobre a admissão de gays e lésbicas]. Não temos uma política oficial de admissões – nenhuma história passada é considerada como razão para excluir um candidato. A ideia da homossexualidade como uma perversão está evanescendo rapidamente” (Webb, 1994).

Mesmo que os relatos e as pesquisas sobre a rejeição de candidatos homossexuais acima relacionadas sejam tão nebulosas quanto as políticas de admissão, é difícil não afirmar que em todo o mundo psicanalítico houve a exclusão de pretendentes à formação por não se enquadrarem na norma heterossexual. Todavia, é explícito que um câmbio começou a operar a partir da década de 80, e a pressão de associações civis de mobilização por direitos dos homossexuais tiveram um papel importante nisso. Associações que, conforme vimos acima, também são responsáveis pela vigilância e denúncia pública dos centros de formação psicanalíticos que, diga-se de passagem, até pouco tempo antes não precisavam dar satisfações a ninguém sobre suas práticas e políticas. Outro ponto ainda é digno de destaque: em nenhum outro país onde a IPA está representada por suas associações de formação a exposição da regra não escrita contou com a exposição pessoal de psicanalistas homossexuais, como nos Estados Unidos. Tal fato historicamente faz das associações e dos psicanalistas deste país um carro-chefe no esforço pelas mudanças de atitude na seleção, além de um alvo de críticas, algumas inéditas e outras tradicionais, por parte de psicanalistas de outros países.

2.4. Barcelona, 1997

Malgrado as mudanças ocorridas nas sociedades norte-americanas, a IPA, cuja missão é ser o corpo regulatório da formação e transmissão psicanalítica, ainda estava longe

de tomar uma posição oficial acerca da questão da discriminação de candidatos gays. O 40º Congresso de Barcelona, reunido sobre o tema central *Psicanálise e Sexualidade*, com suas exposições e comentários figura-se assim como palco de interesse para investigarmos como a problemática se encontrava em nível internacional. Dos dias 27 de julho a 1 de agosto de 1997, os “emergentes *anômalos* entre os regulamentados praticantes da psicanálise dita oficial” (Graña, 1998, p. 11) mostraram seus rostos e, coisa inédita para a comunidade psicanalítica, disseram seus nomes, incomodamente fundindo duas identidades. A abertura do Congresso, feita pelo renomado psicanalista francês André Green, pode ser tomada como sintoma e rebote do que se passava no mundo psicanalítico em termos da visibilidade da homossexualidade, em cujo cerne situa-se a sacralização teórica e o ascetismo político que a mesma representa. Na abertura, Green faz um convite à leitura de sua então mais recente obra, *Les chaînes d'Eros: actualité du sexuel* (Green, 1997). No livro, Green apoia a opinião corrente em seu país sobre o desejo da negação do “real” da diferença sexual pelos homossexuais, enfatizada por seus pares psicanalistas, juristas e membros do clero, além de reproduzir uma distinção frequente: “É neste quesito que a interpretação *dos psicanalistas* [itálicos nossos] – mesmo aqueles de mente mais aberta, como Freud – não concorda com *eles* [itálicos nossos]”, comenta o autor sobre as reivindicações da parte dos homossexuais, intitulados “militantes”, prejudiciais à pesquisa psicanalítica (Green, 1997, p. 212). Enfatizamos o substantivo (que corretamente poderia ser substituído pelo pronome *nós*) e o pronome porque a distinção é importante para compreendermos o que está em jogo aqui. Além de enunciar uma generalização sobre o que *eles* querem – e não deveriam querer –, *eles*, ou seja, os homossexuais, não são contados entre *nós*, psicanalistas, aqueles que saberiam e poderiam dizer a verdade sobre suas condições.

Apesar do tema do momento ter despontado em outros dias e mesas, fundamental para nossa investigação é o painel intitulado simplesmente *Homosexuality*, composto por Lenise Lisboa Azoubel, da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto (SBPRP), Brasil, César Botella, da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), França, e Ralph Roughton, que já nos é familiar. Painel este “atravessado pelos grandes câmbios culturais que o conceito [homossexualidade] sofre na sociedade atual”, conforme comentário de Noemí Chervinsky (1998, p. 655) para a argentina *Revista de Psicoanálisis*. O mediador, Aiban Hagelin, de Buenos Aires, abriu a sessão perguntando: “O que é homossexualidade? Seria

uma neurose impulsiva? Seria uma desordem de personalidade? Seria uma neurose? Talvez uma psicose, ou uma ‘neurose transicional’?” (Berman, 1998) e, para firmar a direção de sua opinião, citou Charles Socarides, partidário da opinião que, de todos os sintomas de origem emocional que servem ao mesmo tempo como defesas, a homossexualidade ocupa um lugar ímpar na capacidade de “usar profundos conflitos psíquicos e empenhos para obter, por intervalos limitados, um equilíbrio pseudoadequado e recompensas prazerosas (...) mesmo que marginal e erraticamente” (p. 806).

A primeira expositora, Azoubel (1998) apresentou vinhetas de um caso que considerava implicitamente como uma perversão clínica, em que destaca frequentes convites, por parte do paciente, a atuações contratransferenciais com matizes sádicas e tentativas de fusão com a terapeuta-mãe. O paciente, evidentemente, também era homossexual. A expositora perguntou-se, ao fim: “O que é a homossexualidade hoje? Podemos abandonar a confusão atual com respeito ao gênero masculino-feminino nos quais as funções que estavam diferenciadas aparecem agora?” (p. 629), sem que do conteúdo de sua exposição tenha surgido a necessidade destas questões em particular ou de reflexões sobre as mesmas. Comentador do painel para a *International Journal of Psychoanalysis*, o psicanalista Emanuel Berman, de Israel, questiona se “a escolha de Azoubel por um paciente profundamente perturbado foi deliberada; e como ela via esta patologia unicamente relacionada à sua homossexualidade, quando sabíamos de impulsos sádicos e desejos de fusão em heterossexuais também” (1998, p. 809)²¹.

Botella (1998), o segundo expositor, utilizou-se de “modelos teóricos, antes de realidades clínicas definidas” (p. 640) para propor desenvolvimentos metapsicológicos diferentes que resultariam em dois tipos de homossexualidade. O primeiro, cujo exemplo é o Leonardo de Freud (1910/2013), caracteriza-se por uma organização narcísico-especular, perceptiva e anobjetal, fundamentalmente auto-erótica e pré-edípica, no qual o sujeito remedia em seus relacionamentos amorosos “os temores de desorganização do Eu, de não-representação” (Botella, 1998, p. 639). O segundo caso de homossexualidade seria um derivado dos descaminhos, não é escusado dizer, do complexo de Édipo, comumente nomeado “complexo de Édipo invertido”. Diferente do primeiro tipo, tendo sido bem

²¹ Roughton afirma, em comunicação pessoal (18 de julho de 2012), que Azoubel admitiu que, mediante o convite para integrar o painel, levou o único caso de homossexualidade que tinha atendido e, sobre o tema em questão, sabia muito pouco.

analisado o recalque de sua castração, apresentaria o prognóstico de uma eleição heterossexual. Conforme a proposição de Botella, as homossexualidades, no plural, seriam matizes de um “espectro da homossexualidade” (p. 640) que podem ser situadas em uma linha que parte do mais anobjetal ao mais objetal. Note-se que a compreensão linear proposta por Botella é a um só tempo um contínuo do mais autoerótico ao mais aloerótico e do menos curável ao mais curável no que diz respeito ao norte da eleição heterossexual. E isto, além de explícito na pena do autor, mesmo que utilizando modelos teóricos, o capacita a afirmar, na contramão de Freud, que “a psicanálise está qualificada a resolver o problema da homossexualidade” (p. 641). Desde que, ressalva, os homossexuais não estejam tão “empedernidos” em seus narcisismos, “defendendo, frente à sociedade, o direito de serem homossexuais”, renegando, assim, “seus dramas pessoais” (p. 642). A inspiração para tal apologia da passividade adveio de uma parada gay na qual duzentos mil homossexuais se manifestaram debaixo de suas janelas no momento da escrita do texto apresentado. Ao seu lado, após sua apresentação, um desses homossexuais “empedernidos” iria pronunciar-se.

Diferentemente de Botella, Roughton (1998), utilizou-se por sua vez de material clínico, porém, principalmente, do choque de sua posição hierárquica – Roughton era psicanalista didada em Emory, Atlanta – e da assunção pública de sua identidade homossexual. Estratégia que marcaria suas ações institucionais e sendo apropriadamente chamada, por ele próprio, de “estratégia cavalo de Tróia” (Roughton, 2002). Atribuiu-se o ponto de vista de “um analista didata e supervisor que reconhece abertamente sua identidade homossexual” pertencente a uma Associação na qual, “há mais de trinta candidatos e candidatas (...) que se apresentam [à época] como homossexuais” (p. 645). Reportando entrevistas de *follow-up* com dois pacientes com ditas tendências homossexuais, colocou-se ele próprio como efector do câmbio discursivo que ocorria na psicanálise norte-americana, do qual discorremos anteriormente. A análise de Adam (de 1965 a 1970), marcada por tentativas de “correção” para a heterossexualidade, é expoente da mentalidade a rigor influenciada pela tradição encabeçada por Bieber e Socarides, segundo a qual “todos os homossexuais são heterossexuais latentes” (Bieber, 1973, p. 207) e que suas condições lhes tornam assim “incompatíveis com uma vida razoavelmente feliz” (p. 213). O resultado, segundo Roughton, foi um homem sexualmente inativo, casado com uma mulher e que, nos encontros posteriores, lamuriava-se ao psicanalista de não ser feliz

de fato. Já Carl (analisado de 1979 a 1983), casado e com filhos no início da análise, tomou consciência de seus desejos homoeróticos durante a análise e, sem a manifestação de um impacto contratransferencial tomando forma na direção da “cura”, permitiu-se relacionar amorosamente com um homem, dissolver seu casamento e, anos depois da análise, a Roughton, declarar-se “muito feliz, satisfeito e em paz” (Roughton, 1998, p. 650).

Após a apresentação dos casos, Roughton (1998) parte para a apreciação de como a visão da homossexualidade havia mudado tanto em sua prática clínica quanto na de seu círculo de colegas de associação. “Parto do pressuposto de que a orientação sexual não é *necessariamente* [itálico nosso] o resultado da psicopatologia e que exploraremos abertamente todos os conflitos que apareçam” (p. 651), afirmou, usando o advérbio para precaver-se de mal-entendidos. Sugere, então, que “façamos de uma perversão ou de narcisismo ou de personalidade fronteira em um homossexual tal como falamos” das mesmas “em um heterossexual, no lugar de considerar que a eleição de objeto homossexual esteja arraigada nessa patologia” (p. 651), apoiando-se em desenvolvimentos contemporâneos no campo teórico da psicanálise²².

Concluindo, apontou Roughton (1998) que

A técnica neutra no processo analítico, quando a etiologia é em essência impertinente, constitui uma posição ideal, mas raras vezes alcançada. *Inclusive os analistas que creem ser neutros estão guiados, às vezes sem o saber, por uma teoria já obsoleta, por heterossexismo cultural, preconceitos não reconhecidos, contratransferência e simples ignorância das normas que regem as vidas dos homens e mulheres homossexuais, e seus pacientes homossexuais frequentemente vivem essa ‘neutralidade’ como uma confirmação de atitudes negativas com respeito à homossexualidade* [itálicos nossos]. Assim, uma constante autoanálise e educação parecem ser uma condição *sine qua non* para aqueles que tratam pacientes homossexuais. (p. 652)

²² Destaque para Joyce McDougall e sua obra lançada dois anos antes do evento em questão, *As múltiplas faces de Eros* (McDougall, 2001), na qual desenvolve um ponto de vista totalmente diferente e não *a priori* patológico da homossexualidade, contrário ao que havia feito algumas décadas antes, quando a autora legislaria em prol de uma *verdadeira* sexualidade, da qual todos os homossexuais, enquanto perversos que são, estariam de fora (McDougall, 1983). Sendo então paradigmática dessa mudança discursiva na psicanálise, a eleição de McDougall, psicanalista respeitada internacionalmente – inclusive, eleita editora da revista *Studies in Gender and Psychoanalysis*, ao lado de figuras como Kenneth Lewes e Judith Butler, até sua morte em 2011 – e suas “neossexualidades” desvinculadas da perversão funcionou estrategicamente como uma carta na manga de Roughton.

Aberta a discussão, Nicos Nicolaïdis, de Genebra, enalteceu a exposição de Botella e propôs a reflexão sobre se a negação da diferença sexual por parte dos homossexuais não derivaria em negação da diferença geracional, culminando na pedofilia²³. Mauricio Ginacht, da mesma filiação institucional que aquele que o antecedeu, deu voz à questão sobre “o que nós [psicanalistas] faremos *quando homossexuais baterem às nossas portas, para tornarem-se membros de nossas sociedades?* [itálicos nossos]” (Berman, 1998, p. 808). Roughton, ignorando solenemente Ginacht, respondeu a Nicolaidis dizendo que “a maioria dos homossexuais não são pedófilos” (p. 808), e propôs cautela na leitura e derivação de conclusões generalistas a partir de grande parte da literatura psicanalítica sobre os homossexuais, os quais “precisam de ajuda como indivíduos” (p. 808). Da Austrália, Ron Spielman descreveu a contribuição de Roughton como “política e corajosa” (p. 808) e propôs a todos que explorassem profundamente a questão contratransferencial presente no atendimento de pacientes homossexuais.

Por sua vez, André Green censurou Roughton por não ter ido, em seus exemplos, além dos comportamentos dos pacientes, elidindo reflexões acerca de seus mundos psíquicos – crítica tradicional, diga-se de passagem, da psicanálise francesa à norte-americana –, embora concordara que “deveríamos parar de falar da homossexualidade como singular (...) reconhecendo suas diferentes variações” (Berman, 1998, p. 808). Teorizações de alto nível são cruciais, Green emendou, e o progresso dessa questão seria dependente de construções que levem em conta nuances da vida psíquica. Azoubel e Botella concordaram com Green, frisando a existência de várias homossexualidades e a complexidade do campo, além do risco de se transformar a clínica psicanalítica, nesses casos, numa “psicologia social”. Sobre a admissão de candidatos homossexuais, Botella apontou que “*a Sociedade de Paris não deve ser tão receptiva quanto os institutos norte-americanos* [itálicos nossos], apesar de a decisão em cada caso não ser baseada em comportamentos, mas na avaliação da liberdade de funcionamento psíquico do inscrito” (p. 808).

Paul Lynch, de Boston, criticou a ênfase na patologia expressa na descrição do painel, e dirigindo-se a Azoubel e Botella, apontou o tendencioso enquadre de um paciente

²³ Não por acaso, os principais noticiários de Barcelona, no mesmo dia, expunham os últimos escândalos envolvendo pedófilos (Roughton, 2003).

muito complexo e prejudicado no substantivo “homossexual”, na exposição da primeira, e a do segundo por suas generalizações, para ele, distantes da experiência clínica (Berman, 1998). Lynch se expôs como um candidato gay, seguindo a atitude de Roughton, e frisou que em seu instituto sentia-se bem-vindo, acrescentando que “esta não deve ser a situação alhures; e o progresso em direção a uma melhor compreensão requer primeiro o reconhecimento de nossos vieses” (p. 808). Por fim, Waldemar Zusman, do Rio de Janeiro, lamentou a escassez de novas ideias na discussão, e trouxe a noção de “padrões de identidade delirantes que não tocavam outras partes da personalidade” (p. 808)²⁴.

As apresentações de Botella e Roughton expõem, como bem apontou Berman (1998), “diferentes subculturas psicanalíticas” que “dividem entre elas o legado freudiano” (p. 809). Botella apoiou-se principalmente na teoria metapsicológica do narcisismo para formular sua visão sobre a homossexualidade e Roughton, por sua vez, limitou-se admitidamente à experiência clínica como uma maneira de evitar construtos teóricos que acredita serem preconceituosos. A isto se endereça a crítica de Green e também a do próprio Berman, que lamenta não ter ouvido mais da teorização de Roughton a partir de sua clínica. Todavia, o noticiador do painel para o *IJP* acima de tudo lamenta que a exposição de Botella transmita a ideia de que a negação da diferença estenda-se, a partir do “mesmo” gênero, a todos os aspectos de suas constelações psíquicas: “homossexuais podem ser atraídos a indivíduos que diferem deles em todos os aspectos, para além do gênero, então, necessariamente, eles evitariam a alteridade?” (p. 809), questiona. Ademais, Berman aponta as implicações cruciais da discriminação da homossexualidade e de candidatos homossexuais, sendo que o reconhecimento e reflexão acerca dos mesmos “deve ser um ponto de partida necessário para um discurso psicanalítico contemporâneo” (p. 809), convocando autores como Judith Butler, além de Joyce McDougall, para um diálogo renovador das tradicionais noções psicanalíticas implicadas nas ideias sobre a homossexualidade²⁵.

²⁴ Quanto à referida noção de identidades delirantes, Zusman irá expô-la no ano seguinte (Zusman, 1998), sobrepondo escolha de objeto a identidade de gênero e sexo biológico.

²⁵ No prefácio escrito em 1999 para seu livro mais influente, *Gender Trouble*, publicado dez anos antes, Judith Butler afirma que o mesmo esteve “entre os materiais que também ajudaram membros da *American Psychoanalytic Association* e da *American Psychological Association* a reavaliar algumas de suas *doxas* correntes acerca da homossexualidade” (Butler, 2006).

Sem a assustadora máscara, peruca, smoking ou voz distorcida, Roughton foi como um John Fryer atualizado no palco da IPA. A propósito da questão de Mauricio Ginacht, Roughton (2003) indaga-se, posteriormente, se não havia algo errado com a tradução simultânea, dado que ele próprio afirmara que era homossexual e membro da IPA havia anos. Ponderemos se Ginacht, mesmo ouvindo Roughton, tenha ainda insistido na questão ou se não havia algo de tão arraigado na escuta daquele membro – e não somente dele – que o impedisse de ouvir um colega declarando explicitamente uma identidade. Cinismo, falha mecânica ou recusa de algo intolerável?

Apesar de a exposição de Roughton ser efetivamente política, sua apresentação foi de um material clínico seguido, como vimos, de recomendações teóricas e éticas acerca do tratamento de pacientes homossexuais. Não foi ele o primeiro e não seria o último a fazer tais recomendações. Dada a apresentação de Green e o convite à leitura de seu manifesto contra os movimentos de reivindicação de identidades e direitos, a favor da pesquisa psicanalítica da homossexualidade e da disponibilidade dos homossexuais para tal empreitada, na encruzilhada do *outing*²⁶ do didata de Atlanta, somos enviados à suspeita de que tudo parecia arquitetado de antemão. Roughton, tido como aquele psicanalista que assume abertamente uma identidade homossexual, evidentemente, não sairia do fogo cruzado da controvérsia. Por um lado, valorizado por “nos acercar, com enorme valentia e honestidade, de problemas muito interessantes e complicados que concernem crucialmente a nossa prática”, conforme Juan Gorlero (1998, p. 667) e por Roudinesco (2002), devido à coragem e prosseguimento das investidas que fariam a IPA cambiar sua “estratégia repressiva” (p. 14). Por outro, recebendo diretamente a desqualificação de André Green dirigida a todo o movimento gay, teve sua atitude nomeada de “prosélito militante” por outro francês, Gilbert Diatkine (1999, p. 1306), no mesmo tom das críticas que recebera também Isay na pena de Cléopatre Athanassiou (1993).

A estratégia argumentativa se dá em torno da denúncia de um ataque à neutralidade dos psicanalistas, código tido como fundamental para o estabelecimento da transferência e consequentemente para o próprio processo psicanalítico. Assim, entende-se que alguns tipos de exposição e declarações públicas por parte de seus membros, o “proselitismo” e a “militância política” repudiada por Diatkine (1999), sejam severamente reprovados.

²⁶ Termo correspondente na língua inglesa a “sair do armário”, assim como *coming out*.

A questão aqui é inequívoca: um psicanalista que se diz homossexual não pode ser “neutro” como os outros, na medida em que seus pacientes comuns e em formação psicanalítica já saberão previamente o que eles são: homossexuais. Mas, surge a questão óbvia. O que é mesmo ser homossexual? O resultado dessa atitude é a relegação da dita política para agitadores sociais, juristas, políticos propriamente ditos e afins; som e fúria, coisa que de que não se ocupam tradicionalmente os psicanalistas. Porém, devemos notar que na própria França, no mesmo ano da publicação do artigo de Diatkine, psicanalistas expressavam-se publicamente, em veículos de grande circulação, sobre um apocalipse tomando forma na legalização estatal das parcerias homoafetivas, o que terminaria por derrubar a “Ordem simbólica, a função paterna e a diferença dos sexos”, conforme sintetiza a psicanalista Simone Perelson (2006, p. 721), tidas como invariantes antropológicos que sustentam a civilização²⁷. Em nome da psicanálise e no mesmo eixo discursivo, na revista *Liberation*, Simone Korff-Sausse, membro da Sociedade Psicanalítica de Paris, assim como Diatkine, Botella e também André Green, compara os homossexuais a *clones* que, em suas reivindicações, atualizariam o desejo de reproduzirem a *lógica do mesmo*, o primeiro tempo da pior das catástrofes: o casal homossexual tornar-se-ia uma *nova norma social* aplicável aos heterossexuais (Korff-Sausse, 1999). Seus colegas ipeanos, aqueles mesmos que “deveriam estar imunizados [devido a suas formações psicanalíticas] contra a homofobia”, na boa-fé de Diatkine (1999, p. 1306), não parecem ter enxergado também proselitismo e militância nestes usos públicos e *ex cathedra* de dogmas psicanalíticos e antropológicos²⁸.

²⁷ O PACS (*Pacte Civil de Solidarité*) foi aprovado na França em 1999, legitimando as parcerias homoafetivas, tendo algumas reivindicações, como a adoção de filhos, vetada. Os psicanalistas que se manifestaram contra a proclamada derrocada da Ordem simbólica da diferença sexual foram, principalmente, Charles Melman, Jean-Pierre Winter, Pierre Legendre, entre outros. Para saber mais sobre o interessante debate e o lugar da psicanálise no mesmo, cf. Maya (2008), Perelson (2006) e Fassin (2003).

²⁸ Algo muito semelhante ocorreu no Brasil, em 1997, quando da votação constantemente adiada do projeto de lei que autorizava parcerias homoafetivas (PL 1151/95). Waldemar Zusman, de volta ao Brasil depois de sua estada em Barcelona, publicou, no jornal carioca *O Globo*, um artigo em que afirmava que “a atividade sexual se impõe aos seres humanos, bem como aos animais, sem se importar com o fato de que a chamemos de instinto ou pulsão” (Zusman, 1997, p. 7-8). Com efeito, a reivindicação de proteção legal e direitos por parte do movimento gay seria a “institucionalização do desvio evolutivo da libido” (p. 7). Contudo, a resposta foi imediata e tomou forma na pena de uma colega da mesma Sociedade, Celmy Correa, que, comparando a luta dos homossexuais com a dos judeus pelo não esquecimento do *Shoah*, afirmou que “usar a identidade e a teoria psicanalítica para defender a homogeneização do psiquismo é uma *posição política de caráter absolutista e totalitário* [itálicos nossos]. É má-fé” (Correa, 1997, p. 16-17).

Nos Estados Unidos, como um índice demonstrativo de o quanto a psicanálise institucionalizada havia tomado rumos diferentes, dois anos antes dos posicionamentos dos psicanalistas franceses sobre o PACS, a APsaA votou uma resolução oficialmente apoiando o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Minutes, 1997). Resolução votada também dois anos antes da *American Psychiatric Association*, que desde 1973 assumia a frente em declarações progressivas, publicar a sua própria nota de apoio.

2.5. Repercussões na IPA

No ano de 1991, tempo de câmbios estatutários nos Estados Unidos, Richard Isay ainda tentaria levar ao nível da política internacional da IPA as discussões que liderou nas associações norte-americanas. Desta vez, eleito como membro do *Program Committee*, Isay escreve uma carta ao então presidente, Joseph Sandler, pedindo para que o Comitê Executivo, o ponto mais alto na estrutura de poder da Internacional, apoiasse uma resolução sobre discriminação e homossexualidade similar àquela adotada na APsaA. Dois encontros do Comitê se seguiram sem que nada a respeito fosse decidido. “Não tivemos tempo para discutir suficientemente a proposta”, afirmou Sandler em carta para Isay (Isay, 1992). A recomendação de Sandler de que Isay enviasse uma proposta de resolução para o próximo *Business Meeting* da IPA encontrou-o refratário, seguro de que não conseguiria voto majoritário naquela configuração. Roughton (2003), que assumiria as investidas que Isay havia inaugurado após sua saída da APsaA, acredita que a desesperança de seu antecessor fazia sentido devido à configuração de poder arcana da IPA no tempo de suas investidas. Uma gerontocracia, no humor amargo de Hélio Pellegrino (1982).

Somente quatro anos depois a proposta de se levar as decisões da APsaA à esfera institucional central iniciaria seu efetivo processo de deferimento. Para tanto, duas condições foram necessárias: a eleição de Ralph Roughton – que não muito tempo antes havia se declarado homossexual para seus colegas – como membro da *House of Delegates* (HD) e a presidência da IPA assumida por Otto Kernberg, a partir de 1997. Vienaense formado psiquiatra e psicanalista no Chile, Kernberg à época era já um influente teórico, e havia rumores nas associações de que suas ideias sobre a homossexualidade haviam mudado de uma assunção exclusivamente patológica de matizes kleinianas para outro foco,

assumindo os “vieses” com os quais era tratada a questão pela psicanálise²⁹. Quanto ao posto para o qual Roughton foi eleito, cabe um esclarecimento. A HD foi criada em 1990 em resposta a uma demanda, por parte das associações filiadas à IPA, de um conselho ligado ao Comitê Executivo que representasse mais amplamente seus membros internacionais. Sem poder de voto, podendo apenas constituir recomendações ao corpo executivo, a HD é composta por vinte e sete membros eleitos, nove de cada uma das três regiões que subdividem a IPA, a saber, América do Norte, América Latina e Europa.

Roughton tinha como uma de suas propostas principais para a HD introduzir a resolução de não discriminação na IPA, como havia sido feito em sua Associação. Afora os norte-americanos, os outros membros da HD não sabiam de sua orientação sexual, o que ocorreu somente após o Congresso de Barcelona (Roughton, 2003). Seguindo ao ocorrido, iniciou o envio de e-mails aos membros europeus e latino-americanos esclarecendo suas propostas e também revelando mais claramente sua posição identitária, requisitando uma discussão sobre sua asserção, algo que ocorreria posteriormente. Após uma discussão preliminar, a reunião correu durante horas, em 1999, no Congresso da IPA em Santiago. O texto final da proposta, aprovado por ampla maioria, foi assim enunciado:

A IPA se opõe a qualquer discriminação contra qualquer pessoa na base de gênero, origem étnica, crença religiosa ou *orientação homossexual* [itálicos nossos]. A seleção de candidatos para a formação psicanalítica deve ser feita somente em bases diretamente relacionadas à habilidade de aprender e funcionar como um psicanalista. Ademais, é esperado que o mesmo padrão seja usado na indicação e promoção de membros de posições educacionais, incluindo analistas didatas e supervisores. (Roughton, 2003, p. 192)

As principais oposições, segundo Roughton (2003), advieram de dois lados. Primeiramente, dos delegados latino-americanos, que, por um lado, reportavam que eles mesmos poderiam não considerar a homossexualidade patológica, mas “os membros de nossas instituições” sim (p. 192). Por outro, foi revelado que em alguns países do continente latino-americano considerava-se que o termo “orientação sexual” referia-se não somente à hetero ou homossexualidade, mas também à coprofilia, necrofilia, parafilias e etc. Isto é, abrir o precedente “orientação sexual” em respeito a homossexuais seria, supostamente, apoiar a entrada de outros membros do catálogo nosológico-sexual

²⁹ Ver Kernberg (2004).

psiquiátrico. Daí a opção pelo termo tão específico. Em segundo lugar, os delegados europeus afirmaram que nomear uma categoria baseada em uma identidade sexual era nocivo à privacidade dos indivíduos e também, mais uma vez, que este era um problema norte-americano, em nada tendo a ver com eles.

De caráter recomendatório, o texto final aprovado foi então levado ao Conselho Executivo da IPA por três membros da HD, François Ladame, Alvaro Rey de Castro e John K. Meyer, somente o último apoiando a decisão. Na reunião do Conselho, sob o apoio maciço dos delegados norte-americanos e apenas um inglês e oposição de todos os outros, o texto final votado pela HD foi alterado em seu ponto central, sendo o termo “orientação homossexual” excluído em favor de um mais geral: “a IPA se opõe a discriminações de qualquer tipo”. Presente na reunião, o anterior presidente da IPA, Horacio Etchegoyen, da Associação Psicanalítica Argentina, enunciou sua posição de maneira definitiva: “a homossexualidade é uma doença” (Roughton, 2003, p. 193). Roughton aponta que, apesar da decisão final do EC, a discussão trouxe à luz um problema antes não refletido por muitos membros e associações ligadas à IPA, dividindo opiniões entre aqueles que consideravam a resolução uma esquivia homofóbica e outros que a consideravam suficientemente inclusiva. Da parte dos membros da HD, restou um sentimento de ultraje e acalorados debates, tendo sua resolução amplamente apoiada solapada pela força dos membros executivos.

Neste ínterim, o editor do *Newsletter* da IPA, Alex Holder, convidara Roughton para uma contribuição na série “Diálogo” da mesma revista, evidentemente esperando abrir uma discussão sobre o tema na plataforma oficial da Internacional. Publicada somente em 2001, o periódico interno contou também com respostas de cinco membros da IPA, representando suas três regiões. Diga-se de passagem, este número da *Newsletter* é de premente importância em termos históricos e teóricos por ser um registro rico do estado atual dos intercâmbios e fronteiras do debate acerca da homossexualidade e sobre psicanalistas homossexuais, além da questão mais ampla da formação psicanalítica. Desta peça, cuja leitura é recomendável, limitar-nos-emos a comentar as exposições imediatamente relevantes à nossa problemática.

Em seu artigo, Roughton aborda a homossexualidade, “talvez um dos tópicos mais providos de diferenças teóricas, históricas, culturais, pessoais e políticas entre nós

[psicanalistas]” (2001, p. 17), em seus aspectos clínicos e técnicos, esperando, diplomaticamente, obter algum consenso ao menos quanto à importância de discutir a questão que o tocava intimamente. A propósito, o fato de ser psicanalista e homossexual, da possibilidade da confluência de ambas as identidades, é explícita somente no primeiro parágrafo de seu texto, sendo todo o seguimento pontuado por recomendações acerca, digamos, da ética do tratamento e da teoria psicanalítica sobre a homossexualidade. O cerne de seu argumento é o de que os psicanalistas, em suas atividades, devem refletir sobre e elaborar suas assunções sobre a homossexualidade, conscientes ou inconscientes, dado que estas, inevitavelmente, podem se imiscuir na cena analítica. Para diminuir o impacto do que Roughton acredita ser possivelmente nocivo a um analisando homossexual, aos psicanalistas recomenda que

1) deixem de lado teorias sobre a etiologia; 2) não iniciem o tratamento com *aprioris* sobre psicopatologia e 3) providenciem aos analisandos homossexuais um ambiente de neutralidade e segurança tal qual o que se oferece aos analisandos heterossexuais, dado que para a maioria dos analistas tal igualdade é prejudicada pela aderência a teorias antigas, pelo contexto heterossexista de nossa cultura, pela falta de conhecimento das normas do modo de vida gay e pela subjetividade individual e contratransferência. (p. 17)

Dada a polêmica proposta e a heterogeneidade dos respondentes, o corpo das respostas não poderia ser menos que multifacetado. Jaime Stubrin e Jaime Lutenberg, da Argentina e Steven Ellman, de Nova Iorque, além de Cesar Botella, subscreveram as recomendações clínicas e técnicas de Roughton, discordando de alguns pontos importantes sobre o que seria uma psicanálise ideal, não somente, mas especificamente no que diz respeito ao tratamento de pacientes homossexuais. Do acordo com os pontos levantados por Roughton, excetua-se o nova-iorquino Ernest Kafka, que explicita em seu texto não crer que haja problemas quanto ao tratamento de pacientes homossexuais e, portanto, nenhuma grande necessidade de ajustes ou reflexões. Estando a técnica em discussão, não surpreendentemente, o axioma bioniano, “sem memória, sem desejo” (Bion, 1967a/1990), foi posto em cena e disputado, ora como algo idealista e impossível: “não existe tal coisa como uma abstração ideológica (...) não existe um psicanalista sem desejo e sem memória”, conforme Stubrin (2001, p. 21), ora como um imperativo ético fundamental para Lutenberg (2001), cujas dificuldades de aplicação repousam em “falhas narcísicas” (p. 23).

A referência pontua o debate fundamental e distante de consenso acerca do lugar da *ideologia* do psicanalista, de sua adesão ou refugio às normas estruturantes de sua cultura, e de como a mesma atuaria – ou deixaria de atuar – na relação analista-analisando, além do papel que teria a análise do analista no que tange ao problema. Quanto à possibilidade de um homossexual ser psicanalista, provavelmente devido à presença de Roughton e de o debate ser relativamente público, ninguém expôs uma opinião contrária.

Em sua resposta, César Botella louva os esforços de Roughton como representante da querela pela aceitação de candidatos homossexuais nas fileiras da APsaA, embora associe a questão à histórica aliança da psicanálise – principalmente a *Ego psychology* – à medicina naquele país, o que priorizaria uma abordagem visando à etiologia, patologia e cura, que Roughton tanto critica, agravada pela suposta exigência de que “somente médicos têm o direito de praticar psicanálise” (Botella, 2001, p. 20). O corolário de Botella é em parte verdadeiro, embora demonstre desconhecimento da situação da burocracia psicanalítica norte-americana. A APsaA, conforme destacado alhures por Roughton (Roughton, 2002), na mesma reunião em que decidiu pela política de não-discriminação, em 1991 havia eliminado a exigência de um documento formal para a admissão de candidatos não-médicos, único empecilho formal contra a entrada dos mesmos (Minutes, 1991). Ademais, Botella destaca o problema da discriminação de homossexuais como algo particular da Associação de seu colega norte-americano, preocupado ao mal-estar causado pela “análise didática, porque dela pode derivar um conflito dramático entre a Instituição e a homossexualidade do candidato” (p. 20). Note-se a inversão, dado que no Congresso de 1997, Botella havia dito que sua Sociedade não era tão liberal quanto as norte-americanas. O psicanalista parisiense, desta feita, afirma que a análise didática não era mais praticada em sua Sociedade, o contrário ocorrendo nas filiadas à APsaA. E em razão desta reforma, ao dissociar o ensino da experiência do inconsciente, a SPP, revestindo a análise dos candidatos de um caráter estritamente pessoal, teria para Botella supostamente eliminado “qualquer ideia conectada a uma *norma*, seja ela médica e/ou social” (p. 20).

Jaime Stubrin, de Buenos Aires, que também esteve presente no 40º Congresso da IPA, considera o artigo de Roughton um “marco na história recente da IPA” e, somado à presença de seu autor em Barcelona, “o sinal de que algo esteja mudando na Associação Internacional”. Temperando seu entusiasmo, Stubrin enxerga, neste contexto, um “genuíno

retorno a Freud e uma prontidão para confrontar distorções subsequentes” (Stubrin, 2001, p. 21). Aquele ao qual Stubrin atribui o retorno é o Freud dos *Três ensaios* (1905/2006), o da “Carta a uma mãe americana” (1935), aquele que se contrapôs a Jones na polêmica sobre o candidato homossexual (Spiers & Lynch, 1977), enfim, o Freud dos excertos comumente repetidos pelos envolvidos nas controvérsias que destacamos. Stubrin (2001) coloca ainda a questão de que “se Freud, o grande árbitro, pensou que um homossexual podia praticar a psicanálise, quem teria dado a seus seguidores permissão para cambiar esta posição ulteriormente?”. Aponta também para a exceção constituída por algumas sociedades do hemisfério norte, apontando para uma “América Latina que ainda possui uma estrutura *macho*, ‘heterossexista’” (p. 21), de sociedades psicanalíticas por isso mais restritivas. Steven Ellman (2001), por sua vez, incluiu na publicação o juízo sobre quinze supervisionandos declaradamente homossexuais, os quais “variavam em suas capacidades da mesma forma que seus colegas heterossexuais” (p. 23). Para a ocasião, em entrevista a dois deles que foram autorizados como analistas, Ellman buscou alguns detalhes sobre suas biografias e também como funcionavam como profissionais independentes. O resultado, para Ellman, foi a possibilidade de excelência no ofício, independente de suas orientações sexuais.

O número seguinte da *Newsletter*, como era de se esperar, inclui uma longa resposta de Roughton aos comentadores de seu artigo. Porém, ainda mais importante, na sessão “Cartas ao editor”, sete de oito cartas são sobre o tema da homossexualidade. Uma delas, escrita por Daniel Widlöcher – então presidente da IPA e oriundo da *Société Française de Psychanalyse* (SFP) – e destinada a Roughton, interessa-nos particularmente. Nas linhas escritas em 21 de setembro de 2001, lemos:

Caro Ralph,

Acompanhei cuidadosamente o debate que figurou na linha aberta da *American [APsaA]* sobre o relacionamento entre orientação sexual e a prática da psicanálise, e mais particularmente sobre a formação psicanalítica. Depois de consultar o Comitê Executivo da IPA, tenho o prazer de te reportar a seguinte declaração oficial: você pergunta “se a orientação homossexual está incluída quando [a resolução] afirma que ‘a IPA se opõe a discriminações de qualquer tipo’”. Posso afirmar inequivocamente em nome do Conselho da IPA que a orientação homossexual está incluída nesta resolução. (Widlöcher, 2001, p. 4)

É evidente que a iniciativa de Widlöcher – que, a propósito, marcava 80 anos da controvérsia que dividiu o Comitê Secreto – visava colocar um fim à querela envolvendo a decisão da *House of Delegates*, cujos protestos eram vocalizados principalmente pela APsaA. “Entendemos que há sociedades dentro da IPA que tanto diretamente discriminam candidatos gays ou criam um ambiente que os desencoraja a aplicação”, escrevem os membros do Comitê Executivo da APsaA em carta publicada na mesma mídia, encorajando “que a IPA tome uma posição de liderança e aborde esta discriminação de maneira franca (...)”, ecoando também o pedido de Roughton por uma nota de inclusão da homossexualidade na determinação de não discriminação baseada em orientações sexuais. Por fim, propõem que a “psicanálise organizada deva agir contra os anos de discriminação experienciados por nossos colegas e amigos gays e lésbicas” (Fox et. al., 2001, pp. 4-5).

No ano seguinte, levada para a reunião Comitê Executivo da IPA por Widlochër em pessoa, a proposta de inclusão do termo controverso foi por ele apresentada como uma resolução do próprio Comitê. Durante duas horas de discussão, somente uma oposição substancial foi ouvida. Uma das delegadas demandava “evidência científica” para apoiar a decisão de inclusão de candidatos homossexuais, e foi respondido por Robert Pyles, então vice-presidente da APsaA e hoje seu presidente, que seria mais apropriado buscar “evidências” em suporte do fato de que homossexuais *não podem* ser bons analistas (Robert Pyles, 12 de outubro de 2011, comunicação pessoal). Em votação quase unânime, o texto aprovado tomou a forma daquele que vimos no início deste capítulo: “Na base de seu compromisso com valores éticos e humanísticos, a IPA se opõe a discriminações de qualquer tipo. Isto inclui, mas não se limita a, qualquer discriminação baseada em idade, raça, gênero, origem étnica, crença religiosa ou orientação homossexual” (Executive Council, 2002).

Em síntese, apesar de não haver números oficiais e tampouco declarações igualmente oficiais sobre a proscrição de candidatos homossexuais das associações filiadas à IPA, podemos concluir que havia uma prática histórica de afastar tais candidatos da possibilidade de exercer o ofício através dos circuitos ortodoxos de formação. Ao longo dos próximos capítulos analisaremos melhor o porquê de a concentração das denúncias, bem

como a exclusividade da exposição identitária de psicanalistas gays, ter sido maior nos Estados Unidos que em outros países. Assumindo, a partir do que vimos até o momento, que a crença compartilhada pelos agentes de seleção de que homossexuais não poderiam ingressar na formação na medida em que, enquanto psicanalistas, estariam de saída atravessados por uma série de atributos impeditivos originados das condições que os “desviaram” do caminho da normalidade heterossexual, direcionar-nos-emos agora a interrogar quais eram e como se desenvolveram ao longo da história da psicanálise os discursos sobre estes atributos que efetivamente afastaram os homossexuais do fazer psicanalítico.

3. A homossexualidade masculina no discurso psicanalítico

Só o espírito humano inventa categorias e se esforça por fazer corresponder os fatos a escaninhos separados. O mundo do ser vivo é, integralmente, um *continuum* em seus menores aspectos. (...) Na realidade, os preceitos são apenas crenças manifestas daqueles que nos prescrevem tais crenças. O que convém a um indivíduo não convém forçosamente a outro.

Alfred Kinsey

Em nossa introdução, reproduzimos a resposta que concederam Freud e Rank a Jones na carta circular que caracterizou a breve polêmica acerca da admissão candidatos abertamente homossexuais nas associações psicanalíticas. Reportar-nos-emos agora ao conjunto integral das quatro cartas circulares que revelam um debate que não levaria a nenhuma resolução oficial quanto à questão, tendo ocorrido somente no âmbito do Comitê Secreto e posteriormente vindo a ser rediscutida somente no período narrado anteriormente. Veremos que nestas correspondências podem ser encontradas, em estado embrionário, algumas das principais formas que se cristalizarão nos posicionamentos dos psicanalistas a respeito de homossexuais no porvir da história do movimento psicanalítico.

3.1. “Um sério descrédito”

No primeiro dia de dezembro de 1921, de Londres, Jones transmite a Freud sua decisão de reprovar a candidatura de um médico assumidamente homossexual à Sociedade Holandesa de Psicanálise, fundada quatro anos antes, atendendo à requisição de um posicionamento por parte dos dirigentes desta. Na circular enviada a todos os membros do Comitê Secreto, escreve:

Os holandeses perguntaram-me algum tempo atrás sobre o quão apropriado seria aceitar como membro um médico que se sabia manifestamente homossexual. Aconselhei contra, e agora ouço de Van Emden [membro-fundador da Sociedade Holandesa de Psicanálise] que o homem foi enquadrado e levado à prisão. Vocês acham que este seria um parâmetro geral e seguro para agirmos? Por outro lado, eles estavam muito receosos sobre aceitarem Varendonck [por não ser médico] e

referiram sua eleição para mim; evidentemente, fui favorável a ele. (Jones, 1921, citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Em 11 de dezembro do mesmo ano, dirigida particularmente a Jones, mas endereçada a todo o Comitê, dispôs-se a resposta de Otto Rank e subscrita por Freud:

Sua indagação, caro Ernest, a respeito da prospectiva qualidade de homossexuais como membros foi por nós considerada e discordamos de você. Com efeito, não podemos excluir tais pessoas sem outras razões suficientes, assim como não podemos concordar com suas perseguições legais. Sentimos que uma decisão em tais casos deve depender de um cuidadoso exame de outras qualidades do candidato. (Rank & Freud, 1921, citados por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Os berlinenses Karl Abraham, Hanns Sachs e Max Eitingon, um mês após a carta de Rank e Freud, apontam então as razões para se posicionarem ceticamente quanto à possibilidade de um homossexual tornar-se psicanalista:

Nós não decidimos ainda sobre a questão de admitirmos psicanalistas homossexuais em nossa Sociedade, mas já dedicamos alguma reflexão a este problema. Em primeiro lugar, somos desfavoráveis a qualquer injúria ou crueldade contra qualquer pessoa. Todos nós tivemos a experiência de que homossexuais com um padrão aberto de comportamento somente nos acompanham em parte do caminho. Dado que a homossexualidade apareça em diversas formas como parte de uma neurose, acreditamos que ela deva ser analisada. Nossas tristes experiências aqui são Hirschfeld e Blüher. Vocês não podem imaginar o que o último fez a serviço de uma má compreensão da psicanálise. Toda possibilidade de analisar estas pessoas vai de encontro à homossexualidade. Concordamos que somente deveríamos aceitar homossexuais em nosso quadro de membros quando eles tiverem outras qualidades a seu favor. (Abraham, Sachs & Eitingon, 1921, citados por Spiers e Lynch, 1977, p. 9)

Por fim, em 22 de janeiro de 1922, Freud e Rank escrevem a última carta circular a respeito da controvérsia, na qual afirmam:

Reconhecemos, nos argumentos contra a participação analítica de homossexuais, algo como uma diretriz. Mas temos que alertá-los quanto à transformação disso em uma lei, considerando os vários tipos de homossexualidade e os diferentes mecanismos que as causam. (Rank & Freud, 1922, citados por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Afirmamos acima que o conteúdo das cartas circulares traz à tona um primeiro vislumbre do levantamento de barreiras contra a formação de homossexuais, da emergência da famigerada regra não escrita que os destituirá da posição de agentes no fazer psicanalítico, situando-os exclusivamente como objetos da pesquisa e do discurso. Alguns dos principais elementos que fundamentarão os posicionamentos dos herdeiros do legado freudiano acerca da questão dos candidatos homossexuais podem ser apreendidos no conteúdo destas circulares. Sem mencionar a imprecisão dos termos utilizados pelos psicanalistas para justificar seus posicionamentos, em primeiro lugar, ressaltamos a situação teórica e política dos homossexuais no discurso dos psicanalistas. Questão que pode ser localizada nos expedientes de todos os envolvidos na polêmica, sendo a homossexualidade tomada como “parte de uma neurose”, uma obstrução tanto ao aprofundamento da análise e quanto à manutenção da qualidade da teorização psicanalítica e da competência dos próprios psicanalistas. É notável que, da parte de Rank e Freud, haja uma tomada de posição bastante diferente, um alerta contra a reificação dos candidatos à formação em torno de suas orientações sexuais que vale também para a generalidade da dita homossexualidade, um cuidado com a singularidade que é próprio da psicanálise e que, no que diz respeito aos chamados homossexuais, conforme veremos, será tido como dispensável.

Em segundo lugar, é evidente a preocupação com a boa imagem dos psicanalistas e da nova disciplina frente à sociedade. Jones parece ter encontrado na prisão do candidato um apoio moral à sua decisão por declinar sua candidatura, decisão que aspira promover ao estatuto de uma diretriz geral. Os parâmetros legais que submetia homens que praticavam atos homossexuais à condenação como criminosos era rechaçado não somente por Freud e Rank, mas também Ferenczi e outros se posicionavam explicitamente contra. “Para o mundo”, diria Ernest Jones (citado por Lieberman, 1985, p. 175), “a homossexualidade é um crime repugnante, cujo comprometimento da parte de um de nossos membros nos traria um sério descrédito”, e sua atitude reflete sua crença.

Em terceiro lugar, e intimamente relacionado com o que discorremos acima, está o berço do dispositivo de formação que pôs em prática o desejo da parte dos pioneiros de depurar a psicanálise via um controle rigoroso das qualidades dos candidatos e futuros psicanalistas, um dos marcos da institucionalização da psicanálise representada pela IPA.

No presente capítulo refletiremos sobre como Freud e as gerações de psicanalistas posteriores pensaram a homossexualidade masculina, atentando não somente a seus diversos movimentos teóricos, mas também ao que se pode depreender acerca da propriedade do diagnóstico de homossexualidade como patologia e sua terapêutica, entendida no sentido da reversão à heterossexualidade. Para melhor compreendermos as condições de possibilidade e os câmbios do discurso psicanalítico tanto freudiano quanto pós-freudiano sobre a homossexualidade, e também do fechamento da IPA à admissão de candidatos abertamente homossexuais, discorreremos brevemente sobre os determinantes sociais, históricos e políticos que engendraram a noção de homossexualidade e do homossexual junto a suas características. A investigação, nesse ponto, visa a esclarecer se há justeza em atribuir a Freud um gesto revolucionário na história das ideias sobre a sexualidade, e tendo em mente a avaliação de diversos estudiosos contemporâneos, por que teria havido nos destinos da psicanálise posteriores à morte de Freud a emergência de discursos e atitudes cruamente homofóbicos, questão que terá seguimento também no capítulo posterior.

3.2. A ciência da homossexualidade

Dissemos que a homossexualidade e, mais especificamente, o homossexual, são conceitos recentes, passíveis de serem remetidos a uma época de grandes câmbios no mundo ocidental, contemporâneos aos anos posteriores à queda do Antigo Regime. Reconhecer a contingência da homossexualidade e do homossexual não é, todavia, negar a estes conceitos e papéis sua positividade no imaginário de nossa civilização. Ou seja, não é o caso de dizer que homossexualidade e o homossexual não existam, mas de reconhecer que suas próprias existências devem ser relativizadas e suas construções percorridas através do espaço conceitual, das crenças e instituições até hoje dominantes às quais estão intimamente articuladas e que historicamente lhe ofereceram sustento e força performática. Se assumirmos, junto a filósofos como Michel Foucault, Judith Butler e Jeffrey Weeks e também psicanalistas como Jurandir Freire Costa, que a homossexualidade não é um dado atemporal da natureza que por algum acaso despertou a atenção de especialistas, as condições que tornaram possível, no mundo ocidental, a descrição da sexualidade em

binarismos específicos como hetero/homo, diferente/mesmo, normal/anormal, doença/saúde, são investigáveis como fenômenos contingentes.

A ideia ocidental e moderna de homossexualidade é estável principalmente devido à crença, igualmente ocidental e moderna, da divisão de homem e mulher em termos de dois sexos distintos. A ideia de que homens e mulheres nem sempre se distinguiram pela diferença sexual, que a primeira vista pode causar espanto, dado o caráter intuitivo desta diferença em nossa sociedade, é defendida pelo historiador e sexólogo Thomas Laqueur (2001), que propõe que antes de certas mudanças radicais na sociedade durante o século XVIII, homens e mulheres não eram diferenciáveis tendo como referente o sexo e sua distinção em dois opostos. Grosso modo, homens e mulheres constituíam antes somente um sexo, distinguíveis pela metafísica neoplatônica do sopro vital, ausente nas mulheres, inferiores que eram no ideal de humanidade, e presente nos homens, superiores, o que fazia que as genitálias dos últimos fossem projetadas para fora enquanto na mulher não o fossem. De resto, numa herança da medicina galênica, ambas as genitálias eram descritas utilizando os mesmos termos e sua anatomia era equivalente, ou seja, eram fundamentalmente as mesmas; enquanto as demais diferenças anatômicas entre homens e mulheres também recaíam na metafísica do sopro vital como princípio heurístico.

A tomada do poder pela burguesia e a instauração progressiva de uma nova sociedade, uma nova economia, um novo conjunto de leis e valores também trouxe consigo a rediscussão do estatuto dos corpos e suas funções que foi expedida por filósofos e moralistas, posteriormente assentado pelo prestigioso método empírico. Com efeito, como escreveu Laqueur (1986), “conversa séria sobre sexualidade é inevitavelmente uma conversa sobre sociedade”, na medida em que, ao invés de serem consequências do acúmulo de conhecimento científico, “novas formas de representar o corpo foram (...) novas formas de representar e de fato constituir novas realidades sociais” (p. 4). O corpo de homens e mulheres e os discursos produzidos a respeito deles, as criações artísticas (Davidson, 1987), os métodos de conceber e investigar empiricamente a natureza (Shapin & Schaffer, 1985), entre outros assuntos humanos são imagens imanentes da sociedade em seu devir constante. O sexo do imaginário burguês, ou precisamente a diferença entre os sexos, é o índice corporal dos distintos lugares que ocupariam homens e mulheres na nova ordem político-econômica. Lugares que não mais seriam ditados pela continuidade e

hierarquização, como no modelo de sexo único, mas pela oposição e descontinuidade caucionada na bissexualidade originária, prolongando em descrições diferentes a mesma posição de dominação masculina sobre as mulheres, dominação que se estenderia, em sobreposição, às novas relações entre heterossexuais e homossexuais.

Com efeito, para Costa (1995), o papel da ciência neste contexto de estabelecimento dos papéis sexuais no mundo burguês, através do ganho de prestígio que o método empírico e positivista havia obtido desde o Iluminismo, foi o de avalizar o que a ideologia já havia postulado. O lugar que as formas essenciais do neoplatonismo característico do modelo de sexo único ocupavam foi progressivamente substituído por um outro conjunto de conceitos cientificamente justificados dentre os quais se destaca principalmente o *instinto sexual*. Esta proposição, filha da medicina moral,

Vai ter um sentido e direção previamente conhecidos pelos teóricos e que serão justificados como sendo intrínsecos à natureza anatômica dos órgãos, em especial dos órgãos do sistema nervoso e do sistema reprodutivo. Todo o saber sobre o sexo e a sexualidade que irão determinar as “patologias” sexuais dos séculos XIX e XX vai ter sua origem nesta concepção de instinto sexual como regra inviolável que só pode ser contrariada em caso de doença. (Costa, 1995, p. 137)

É por isso que Costa considera que o instinto sexual configurou-se como o suporte material da parte psíquica, moral ou social da diferença entre os sexos. Não é possível falarmos de instinto sexual, por sua vez, sem considerarmos o papel que o evolucionismo do século XIX representava para sua conceituação e consolidação enquanto justificativa empiricamente verificável da nova norma familiar, sexual e moral. O instinto sexual era tido como a força motriz intrínseca e oriunda dos órgãos do sistema reprodutivo e nervoso que qualificava a atração entre homens e mulheres como natural, sendo desviante tudo o que escapava deste postulado. Do ponto de vista teleológico, a atração sexual do homem pela mulher era, então, tida como a operação do instinto sexual em sua normalidade, caucionado pela biologia, levando à procriação e a reprodução da sociedade. É curioso e revelador, porém, que entre os teóricos não houvesse debate algum sobre tal proposição. “Nenhuma discussão aparece”, aponta Davidson (1987), havendo “virtualmente uma unanimidade incontestada tanto sobre o fato de que este instinto tem uma função natural quanto sobre o que seria esta função” (p. 260). Com efeito, o instinto sexual, tendo em vista que seu núcleo era a orientação à reprodução da espécie, carregava como seu duplo

anormal a perversão, “uma doença *funcional* [itálico nosso] do instinto” (Davidson, 1987), que permitia agrupar em torno de uma só categoria coisas tão díspares quanto o sadismo, masoquismo, onanismo, zoofilia, homossexualidade, etc. Moreau de Tours, renomado psiquiatra francês, instaurou uma analogia oportuna para a conceituação do instinto sexual, situando-o como um *sexto sentido* que, assim como os outros cinco, em situações anormais, poderia padecer de diminuições, aumentos e perversões. Ademais, antes de ser utilizada exclusivamente pelos médicos para assuntos sexuais, a palavra “perversão” era empregada para qualquer alteração que diferisse do excesso, da diminuição ou da ausência. Por exemplo, à parte as anorexias e bulimias, o apetite também podia padecer de um distúrbio chamado pica, quando se toma como alimento qualquer coisa que estivesse fora do campo nutritivo. A pica era definida, em um dicionário francês de 1885, como uma perversão do apetite, um distúrbio qualitativo da direção natural do instinto de alimentação (Lantéri-Laura, 1994). A síntese feita por Richard von Krafft-Ebing, em seu influente livro de 1886, *Psychopathia sexualis*, é exemplar do uso do instinto sexual e sua função no pensamento sobre a sexualidade e seus desvios. Tomando o instinto sexual normal como eixo – diga-se de passagem, assumido aprioristicamente e não problematizado –, Krafft-Ebing irá tentar ordenar semiologicamente, em uma direção, as variações quantitativas do instinto sexual denominadas hiperestésias e parestésias e, em outra, a enorme gama de variações qualitativas chamadas de perversões sexuais, onde encontram-se as zoofilias, pedofilias, necrofilias, sadismos, masoquismos e, evidentemente, a homossexualidade. Em síntese, a ideia da orientação natural do instinto sexual era tão poderosa e auto evidente que Davidson (1987) chega ao extremo de dizer que se alguém tivesse negado que houvesse uma função natural do instinto sexual ou que essa função não fosse a reprodução, “as doenças perversas, conforme foram entendidas, não teriam entrado na nosologia psiquiátrica” (p. 262).

Um dos pressupostos do conceito de instinto sexual oitocentista e suas patologias é a noção de hereditariedade, que situava a progressão do inferior para o superior, do mais atrasado para o mais desenvolvido na escala evolutiva. Não sendo o instinto sexual, quando de sua consolidação teórica, algo concernente aos costumes e ao desenvolvimento individual, calcado que era na natureza da espécie e dos indivíduos, sua norma e desvios somente poderiam ser atribuídos a ocorrências hereditárias. Daí advém a importância das

teses evolucionistas na explicação da nosologia sexual. Não é difícil compreender que, do lugar de enunciação dos ideólogos do instinto sexual e da superioridade do homem branco europeu sobre os outros, o ponto superior e mais desenvolvido era localizável neles próprios e em sua organização familiar, o coração das sociedades capitalistas europeias. Conforme dizia Charles Féré, médico francês do final do século XIX e um dos principais teóricos dos desvios do instinto sexual, era característico dos povos selvagens e bárbaros o descaso para com a organização familiar, que para os ditos “povos civilizados” era “o objetivo absoluto da existência” (Féré, 1899, p. 307, citado por Costa, 1995, p. 148). A contrapartida da evolução, cujo *télos* era o homem branco europeu e sua organização social, política e econômica, seria tida como degeneração, noção que inerentemente carregava o sentido de um retrocesso a etapas anteriores do desenvolvimento, cujo signo eram as crianças, mulheres, povos primitivos, loucos, perversos e criminosos.

Na esteira da prática de Lombroso, criminologista que não se contentava com a descrição minuciosa dos comportamentos de sujeitos moralmente desviantes e intentava situar no tecido cerebral as irregularidades que os impeliriam a cometer atos criminosos, estavam as teorias de Magnan, segundo Lanteri-Laura (1994) “o testemunho mais exato da teoria positivista das perversões do fim do século XIX” (p. 46). Com ele, foi dado um passo fundamental para a colocação das perversões nas teses localizacionistas então em voga, sendo situadas os pormenores da vida sexual humana na neurofisiologia cerebral, por excelência um campo médico-científico. As especulações algo românticas lançadas por um homossexual pioneiro da militância por direitos, o jurista Karl-Heinrich Ulrichs, que supunham nos homossexuais um “cérebro de mulher no corpo de um homem”, eram assimiladas e substituídas pelas teses dos centros cerebrais femininos e masculinos, seu desenvolvimento ou atrofia definindo, pois, a direção normal do instinto sexual e também suas “inversões”. A máxima de Ulrichs saía, assim, do campo das analogias para tornar-se uma denotação cientificamente respaldada no saber que se dispunha na época sobre o cérebro.

Está descrito, em linhas gerais, o panorama político e social no qual Freud se inseria e extraía os elementos para produzir suas próprias teorias, muitas vezes em concordância com os estudiosos contemporâneos – especialmente os germânicos –, mas, conforme apontaremos, também lançando proposições que em potencial ruptura com os cânones do

pensamento científico e moral sobre a homossexualidade. Antes, teceremos algumas considerações sobre a posição de Freud frente aos movimentos de militância pelos direitos dos homossexuais, constrangidos pelos códigos criminais de seu tempo.

3.3. *The gay rights Freud*

Os ataques dos homossexuais organizados à psicanálise ainda eram frequentes quando o psicanalista Kenneth Lewes (1988) escrevia que “a animosidade entre os homossexuais e a psicanálise é lamentável, mas a culpa por isso jaz inteiramente no *establishment* psicanalítico” (p. 21). O título da presente passagem, que em tradução livre significaria “Freud, militante dos direitos gays”, batizou uma matéria de 1977 da revista gay canadense *Body politic*, muito importante por apresentar uma opinião mais nuançada sobre as posições de Freud quanto à homossexualidade para a comunidade gay na América do Norte. Em defesa de Freud, a revista publicou um diálogo simulado entre dois homossexuais, no qual um deles argumentava que o pai da psicanálise era, na realidade, bastante liberal e progressista se comparado aos porta-vozes de sua disciplina, contra os quais a militância fazia frente. Para isso punha a público, pela primeira vez em inglês, diversas declarações de Freud sobre a questão homossexual, além das cartas que circularam no Comitê Secreto em 1921 e 1922, já transcritas aqui.

Em uma entrevista publicada no jornal vienense *Die Zeit* em 1903, dois anos antes de realizar sua inscrição definitiva no universo da psicosexualidade, Freud dizia que,

Como muitos acadêmicos, advogo o ponto de vista de que o homossexual não pertence ao tribunal. Sou mesmo da firme convicção que homossexuais não devem ser tratados como doentes, dado que uma orientação perversa está longe de ser uma doença. Isto não nos obrigaria a caracterizar como doentes muitos grandes pensadores e sábios de todos os tempos, cuja orientação perversa de fato conhecemos, e que admiramos precisamente por sua saúde mental? (Freud, 1903, citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

Note-se que Freud compartilha da estratégia utilizada nas operações de conscientização de Magnus Hirschfeld, autor que também está presente na referência otimista que Freud faz a “um movimento que está em plena atividade para eliminar o parágrafo do código de leis dirigido contra perversos. Acadêmicos distintos afiliaram-se ao movimento que irá atrair círculos ainda maiores até atingir a vitória final” (Freud, 1903,

citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 9). O movimento em questão era o Comitê Científico-humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*, WhK), de Hirschfeld, sobre o qual discutiremos no próximo capítulo. Para deixar claro o apoio de Freud às iniciativas deste pioneiro da causa homossexual, a *Body Politic* ainda reproduz uma declaração de Freud a Richard Linser e Kurt Hiller, intelectuais companheiros de atividades de Hirschfeld, em um livro editado sobre o líder homossexual. Neste, declara Freud: “Sempre apoiei a visão de que a luta vitalícia do Dr. Magnus Hirschfeld contra a interferência injusta e cruel da legislação sobre a vida sexual humana merece apoio e reconhecimento universais” (Freud, 1928, citado por Spiers & Lynch, 1977, p. 9).

Esta declaração foi publicada em 1928, indicando que Freud manteria a mesma opinião sobre o sistema penal e sua visão dos homossexuais durante toda sua vida. Opinião suplantada conforme indicado por mais um documento reproduzido na mesma revista, uma petição produzida em 1930 por diversos intelectuais austríacos contrários à punição de homossexuais em seu país, que adotava a mesma diretriz do código germânico. Entre os intelectuais, encontravam-se figuras familiares como Artur Schnitzler, Stefan Zweig, Hermann Swoboda e o próprio Freud. Muitas afirmações que retornariam entoando o coro da militância dos anos 70 figuram nas linhas da petição, que denuncia que

Homossexuais que poderiam ter um papel construtivo na sociedade são constantemente tidos como anti-sociais ao serem estigmatizados como criminosos (...), homossexuais honestos e decentes devem navegar um curso vitalício nas margens da sanção estatal legal, chantagem, neurose ou psicose e desespero. Sem o mínimo de culpa pessoal, os homossexuais estão afogando em um mar de mentiras. (Spiers & Lynch, 1977, p. 9)

As declarações de Freud revelam sua filiação a uma postura ética amplamente compartilhada por vários de seus contemporâneos e antecessores em assuntos de moral sexual, especialmente entre os intelectuais germânicos, que em sua grande maioria faziam frente às detenções de homossexuais (Lantéri-Laura, 1994). Isto era um reflexo direto da legislação penal germânica, na qual reinava o parágrafo 175 que um novelista francês comparou em 1927 com uma “vistosa espada de Dâmocles”, que “permite às bichas conscienciosas e organizadas agirem como mártires, para reclamar algumas coisas para si próprias e até atraírem numerosos ‘héteros’ em seu apoio” (Willy, 2007, p. 22). O parágrafo 175 era a afirmação em forma de código legal, ostensiva como a espada da anedota evocada

por Willy e, portanto, um alvo reconhecido para os que se opunham à intervenção das autoridades judiciárias no que, por um lado, consolidava-se como assunto dos médicos e cientistas e, por outro, seguindo a orientação liberal à qual o próprio Freud se alinhava, era tido como um símbolo da reprovável intervenção do Estado em uma esfera essencialmente privada.

Além da intenção de preservar as liberdades individuais no âmbito privado e retirar a homossexualidade dos enquadres penais para inseri-la nos domínios das teorias psicanalíticas da psicossexualidade, o intuito de Freud em ver a homossexualidade como apenas uma escolha de objeto entre outras servia também para “justificar suas próprias orientações sexuais”, conforme juízo de Ruth Menahem (2003, p. 17). A afirmação feita pela psicanalista francesa insinua que em Freud haveria uma ressonância íntima para suas afirmações sobre a homossexualidade, e é notável o grau de desinibição com que Freud falava da questão entre seus pares. O próprio Jones, protagonista do fechamento do círculo psicanalítico oficial a candidatos homossexuais, ouviu de Freud um comentário revelador sobre seu desmaio na presença de Carl Jung, ocorrido em 1912 em Munique: “Vi Munique pela primeira vez quando visitei Fliess durante sua doença e essa cidade parece ter adquirido uma forte conexão com minha relação com esse homem. Há uma dose de indomável sentimento homossexual na raiz da questão” (Jones, 1989, p. 219). Por outro lado, Marie Bonaparte, que conservou a correspondência de Freud a Fliess, recebeu de seu mentor um comentário acerca de uma carta datada de 7 de outubro de 1901: “Esta é uma carta muito importante” (Freud, citado por Menahem, 2003, p. 17). Na carta, pouco tempo antes da ruptura definitiva com Fliess, Freud escreveria uma passagem que não veio à público, censurada por Anna Freud:

Não podemos esconder a distância que se criou entre nós (...). Para Breuer, você provavelmente tem razão no que concerne *ao* irmão, mas eu mesmo não compartilho de seu desprezo pela amizade entre homens, provavelmente porque partilho dela em alto grau. Como você sabe, em minha vida, a mulher jamais substituiu o amigo, o camarada. Se a orientação dirigida aos homens em Breuer não tivesse sido tão retorcida, tão tímida, tão cheia de contradições, teríamos então um exemplo perfeito de performances que podem realizar a corrente andrófila no homem, quando a mesma pode ser sublimada. (Freud, 1901, citado por Menahem, 2003, pp. 18-19).

A carta se lê como um réquiem para a amizade entre dois homens, que ademais evidencia uma aproximação dos aspectos mais profundos dos laços vistos por Freud como impulsos homossexuais. Ainda no mesmo ano da referida carta, correndo tinta sobre a análise de Dora, Freud iria especular sobre a ubiquidade das correntes homossexuais, ainda mais fortes no caso dos neuróticos: “(...) até hoje nunca passei por uma só psicanálise de um homem ou de uma mulher sem ter de levar em conta uma corrente homossexual bastante significativa” (Freud, 1905[1901]/1996, p. 64). Encontrando a corrente homossexual em si próprio e postulando sua presença e agência em todos os seres humanos, Freud lançou mão de uma concepção *universalista* da homossexualidade, conforme termo cunhado por Eve Kosofsky Sedgwick (2008).

3.4. Psicanálise e homossexualidade em Freud

São diversas as teorizações freudianas a respeito da homossexualidade masculina, umas convivendo com outras em determinados momentos de sua obra e sem compromisso aparente com a preeminência de um modelo sobre outro. Ademais, é de se notar que o próprio Freud admitiu o caráter aberto de suas teorias sobre a homossexualidade e a incompletude das mesmas, que é evidente a qualquer um que se proponha, de boa fé, a estudar o tema em sua obra. Conforme escreve:

Nós nunca acreditamos, porém, que essa análise da gênese da homossexualidade fosse completa. Hoje posso indicar um novo mecanismo que leva à escolha homossexual de objeto, embora não consiga dizer até onde vai seu papel na configuração da homossexualidade extrema, manifesta e exclusiva. (Freud, 1922/2011, p. 222)

É nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/1996) que encontramos a primeira tentativa de apreensão sistemática da homossexualidade na obra freudiana. De saída, na abertura do primeiro ensaio, versando sobre as “aberrações sexuais”, Freud faz seu tributo aos estudiosos contemporâneos da sexualidade, como Krafft-Ebing, Albert Moll, Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld, cujas ideias atravessarão todos os três ensaios em forma de concordância e divergência, além de fonte de material clínico para as reflexões do próprio autor. Tomando como base o que já dissemos ter sido elaborado neste campo como centrado na noção de instinto sexual para notarmos como a

entrada de Freud nesta discussão, através de sua própria leitura da pulsão sexual (*Sexualtriebe*), irá ensaiar uma inflexão nas ideias sobre a homossexualidade – nomeada de “inversão” no texto de 1905 em consonância com a admissão da fábula platônica da “divisão dos seres humanos em duas metades – homem e mulher – que aspiram a unir-se de novo no amor” (p. 129). O conceito de instinto sexual, fundamental para a nosografia psiquiátrica, conforme vimos, já recebe a reprovação de Freud na primeira página de seus três ensaios. Conforme ele, a opinião correntemente aceita do instinto sexual, que entre outras características assumia que o exteriorizado na atração sexual que um sexo exerce sobre o outro, objetivando à união sexual genital, era “uma imagem muito infiel da realidade; olhando-os mais de perto, constata-se que estão repletos de erros, imprecisões e conclusões apressadas” (p. 128). Em seu núcleo, o questionamento feito por Freud do comportamento sexual normal irá partir da síntese crítica que fará sobre o elo entre *objeto sexual* e *alvo sexual* da pulsão, suposto vínculo cuja assunção ele considerava mais importante que a solução do enigma da etiologia:

Chamou-nos a atenção que imaginávamos como demasiadamente íntima a ligação entre a pulsão sexual e o objeto sexual. A experiência obtida nos casos considerados anormais nos ensina que, neles, há entre a pulsão sexual e o objeto sexual *apenas uma solda, que corríamos o risco de não ver em consequência da uniformidade do quadro normal, em que a pulsão parece trazer consigo o objeto* [itálicos nossos]. Assim, somos instruídos a afrouxar o vínculo que existe em nossos pensamentos entre a pulsão e o objeto. *É provável que, de início, a pulsão seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste* [itálicos nossos]. (Freud, 1905/1996, p. 140)

Tendo em mente que para a psiquiatria novecentista era auto evidente que o instinto sexual carregasse consigo o alvo e o objeto apropriado para sua descarga, orientada para a reprodução da espécie, é notável a radicalidade da afirmação de Freud. Sendo o laço entre pulsão e objeto sexual da ordem da convenção, toda a questão da nosologia clínico-psiquiátrica acerca da homossexualidade ganha outra face, na qual seu suposto desvio dá lugar à diferença, sendo a anormalidade meramente estatística e não clinicamente patológica; o localizacionismo, o evolucionismo, a degenerescência e, até certo ponto, a concepção positivista das perversões sexuais como um todo, sofrem um sério abalo. A escolha das palavras de Freud aqui é reveladora: o psicanalista está conjecturando sobre

casos “considerados anormais” (p. 140), avessos à “suposta norma” (p. 128), qualificativos que na retórica de Freud apontam para a crença na arbitrariedade das leis que regem a sexualidade normal, e que em diversos momentos irão permear seus textos. À luz destas afirmações, dada a peculiaridade introduzida no estudo das aberrações sexuais, é possível dizer que a ruptura de Freud com a psiquiatria novecentista não consiste somente num câmbio nominal, na troca do termo “instinto sexual” por “pulsão sexual”, mas em uma recusa conceitual do que se teria herdado ao adotar o instinto sexual conforme pensado por seus antecessores. É assim que, em suas palavras, “na conceituação da inversão, os pontos de vista patológicos foram deslocados para o ponto de vista antropológico” (Freud, 1905/1996, p. 132), o que culminou na mirada que Freud daria ao caso dos gregos, por exemplo, reconhecendo nele o obstáculo epistemológico que reservava às asserções evolucionistas acerca da distorção patológica do instinto sexual no caso da homossexualidade. “É preciso considerar que nos povos antigos, no auge de sua cultura, a inversão era um fenômeno frequente, quase uma instituição dotada de importantes funções” (p. 132) afirmava o admirador da cultura helênica. O deslocamento da patologia para a antropologia foi uma operação creditada por Freud a Iwan Bloch, médico alemão ativo nos debates sobre a sexualidade, cujas ideias servem de fundamento para este momento de sua obra. Os estudos transculturais de Bloch forneceram o material em cujo rastro Freud pôde considerar que

A independência da escolha objetal em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base original da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo normal como o invertido. (Freud, 1905/1996, p. 138)

Se Freud considerava que Bloch efetuou um ato de deslocamento do ponto de vista patológico para o ponto de vista antropológico na conceituação da inversão, ele próprio estava iniciando um terceiro deslocamento, então para o ponto de vista psicanalítico. Ou seja, da nosologia psiquiátrica, passando pelo estudo social transcultural e histórico, em direção à clínica do desejo inconsciente. Como sabemos, os *Três ensaios* foram revistos constantemente por seu autor, sobrepondo às especulações de outrora as contribuições progressivas da psicanálise à teoria das perversões e da homossexualidade. Veremos agora

como cada um destes pontos, numa tentativa de responder à questão sobre as “restrições” num sentido ou no outro, foram ligados ao sistema explicativo da homossexualidade masculina.

Em *Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade*, último trabalho em que acrescenta uma nova faceta para a teoria psicanalítica da gênese da homossexualidade, Freud indica quase todos os contornos com os quais envolveu o problema após os *Três ensaios* e, por isso, apesar de longo, merece ser reproduzido aqui.

O reconhecimento do fator orgânico não nos dispensa da obrigação de estudar os processos psíquicos envolvidos em sua gênese. O processo típico, já verificado em inúmeros casos, consiste em que, alguns anos após o fim da puberdade, o adolescente, que até então se fixava fortemente na mãe, realiza uma mudança: *identifica-se com a mãe e busca objetos amorosos em que possa reencontrar a si mesmo, que gostaria de amar como a mãe o amou* [itálicos nossos]. (...) Tomamos conhecimento de vários fatores que provavelmente contribuem, em graus diferentes, para esse resultado. Primeiro a fixação na mãe, que dificulta a passagem para um outro objeto feminino. A identificação com a mãe resulta desse vínculo de objeto e possibilita, ao mesmo tempo, que o filho permaneça, em determinado sentido, fiel a esse primeiro objeto. Depois, a tendência à escolha narcísica de objeto, que geralmente está mais próxima e é mais facilmente realizável do que o direcionamento para o outro sexo. Por trás desse fator se acha um outro de intensidade particular, ou talvez coincida com ele: *a elevada estima do órgão masculino e a incapacidade de abdicar de sua presença no objeto amoroso* [itálicos nossos]. A pouca estima pela mulher, a aversão e até mesmo horror a ela, procedem geralmente da descoberta, feita bastante cedo, de que a mulher não possui pênis. Mais tarde também vimos, como poderoso motivo para a escolha homossexual de objeto, *a consideração pelo pai ou o medo dele, pois a renúncia à mulher tem a significação de que se foge à competição com ele (ou com todos os indivíduos do sexo masculino que o substituam). Os dois últimos motivos, a insistência em que haja o pênis e o afastamento, podem ser juntados ao complexo de castração* [itálicos nossos]. Apego à mãe – narcisismo – medo da castração: esses fatores (de modo algum específicos, aliás) encontramos até aqui na etiologia psíquica da homossexualidade, e a eles se agregaram também a influência da sedução, que causa uma fixação prematura da libido, e do fator orgânico, que favorece o papel passivo na vida amorosa. (Freud, 1922/2011, pp. 220-222)

Encontramos já nos *Estudos sobre a histeria* a ideia de uma sedução homossexual que fixa prematuramente a libido pela via de uma ocorrência traumática. Tratava-se do caso de um garoto deprimido, com anorexia, vômitos e dificuldade de engolir, sintomas que foram eliminados após sua confissão de que, certa feita quando voltava para casa, passando por um mictório, “um homem lhe mostrara o pênis e pedira-lhe que ele o pusesse na boca. O garoto fugira apavorado e nada mais lhe tinha acontecido. Mas a partir daquele instante, adoeceu” (Breuer & Freud, 1895/2006, p.232). Seria este um exemplo do que Freud considerará como uma das influências acidentais da escolha de um objeto homossexual pela via da renúncia, causada por uma intimidação sexual precoce (Freud, 1905/1996).

Além da sedução e intimidação, a bissexualidade originária é o elemento que mais precocemente figura em Freud e, ao lado dos fatores ditos orgânicos, inanalizáveis, atravessará suas inferências posteriores sobre o conflito edípico daqueles sujeitos predispostos à homossexualidade. Resultante do deslocamento do hermafroditismo somático para o campo psíquico, “uma predisposição originariamente bissexual, que, no curso do desenvolvimento, vai-se transformando em monossexualidade” (Freud, 1905/1996, p. 134), revelou-se cedo nas conjecturas de Freud como o acesso privilegiado ao estudo da homossexualidade. Tornando a jogar luz sobre a importância da bissexualidade na gênese dos sintomas e fantasias históricas, que já havia feito no caso Dora (Freud, 1905[1901]/1996), Freud, em 1908, irá postular que na dinâmica do sintoma neurótico há um âmbito que, na clínica, pode ser remetido a uma fantasia sexual de “caráter feminino e outra de caráter masculino, (...) [de maneira que] uma dessas fantasias origina-se de um impulso homossexual” (Freud, 1908/2006, p. 153), implicando que da bissexualidade advém um conflito entre duas moções libidinais de caráter sexual contrário, um dado da vida sexual normal que o neurótico torna evidente. Um ano depois, a mesma opinião será enunciada de maneira ainda mais clara: “A equivalência primitiva dos sexos como objeto sexual pode conservar-se, e disso se originará no adulto uma tendência homossexual, capaz de chegar em certas circunstâncias até a da homossexualidade exclusiva” (Freud, 1910[1909]/2006, pp. 56-57).

Em *Sobre as teorias sexuais das crianças*, Freud irá localizar um mecanismo causal da homossexualidade masculina na alta estima das crianças pelo pênis e na angústia

resultante da ameaça de se ter o próprio membro amputado, quando da observação da ausência do pênis nas mulheres. Uma maneira lógica de fazer frente a tal angústia é, então, a criação fantasmática da “mulher com pênis”, a fixação na mesma, e a resultante busca de objetos sexuais masculinos que, devido a suas “características físicas e mentais, lembram a mulher” (Freud, 1908/2006, p. 196). Estes homossexuais delineados pela teoria freudiana, portanto, poderiam conservar características idiossincráticas masculinas enquanto buscam sujeitos femininos em todos os aspectos menos o sexo biológico, proposição que Freud projetará no caso da pederastia grega, além de Leonardo da Vinci. Publicado no mesmo ano, a análise do pequeno Hans serve de exemplo prático para a teoria da homossexualidade como fuga da angústia de castração, exemplificada conjectura do infante ao avistar a irmã nua: “quando ela crescer, [seu pipi] vai ficar bem maior” (Freud, 1909/2006, p. 23). Hans, além de modelo de perversão polimorfa, na avaliação de Freud, “era um homossexual (como todas as crianças podem muito bem ser), devido ao fato, que precisa ser sempre mantido em mente, de que *ele só estava informado quanto a um tipo de órgão genital* [itálicos do autor] – um órgão genital como o seu” (Freud, 1909/2006, p. 102). Com efeito, assim Freud resumiria a etiologia da homossexualidade como fuga da castração:

Na realidade, é a alta estima sentida pelo homossexual pelo órgão masculino que decide o seu destino. Na sua infância ele escolhe mulheres como seu objeto sexual, enquanto presume que elas também possuem o que, a seus olhos, é uma parte indispensável do corpo; quando ele se convence de que as mulheres o decepcionaram nesse particular, elas deixam de ser aceitáveis para ele como objeto sexual. Ele não pode abrir mão de um pênis em qualquer pessoa que deva atraí-lo para o ato sexual; e se as circunstâncias forem favoráveis, ele fixará sua libido sobre a ‘mulher com um pênis’, um jovem de aparência feminina. (Freud, 1909/2006, p. 101)

Os acontecimentos ulteriores na vida de Hans, especialmente o conhecimento do outro tipo de órgão genital aliado à fixação relativamente menor ao pênis – e o consequente caráter superável da angústia de castração – diferenciá-lo-iam dos futuros homossexuais, neste momento da teoria freudiana. A superestimação do pênis e a fuga da castração seriam também atributos da metapsicologia do fetichismo: “o fetiche é um substituto para o pênis, (...) um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira

infância, mas posteriormente perdido”; “o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que – por razões que nos são familiares – não deseja abandonar” (Freud, 1927/2006, p. 155). O fetiche é, então, “um indício do triunfo sobre a ameaça de castração e uma proteção contra ela. Também salva o fetichista de se tornar homossexual, dotando as mulheres da característica que as torna toleráveis como objetos sexuais” (p. 157). Mas por que uns elegem a homossexualidade e outros o fetichismo (sem contar os “normais”) face à angústia de castração, Freud confessa ser inapto a responder.

Em seu estudo sobre Leonardo da Vinci, Freud (1910/2013) irá retirar da biografia do gênio renascentista mais um acréscimo importante à teoria da gênese da homossexualidade masculina. No mestre florentino, Freud pressupunha um homossexual que “tomava apenas meninos e adolescentes de notável beleza como discípulos” (p. 169) e um homem de “feminina delicadeza de sentimentos” (p. 123). Todavia, se no pequeno Hans a fantasia da mulher com pênis e o terror ao se confrontar com sua falseabilidade ocorria numa época de supervalorização erótica do pênis, a cena fantasmática oferecida por Leonardo e tida por Freud como paradigmática da gênese de sua homossexualidade se passava muito antes do momento anteriormente conjecturado. A solução avançada por Freud extraía-se, então, dos conceitos de identificação e narcisismo: “O garoto reprime o amor à mãe pondo a si mesmo no lugar desta, identificando-se com ela e tomando sua própria pessoa como modelo, à semelhança do qual escolhe seus novos objetos amorosos” (p. 167), situação possibilitada, no pensamento de Freud, pela excessiva ternura materna e ausência de um pai capaz de minguar esta influência e ao mesmo tempo oferecer-se como figura identificatória masculina. Estes novos homossexuais de Freud retornavam ao autoerotismo, “pois os garotos que o adolescente ama são apenas sucedâneos e reiteraões de sua própria pessoa infantil, que ele ama tal como sua mãe o amou quando criança” (p. 167). Estes, fixados inconscientemente na imagem da mãe, não correm atrás de garotos, segundo Freud, mas “na realidade corre das outras mulheres, que poderiam torna-lo infiel” (p. 167). Observe-se que, nesta nova suposição, a defesa contra a angústia de castração que antes seria tida como causa global da homossexualidade será substituída pela intensa ligação erótica com a mãe e seu caráter autônomo na origem do desejo homossexual. Ligação que será continuamente realimentada através da eleição de garotos que servissem de espelhos a

suas imagens, enquanto ocupam eles próprios a posição de simulacros da mãe, o amor primordial cuja perda foi intolerável³⁰. Em seu estudo sobre a psicologia das massas, Freud irá reiterar o papel da identificação com a mãe nas origens da homossexualidade masculina:

A gênese da homossexualidade masculina é, em grande parte dos casos, a seguinte. O jovem esteve fixado de modo excepcionalmente longo e intenso em sua mãe, no sentido do complexo de Édipo. Mas por fim, após a puberdade, chega o tempo de trocar a mãe por um outro objeto sexual. Então, repentinamente, algo sucede; ele não abandona sua mãe, mas se identifica com ela, transforma-se nela e procura objetos que possam substituir o seu Eu, que ele possa amar e cuidar assim como havia aprendido com a mãe. (Freud, 1921/2011, p. 66)

A introdução do conceito de identificação ao objeto na gênese da homossexualidade será seguida, no decorrer da obra freudiana, por uma crescente importância do próprio conceito de identificação, o qual partirá do raciocínio sobre quadros melancólicos (Freud, 1917[1915]/2010), passando pela homossexualidade e culminando no mecanismo geral de formação das subjetividades. Vimos que Leonardo havia se identificado com a mãe excessivamente terna que assim condicionou sua renúncia, o que fez Freud postular aí a origem de sua homossexualidade. Todavia, quando o caráter do Eu é tido como “um precipitado dos investimentos objetivos abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 1923/2012, p. 23), no caso dos garotos que perdem o objeto primordial, a mãe, é a existência de garotos heterossexuais que se torna difícil de compreender. Para tentar solucionar tal problema, Freud recorrerá à biologia da bissexualidade original e sua distribuição variável em cada indivíduo. O que levará à preeminência de “uma identificação com a mãe ou um fortalecimento da identificação com o pai” (Freud, 1923/2012, p. 40), quando a dissolução do Édipo “parece depender, em ambos os sexos, da relativa força das duas disposições sexuais” (p. 41). Ou seja, o garoto, de saída, já entra no complexo de Édipo predisposto a identificar-se mais com um progenitor do que com o outro, predisposição que serve de prognóstico para que o desenlace do Édipo seja mais para o sentido positivo ou mais para o negativo. A ideia de

³⁰ Com a característica cautela, Freud afirma estar ciente “de que [estes esclarecimentos] não são abrangentes o bastante para possibilitar uma explicação definitiva do problema”, dado que o que se chama de homossexualidade “pode se originar de uma variedade de processos psicosssexuais de inibição, e aquele que distinguimos talvez seja apenas um entre muitos, dizendo respeito a um só tipo de homossexualidade” (Freud, 1910/2013, p. 168).

uma constituição primordial, de fundo biológico, retorna quando Freud não consegue mais, pela via da homossexualidade, resolver os problemas que plantou nos meandros de seu pensamento.

O caso do Homem dos Lobos serve também como exemplo do processo chamado complexo de Édipo negativo, com uma adição teórica importante. A sedução, que faz seu retorno na etiologia da homossexualidade, realizada pela irmã, viria a substituir a identificação com o pai pela eleição do mesmo como objeto sexual na infância do paciente, voltando-se a identificação para sua mãe, sua postura sexual ativa sendo então transformada em passiva. Tal câmbio da posição libidinal ainda estaria na mente de Freud quando da escrita de *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (Freud, 1925/2012), texto no qual comenta que “mesmo no garoto *o complexo de Édipo tem duplo sentido, ativo e passivo, correspondendo à disposição bissexual* [itálicos nossos]. O garoto quer também assumir o lugar da mãe como objeto amoroso do pai, *o que designamos como postura feminina* [itálicos nossos]” (p. 287). No Homem dos Lobos, Freud observara uma alternância entre tendências sexuais femininas e masculinas, assim qualificadas em sintonia com a suposta correspondência entre atividade e masculinidade, passividade e feminilidade. O que viria a potencializar o desejo de ser possuído passivamente pelo pai, desejo que Freud enxerga como inspirador do sonho dos lobos, foi a observação da cena do coito dos pais, no qual a mãe ocupava o local para onde ele viria a querer se transportar, a ponto de ser tomado do mesmo modo, por trás e passivamente, por seu pai³¹. O foco então é deslocado da excessiva ternura da mãe e ausência paterna, a tônica da homossexualidade de Leonardo da Vinci, para um desejo de matiz masoquista autônomo: “Desde a sedução a sua meta sexual era passiva, ser tocado nos genitais, e transformou-se então, pela regressão ao estágio anterior da organização sádico-anal, em masoquista, ser castigado, golpeado” (p.

³¹ Antes de qualquer mal-entendido, cabe ressaltar que o Homem dos Lobos não era um homossexual manifesto. O sonho dos lobos ofereceu-lhe a oportunidade de, com a reativação da cena primária e o pavor da castração, voltar à organização genital e substituir a “meta feminina” pela angústia diante do lobo, representação da figura paterna. Nas palavras do autor: “Pela ação daquele sonho, que o colocou sob a influência da cena primária, ele poderia ter avançado até a organização genital e transformado o seu masoquismo ante o pai em postura feminina diante dele, em homossexualidade. Porém o sonho não trouxe este avanço; ele terminou em angústia” (Freud, 1918[1914]/2010, p. 87). Ou seja, a homossexualidade seria evitada desde o sonho em sua vida sexual pela operação que Freud chamou de masculinidade narcísica do genital, daí que “a repressão [da atitude homossexual no sentido genital] é então consequência da masculinidade” (p. 145); a homossexualidade reprimida do paciente iria desembocar, num processo de conversão histórica, em problemas intestinais.

64), sendo que justamente “o órgão em que se podia manifestar a identificação com a mulher, a atitude passiva homossexual diante do homem, era a zona anal” (p. 105). Neste expediente reside toda a diferença entre as duas homossexualidades e também um lugar para a introdução da problemática do masoquismo no pensamento freudiano sobre tal escolha de objeto.

Dos processos psíquicos explicativos, quais sejam, forte apego e identificação com a mãe, angústia de castração, medo dos genitais femininos, horror à mulher e escolha de objeto narcisista, nos dois últimos aportes freudianos para a etiologia da homossexualidade somente o apego à mãe subsiste na teoria elaborada em 1922, todos os outros passando para segundo plano. Apesar de tratar-se da homossexualidade feminina, no relato da análise de sua paciente homossexual, Freud irá avançar uma outra teoria explicativa da homossexualidade, válida para os dois sexos. Derivada das especulações teóricas de *Totem e tabu* (Freud, 1913/2013), a via para esta escolha de objeto, no caso de garotos homossexuais, seria a renúncia ao sexo elegido pelo progenitor do mesmo sexo para assim evitar a competição com ele. Num caso analisado por Freud e tido como exemplar, “todas as mulheres pertenciam ao pai, e ele fugiu para os homens por respeito, a fim de esquivar-se a um conflito com o pai” (Freud, 1920/2011, p. 132), conflito que pode ser transferido e também evitado, diga-se de passagem, ao âmbito da fraternidade. Âmbito e resolução do conflito pela saída homossexual que subsistem na última incursão de Freud na explicação da homossexualidade masculina (Freud, 1922/2011). Neste, em que a tônica recai sobre a economia da agressividade, impulsos de ciúme voltados à figura de irmãos geralmente mais velhos sofrem, no decorrer do desenvolvimento, a ação de uma vigorosa formação reativa a ponto de transformar os antigos rivais nos primeiros objetos amorosos do garoto. Este processo, como Freud aponta, é o avesso da paranoia persecutória que tinha na obra sobre o presidente Schreber (Freud, 1911/2010) seu exemplo canônico, em ambos os casos havendo a importância da libido homossexual e seus diferentes destinos. Se nos paranoicos encontramos a transformação, via negação, da primeira proposição “eu o amo” para “eu o odeio” e em seguida projetada ao objeto na forma “ele me odeia”, o caminho contrário é percorrido neste tipo particular de escolha de objeto homossexual.

Além de muitos movimentos contraditórios e problemáticos, não há na obra freudiana, como pudemos constatar, um esforço rigoroso no sentido da depuração de um conceito sobre a homossexualidade masculina. François Roustang (1987), em sua crítica às instituições psicanalíticas, está correto quando afirma que “é apenas possível compreender como Freud, numa determinada época, diante das questões particulares ou problemas novos, produz conceitos-ficções para tentar, não ordenar, mas fazer funcionar, pôr em movimento essas questões e esses problemas” (p. 104). Em nossa leitura, é possível perceber que em determinados momentos da obra freudiana surgem homossexuais e homossexualidades diferentes das que antes foram propostas, o que é perfeitamente coerente com sua proposta teórica estratificada e aberta a fatos clínicos inéditos.

Com efeito, não era a intenção de Freud criar uma teoria unificada sobre tal fenômeno, e isso é válido para diversos aspectos de sua obra. Todavia, compartilhamos a exasperação de alguns autores: os problemas dos expedientes teóricos freudianos, neste campo, são desorientadores. Dos *Três ensaios* ao texto sobre o ciúme, a homossexualidade masculina foi da fixação libidinal na zona anal à concessão à biologia da bissexualidade inata na distribuição das identificações, passando pelo horror à castração e a defesa subsequente. Neste percurso, conforme pudemos notar, ao comportamento homossexual aberto, manifesto, foi ajuntado um lugar entre fenômenos causais inconscientes em suas lógicas próprias. Mas, conforme o juízo de Costa (1995), Freud não tinha repertório para descrever a homossexualidade em seus referentes inconscientes, sendo que o referencial alternava-se entre passividade, feminilidade e a própria homossexualidade inconsciente. Mas, antes de tudo, por que homossexualidade seria sinônimo de feminilidade e passividade e vice-versa? A declaração de Freud nas *Novas conferências* (Freud, 1933/2010), um esforço de organização do problema, na realidade não o solucionaria de todo:

Estamos habituados a empregar “masculino” e “feminino” também como atributos psíquicos (...). Mas logo vocês verão que isso apenas significa ceder à anatomia e à convenção. Não podem dar *nenhum* conteúdo novo aos conceitos “masculino” e “feminino”. A distinção não é psicológica; quando falam em “masculino”, normalmente querem dizer “ativo”, e quando falam em “feminino”, “passivo”. (Freud, 1933/2010, p. 266)

E logo em seguida afirma que “mesmo no âmbito da vida sexual humana (...) é insatisfatório identificar a conduta masculina com a atividade e a feminilidade com a passividade” (Freud, 1933/2010, p. 267). Se para a psicanálise somente importasse a distinção passividade versus atividade, o problema da existência clínica de homossexuais ativos encontraria um lugar muito incômodo em sua teoria. Quer dizer, mesmo que desejasse e orientasse a psicanálise para circuitos outros que a convenção, no âmago de sua disciplina e perpassando todo o desenvolvimento da mesma, a teorização sobre a homossexualidade masculina permaneceria ainda limitada pela convenção. Neste caso específico, a convenção é o próprio modelo reduutivo da inversão, que dita que se homens se atraem por homens deve ser porque características supostamente femininas, sejam elas a passividade, o masoquismo e o narcicismo, sobrepujam as supostamente masculinas no agenciamento do desejo. Esta é uma amostra considerável de como os limites – sejam eles históricos, linguísticos, cognitivos, morais, etc. – à inventividade e de Freud lhe pressionariam a ponto de não prolongar mais o gesto de rompimento com as amarras do naturalismo positivista do pensamento psiquiátrico dominante do qual foi herdeiro. Assim como em sua investida contra o conceito de instinto sexual, uma das principais contribuições de Freud para a possibilidade de se pensar a chamada homossexualidade (e a sexualidade, em maior nível) de uma maneira não fundamentalmente normativa ou patológica foi o esboço de uma outra ontologia do que diz respeito ao sexo e ao sexual. Vimos como, em Freud, o sexo poderia referir-se tanto ao dimorfismo sexual quanto às fantasias criadas a respeito do mesmo, por exemplo, pelas crianças e pelos gregos. Fantasias estas que independiam do suporte biológico para culminarem em realidades sexuais que nada tinham a ver com as realidades ditas empíricas, seja a divisão entre os que têm “pipi” e os que não tem, seja entre os passivos e os agressivos na cópula ferina, etc. Por isso, Costa (1995) afirma que “Freud foi o primeiro e único pensador de seu tempo a mostrar que podemos criar tantos referentes para o termo sexo e sexualidade quanto nos permita a imaginação, o desejo ou, em suma, a linguagem” (p. 246) e que, não fossem as barreiras de seu tempo, “poderia ter dito, sem maiores atropelos teórico-clínicos, que o homossexual era uma realidade linguística como qualquer outra” (p. 252), substantivada, reificada e fetichizada. Diga-se de passagem que, a despeito de suas limitações, são justamente estas contribuições que asseguram a posição da psicanálise e de Freud como

interlocutores de destaque nos debates contemporâneos promovidos pelos *Gender studies* e *Queer studies* (Weeks, 2010).

Uma orientação frequente para os defensores da psicanálise e seus detratores, notadamente no final do século passado, foi a de enxergar Freud seja como o pai da homofobia moderna, seja como um libertador dos homossexuais. A esta altura, podemos já dizer que nem uma nem outra posição é correta, porém ao nosso argumento falta acrescentar algo sobre a terapêutica da homossexualidade conforme conduzida por Freud, e se caso houvesse sinal verde para tal empresa, o que seria entendido por patologia nesses casos. Afora as declarações públicas de Freud às quais já nos referimos, mirando mais detidamente a teoria psicanalítica elaborada por seu criador, é sensível a dificuldade em oferecer uma resposta direta à questão de se a homossexualidade, ou se algumas homossexualidades, são patológicas ou saudáveis. A princípio, é importante denotar o que Freud entendia por saúde e patologia em termos da vida psíquica, e disso temos um sinal quando o mesmo afirmava que “não é cientificamente viável traçar uma linha de demarcação entre o que é psiquicamente normal e anormal, de maneira que esta distinção, apesar de sua importância prática, possui apenas um valor convencional” (Freud, 1940[1938]/1975, p. 209).

Freud era muito mais assertivo ao versar sobre os estragos que a repressão da libido homossexual traria aos indivíduos, especialmente aos exclusivamente heterossexuais que, de acordo com sua elaboração sobre o tema, devido a algum infortúnio não obtiveram sucesso em sublimar a libido homossexual. Este era, em seu imaginário, o caso de Schreber e em certo sentido também o do Homem dos Lobos, e mesmo que possamos objetar tal suposição como artificialmente dicotômica, é notável que em Freud a realização da libido homossexual de maneira manifesta levaria o indivíduo à infelicidade decorrente de um conflito com o que a moral sexual dominante sancionava (Freud, 1908/2006), mas não necessariamente a uma ocorrência séria e patológica para a vida psíquica, como era o caso da paranoia³².

³² Disso temos um exemplo em uma correspondência trocada por Freud e Ferenczi no mês de outubro do mesmo ano de escrita da análise do presidente Schreber, na qual Freud, resistente às demandas de Ferenczi, escreve-lhe que

Freud se esforçou, ao largo de sua obra, para separar a homossexualidade da perversão, conforme pudemos observar. Se Freud mantinha a aquisição da genitalidade e também a reprodução como índices de maturidade sexual, seu esforço para dissociar a homossexualidade da perversão também é revelador de sua estima pela homossexualidade. Todavia, se a perversão caracterizava-se pela fixação infantil a uma meta sexual preliminar, a homossexualidade masculina, em geral e malgrado seus diversos mecanismos causais, reunir-se-ia em torno do que Freud chamaria de inibição do desenvolvimento sexual normal, mantendo-se sempre mais próximo do autoerotismo que a escolha de objeto heterossexual. Dessa forma, se no curso do desenvolvimento sexual psicanalítico, homossexuais e perversos se distanciavam tomando rotas distintas, eles encontrar-se-iam novamente em algum ponto distante da heterossexualidade genital. Numa nota de rodapé acrescentada em 1915 aos *Três ensaios* (Freud, 1905/1996), encontramos que “nos tipos invertidos pode-se quase sempre confirmar o predomínio de constituições arcaicas e mecanismos psíquicos primitivos” (p. 138); e no ensaio sobre a gênese das perversões (Freud, 1919/2010), Freud exprime que “ao depararmo-nos com uma aberração sexual no adulto – perversão, fetichismo, inversão –, podemos justificadamente esperar que uma anamnese descubra um tal evento fixador na época da infância” (p. 298). Finalmente, ao cabo de sua vida, não deixaria de verbalizar a mesma opinião, no póstumo *Esboço de psicanálise*, onde lemos que

As inibições em seu desenvolvimento [da genitalidade] manifestam-se como os muitos tipos de distúrbio da vida sexual. Quando é assim, encontramos fixações da libido a condições de fases anteriores, cujo impulso, que é independente do objetivo sexual normal, é descrito como *perversão*. Uma dessas inibições do desenvolvimento é, por exemplo, a homossexualidade, quando ela é manifesta. (Freud, 1940[1938]/1975, p. 168)

E também na famosa carta destinada a consolar uma mãe americana, aflita em virtude de seu filho aparentar ser homossexual:

Não só o Sr. percebeu que eu não *mais* possuo necessidade daquela abertura total da personalidade, mas também compreendeu, remontando corretamente à causa traumática dessa situação. Portanto, por que o Sr. teimou nisso? Desde o caso Fliess, durante a superação do qual o Sr. justamente me viu ocupado, essa necessidade exauriu-se em mim. Uma parte de investimento homossexual foi retirada e empregada na ampliação de meu próprio Eu. Tive sucesso onde o paranoico fracassa. (Freud, 1911, citado por Falzeder, 1994, p. 281)

A homossexualidade não é seguramente uma vantagem, mas não é nada de que deva se envergonhar; não é um vício, não é uma degradação, não pode ser classificada como uma doença. Nós a consideramos uma *variação da função sexual produzida por uma certa inibição do desenvolvimento sexual* [itálicos nossos]. (Freud, 1951, p. 787).

A mesma carta, escrita por Freud em 1935, ainda traz uma indicação do que pensava sobre a cura de homossexuais, sob a forma de uma contestação ao desejo da mãe de ver o filho “reestabelecido”. Após afirmar que a psicanálise não pode prometer a substituição da homossexualidade pela heterossexualidade, escreve que a psicanálise poderia ajudar seu filho de outra forma: “Se ele é infeliz, neurótico, dilacerado por conflitos, inibido em sua vida social, a análise pode dar a ele harmonia, paz de espírito, total eficiência, independente de ele permanecer homossexual ou se mudar” (Freud, 1951, p. 787).

Freud deixa claro nesta passagem da carta, assim como em diversos momentos de sua obra, que a inibição do desenvolvimento sexual não era necessariamente acompanhada de um prejuízo em outras esferas da vida. Na realidade, e isto ele reitera continuamente, inclusive na carta acima referida, alguns dos homens mais ilustres da história da humanidade e por ele reverenciados eram homossexuais: Platão, Michelangelo, Sócrates, Shakespeare e, é claro, Leonardo da Vinci. E não somente isso, os homossexuais, para ele, distinguiam-se amiúde “pela especial aptidão do seu instinto sexual para a sublimação cultural” (Freud, 1908/2006, p. 176). Em decorrência disso, seus esforços terapêuticos com pacientes homossexuais não teriam como norte o que hoje conhecemos como “conversão”, posto que tal empreendimento foi por ele reconhecido como oneroso, científica e eticamente reprovável, dado que em muitos dos casos a homossexualidade ser tão “ego-sintônica” a ponto de o sujeito sequer disso se queixar. Ademais, Freud (1920/2011) assim descreve o quadro nosológico de sua famosa paciente homossexual: “não estava doente – não sofria de nada em si mesma, não se queixava de seu estado – e que a tarefa proposta não consistia em resolver um conflito neurótico, mas converter em outra uma variante da organização sexual genital” (p. 120), conversão que era desejada por seus pais, e não por sua paciente. A solução não seria então a de coagir ao sujeito uma escolha de objeto que não lhe fosse própria, mas se possível restabelecer o caminho obstruído para o sexo oposto,

e assim deixar a cargo do paciente “resolver se queria largar o outro caminho, condenado pela sociedade” (p. 120). Note-se que a condenação social, fonte de sérias injustiças e sofrimento àqueles situados fora do eixo normativo (Freud, 1908/2006) é a única razão elencada por Freud para intentar desfazer a restrição à outra eleição de objeto, e é surpreendente que ele acrescente que

Também a sexualidade normal baseia-se numa restrição da escolha de objeto, e, de modo geral, a empresa de transformar em heterossexual um homossexual plenamente desenvolvido não é mais promissora do que a contrária, com a diferença de que esta, por boas razões práticas, nunca é tentada. (Freud, 1920/2011, p. 120)

E finalmente, no mesmo texto, Freud reconheceria os limites de seu método, ao enunciar que “não cabe à psicanálise resolver o problema da homossexualidade” (Freud, 1920/2011, p. 148) e, principalmente, de sua técnica, que não poderia ceder ao “nocivo exagero” da “esperança de uma ‘terapia’ da inversão que fosse de uso geral” (p. 149).

Ainda que todas as afirmações e opiniões que acima discurremos sejam paradoxais o bastante para impedir qualquer conclusão, é possível localizar um índice seguro sobre a visão que Freud mantinha acerca da homossexualidade e dos homossexuais no fato de que ele os aceitaria entre seus pares, os psicanalistas. Longe de querer dizer que Freud cria ser a homossexualidade uma escolha de objeto normal, afirmação nuançada não somente pelos diferentes estratos de sua teoria, como elucidamos acima, mas também na medida em que ressaltava os “diferentes mecanismos” etiológicos de tal orientação nas cartas ao Comitê Secreto na própria polêmica sobre os psicanalistas homossexuais. No entanto, é seguro pensarmos que Freud mantinha-se cético quanto à pretensão de ter descoberto a verdade sobre a homossexualidade, não acreditando que nenhuma de suas teorias fosse, *a priori*, razoável o suficiente para impedir a alguém o papel de protagonista no movimento que lhe era tão caro.

3.5. A demonização do homossexual na psicanálise pós-freudiana

Os discípulos imediatos de Freud inovaram muito pouco no que diz respeito à teoria psicanalítica da homossexualidade, publicando estudos que na maior parte das vezes se

caracterizavam pela aplicação das ideias do fundador da disciplina no contexto clínico, antropológico, artístico ou pedagógico (Lewes, 1988). O legado de Freud também viu, nesse momento, uma continuidade de seu tratamento humanista e cortês aos homossexuais, e acrescentando força à afirmação da teoria e prática psicanalítica nas frentes da oposição, junto a Freud, às teorias da degenerescência ainda em voga e na reprodução clínica de suas teorias etiológicas da homossexualidade, às quais se assomavam importantes enunciados teóricos como a prevalência de fatores adquiridos frente aos constitucionais, o complexo de Édipo e o complexo de castração, o narcisismo e a identificação, entre outros, conforme vimos. Entre os poucos autores que se destacam pelas contribuições, estão Felix Boehm, Isidor Sadger, Otto Rank e Sándor Ferenczi.

A meta do tratamento psicanalítico de homossexuais seguia também nortes semelhantes aos que Freud havia assumido nos escritos daqueles seguidores que, em sua maioria, eram contrários também à criminalização dos atos homossexuais em seus países. Para Felix Boehm, escrevendo antes de sua assimilação pela psicologia nazista, a restauração do funcionamento heterossexual seria desejável a uma terapia exitosa, mas explicitamente não se opunha à persistência do comportamento homossexual (Boehm, 1933, citado por Lewes, 1988). Sándor Ferenczi, mesmo que também esperasse a reversão na escolha de objeto em certos tipos de homossexualidade e tentasse eliminar a hostilidade dos homossexuais contra as mulheres, dizia que “a psicanálise não deixa de exercer alguma influência sobre o comportamento do paciente; ela suprime sintomas neuróticos que acompanhavam, por vezes, a inversão, em especial a angústia, frequentemente considerável” (Ferenczi, 1911/2011, p. 135). Finalmente, Otto Rank escrevia que, para pacientes homossexuais, almejava “solucionar o conflito neurótico (...) [e remover] a inibição neurótica perturbando a vida do paciente”, mas sentia-se contente ao libertá-los de conflitos graves e vê-los percorrer sua atividade sexual em paz. Para o discípulo de Freud, algumas vezes o analista “não pode ver melhor saída para a vida sexual do paciente que sancionar, por assim dizer, a tendência perversa” (Rank, 1923, p. 271).

Porém, tais posturas iam até um limite efetivo, qual seja, o de que nenhum psicanalista era manifesta e assumidamente homossexual. A consequência imediata – em contraste com as teorias da feminilidade, que variariam muito por meio dos

questionamentos e contribuições de psicanalistas mulheres que acompanharam Freud ainda em vida – foi que todo ponto de vista era enunciado, sem exceção, a partir de uma posição de exterioridade ao objeto. Não é surpreendente que quase a totalidade dos analistas derivava generalizações acerca de todo o fenômeno compreendido como homossexualidade masculina a partir da análise de poucos casos, que duravam poucas semanas (Lewes, 1988). As conclusões já pareciam tomadas *a priori* e poucos sinais da parte dos pacientes bastavam para confirmá-las, e jamais para colocá-las em xeque. Enquanto esta tendência se consolidaria ao ponto de se tornar uma ortodoxia, uma outra, conforme notaremos nas linhas seguintes, estava em vias de extinção. Se estes autores ainda esboçariam princípios heurísticos tomando a homossexualidade como um fenômeno psicanalítico – apesar do seguimento de muitos dos problemas que vimos em Freud –, outros a veriam como um vício moral a ser criticado e atacado, estando a clínica a serviço de oferecer anedotas com fins de exemplificar o porquê de tal ímpeto. Sob o mesmo pano de fundo, outro ponto a se destacar foi a tendência dos teóricos da segunda geração a ignorarem a distinção freudiana entre perversão e homossexualidade em seus escritos, procedimento que se observa em grande parte da produção psicanalítica sobre a homossexualidade até hoje.

A teoria psicanalítica da homossexualidade masculina, conforme enunciada pela grande maioria de seus representantes da terceira geração, a partir dos anos trinta e até meados do século testemunharia a emergência do modelo pré-edipiano como central na explicação da gênese de tal fenômeno, deslocando o foco antes concedido à fase fálica pela psicanálise freudiana. O que se seguiu como efeito foi uma série de juízos sobre a entrada dos garotos no complexo de Édipo como algo já condicionado por eventos no desenvolvimento sexual que teriam ocorrido principalmente durante a chamada fase oral do desenvolvimento. Com efeito, a homossexualidade deixaria de ser uma dentre as diversas saídas do complexo de Édipo, como pensava Freud e a maioria de seus seguidores imediatos, para tornar-se uma saída defensiva e precária contra situações primitivas que comprometeriam a aquisição da heterossexualidade, a única escolha de objeto legítima segundo parâmetros normativos do desenvolvimento que lastreavam o pensamento destes psicanalistas.

Melanie Klein, que viria a ter enorme influência na psicanálise de meados do século em grande parte dos institutos ligados à IPA, explicaria a infelicidade da adoção de uma “posição homossexual”, em seu jargão, baseando-se na dinâmica do ódio que se atualiza nas relações homossexuais, oriunda da vivência de ansiedades excessivas na primeira infância:

Estes mecanismos, que são dominantes em casos de caráter paranoico, estão presentes, mesmo que em menor grau, em toda atividade homossexual. O ato sexual entre homens sempre serve, em partes, para satisfazer impulsos sádicos e confirmar o sentimento de onipotência destrutiva; e detrás da relação libidinal positiva com o ‘bom’ pênis como um objeto de amor externo se infiltra, em maior ou menor grau, de acordo com a quantidade de ódio presente, não somente o ódio ao pênis do pai, mas também impulsos destrutivos contra o parceiro sexual e o medo que deles se desprendem com relação ao próprio parceiro. (Klein, 1984, p. 262)

Os distúrbios pré-genitais usados por Klein para descrever a gênese da homossexualidade seriam da mesma sorte daqueles que teriam como resultantes ansiedades excessivas, superego malformado, má capacidade sublimatória, teste de realidade e relações objetais prejudicadas, entre outros malogros do desenvolvimento normal. Ou seja, a raiz da aquisição da “posição homossexual” ou, melhor dizendo, do fracasso da aquisição de uma “posição heterossexual”, é uma falha basal que compromete o amadurecimento do indivíduo como um todo, em grande parte das competências psíquicas e somáticas caras aos teorizadores. Com efeito, mesmo que a análise reportada por Klein (1984) em seu texto sobre os efeitos das ansiedades primárias no desenvolvimento sexual de garotos não visasse diretamente à eliminação da homossexualidade de seu paciente, o restabelecimento de uma mãe boa em sua fantasia progressivamente levou também a uma “diminuição estável de seus impulsos homossexuais” (p. 275), levando a psicanalista a acreditar que “um período futuro em análise irá permiti-lo estabelecer completamente uma posição heterossexual” (p. 277). Dessa maneira, seria concedido a ele em sua relação objetal “toda a riqueza e plenitude de sentimentos que chamamos de amor” (p. 278). Evidentemente, os homossexuais, enquanto homossexuais, eram proscritos desse território emocional exclusivamente heterossexual e genital, opinião amplamente partilhada por psicanalistas de todas as nacionalidades (Nacht, Diatkine, & Favreau, 1956).

Outros importantes expoentes da escola britânica das relações objetais, como Ronald Fairbairn, assim como Klein, dariam à homossexualidade masculina um lugar degradante. Fairbairn (1994) recomendava que a psicanálise não era eficiente para homossexuais, dado que os mesmos não queriam a cura, mas a reinserção na sociedade. Para o psicanalista, porém, a sociedade deveria recusar a presença dessas pessoas, que melhor seria se fossem exilados em campos de refugiados. Michael Balint (1956), atestando contra sua sensibilidade característica, diria que entre os homossexuais era evidente a falta de integração da personalidade, o ego enfraquecido e o sentimento de realidade imperfeito relacionados, como “todos sabem” (p. 167) a um erotismo falso, que era negado pela suposta “defesa” de um estilo de vida que era o mais belo e mais satisfatório.

Outro representante da escola de relações objetais e membro influente da Sociedade Britânica de Psicanálise (SBP), Edward Glover, diria que “a homossexualidade era uma perversão, tratando-se de uma regressão a um estágio anterior do desenvolvimento sexual”, mesmo tratando-se da “forma mais avançada e organizada de perversão sexual” (Glover, 1939, p. 257). Mantendo posições políticas semelhantes às de Freud e seus primeiros discípulos, Glover³³ e outros notórios representantes da psicanálise britânica, William Gillespie, Wilfred Bion e Hanna Segal expressaram ser contrários à punição da homossexualidade como um crime, suas opiniões sendo fundamentais à descriminalização da homossexualidade na Grã-Bretanha. Todavia, opunham-se de forma unânime à admissão de candidatos homossexuais na SBP justamente por considerarem-na uma perversão sexual (Twomey, 2003).

Em todos os autores supracitados, vê-se um dos principais pontos de inflexão na história da teoria psicanalítica da homossexualidade masculina, evidente logo após a morte de Freud. Tendo seu foco dirigido aos distúrbios primitivos do desenvolvimento, eles não só situaram a homossexualidade entre os tais distúrbios, mas dessa maneira colheram o efeito de justificadamente classificá-la como uma perversão. E dessa maneira era apagada a

³³ Deve-se fazer justiça a Glover, por ser um dos poucos psicanalistas do período que, ao longo da sua trajetória, reavaliaram e refinaram suas opiniões sobre a homossexualidade masculina, expostas sempre de maneira nuançada e cuidadosa. Se a princípio defendia a ideia de a homossexualidade ser uma perversão, mais tarde em sua obra veremos o psicanalista, assim como Freud e alguns de seus seguidores imediatos, destacando o potencial criativo dos homossexuais e também apontando que deveríamos tratar da “doença” que há nos preconceitos sociais tanto quanto nas supostas propensões dos indivíduos homossexuais (Lewes, 1988).

distinção que Freud mantinha entre homossexualidade/inversão e perversão, reduzindo tudo à última entidade clínica que assim também definitivamente se apartava do que poderia ser considerado normal, ou simplesmente diverso, em termos de condutas sexuais. A perversão tinha suas particularidades metapsicológicas elaboradas pelos autores pós-freudianos, que via de regra citavam os postulados de Freud de forma aprobatória, visando manter-se nos limites de sua discursividade. Porém, toda a complexidade do raciocínio freudiano sobre normalidade e anormalidade em termos de vida psíquica e condutas sexuais – o qual não ignorava o caráter convencional e contingente do estabelecimento e manutenção de normas – foi substituída por juízos seguros, marcados por tons acusatórios e dogmáticos, sobre o que era certo, normal e aceitável. Outro destaque também pode ser feito à nascente metapsicologia do mal, colocada em relevo pelos postulados teóricos kleinianos e tidos como representativos, especialmente na pena dos psicanalistas britânicos, das relações homossexuais, as quais via de regra atualizavam em suas relações o ódio a seus objetos primordiais em vínculos destrutivos.

Conforme já adiantamos no capítulo anterior, foi nos Estados Unidos que os psicanalistas assumiram as posições mais radicais sobre a homossexualidade. O estilo característico dos pós-freudianos quando tratavam da homossexualidade apresentam-se nos textos norte-americanos em tons muito mais moralistas e simplistas. Com eles, da retórica à teoria e à prática, a representação psicanalítica pós-freudiana da homossexualidade masculina distanciava-se das posições de Freud até tornar-se algo totalmente à parte. Nesse sentido, nenhum gesto foi tão significativo quanto a rejeição que fez Sándor Rado do conceito freudiano de bissexualidade originária. Rado, psicanalista húngaro analisado por Karl Abraham e radicado nos Estados Unidos desde os anos trinta, após servir como secretário do Comitê Internacional de Formação da IPA, compreendia a importância do postulado freudiano da disposição universal da libido de eleger ambos os sexos como objetos de amor. Contudo, para ele, era intolerável que homens dirigissem suas libidos a outros homens no curso dito normal do desenvolvimento, sendo que o que para aqueles psicanalistas eram encarados como sinais clínicos da disposição libidinal homossexual era visto por Rado (1940) como o efeito patológico de ansiedades anormais experimentadas pelo recém-nascido, numa linha semelhante à dos teóricos das relações objetais.

“O espectro da homossexualidade era o pano de fundo dos argumentos de Rado” (Lewes, 1988, p. 102), um dos emigrados mais influentes na implantação da IPA nos Estados Unidos e pioneiro do adaptacionismo. Porém, coube a Edmund Bergler, psicanalista vienense, ex-diretor associado da Sociedade Psicanalítica de Viena até seu fechamento, quando emigrou aos Estados Unidos, tornar manifesto o que antes era espectro na obra de seu antecessor. Seu interesse primário pela homossexualidade e a maneira violenta com a qual a abordou, em harmonia com a política macarthista característica dos Estados Unidos na década de 50, o promoveram ao posto de principal teórico da homossexualidade (Lewes, 1988). A ideia central de Bergler, que opinava ser a bissexualidade originária uma fraude sustentada por homossexuais ingênuos, era a de que o “complexo do seio” (*breast complex*) tinha um lugar no desenvolvimento humano semelhante em importância ao complexo de Édipo no freudismo ortodoxo, e os subsequentes distúrbios mais graves do desenvolvimento seriam creditáveis a problemas na passagem por tal complexo oral, em particular durante o desmame. É revelador que nesse raciocínio, explícito nos escritos de Bergler e presente de forma intuitiva em muitos textos dos teóricos do pré-edípico, a homossexualidade – um desses distúrbios – não tivesse a ver sequer com sexualidade, dado que os infelizes não chegavam ao nível de maturidade capaz de possibilitar-lhes a capacidade de experienciar e manifestar a sexualidade de uma maneira geral.

A atitude com que psicanalistas tratavam seus pacientes homossexuais é abusiva, e não se encontram precedentes na literatura psicanalítica para tais feitos que na referida época se estabeleciam como regra na comunicação de tais casos. Bergler, representativo dessa postura, frequentemente transmitia irritação frente ao que via. Sentimento justificado porque, em sua opinião, “os homossexuais são essencialmente pessoas desagradáveis (...) [que demonstram] uma mistura de arrogância, falsa agressão e melindre” (Bergler, 1956, p. 26). Mesmo explicitamente contestado por seus pacientes, afirmava que “homossexuais felizes não existem” porque, entre outras razões, a “quantidade de conflitos, de inveja, por exemplo, entre homossexuais ultrapassa tudo que se conhece mesmo em relacionamentos heterossexuais ruins”. Ademais, espantava-se com a “grande quantidade de homossexuais entre caloteiros, mentirosos compulsivos, falsários, foras-da-lei de todas as sortes, contrabandistas de drogas, apostadores, cafetões, espiões, donos de bordéis, etc.” (1947, p.

407). Bergler dizia ter analisado algumas dezenas de homossexuais, o suficiente para autorizá-lo a dizer que havia descoberto o mecanismo subjacente a *todos* os homossexuais, e em seus escritos sempre se vê afirmações sobre “o homossexual” como forma típica. Prática nada incomum, afirmações generalizantes eram enunciadas como formas de garantir a validade das teorias. E mesmo que George Wiedeman tivesse notado, em uma revisão de 1962, que “a literatura analítica [sobre a homossexualidade manifesta] não apresenta nenhum padrão genético ou estrutural que pudesse se aplicar a todos ou mesmo a maior parte dos casos de inversão” (p. 405), a prática seguia incontestada, mesmo entre as publicações psicanalíticas mais sofisticadas.

Portanto, até as últimas décadas do século passado, momento em que a contestação destes pontos de vista tornou-se amplamente audível, Rado e Bergler eram os principais expoentes da teoria dita psicanalítica da homossexualidade masculina, gozando de um alcance internacional. Suas ideias foram legadas a Irving Bieber e Charles Socarides, seus maiores porta-vozes até o momento da confrontação com a militância por mudanças de dentro e fora da psicanálise, e elencando alguns de seus enunciados compreendemos o que fazia ebulir o sangue de seus críticos. Bieber e um grupo de pesquisadores publicou, em 1962, um estudo intitulado *Homosexuality: a psychoanalytic study of male homosexuals*, que se apresentava como o mais rigoroso estudo psicanalítico sobre a homossexualidade feito até então, empregando uma amostragem numerosa e orientado a combater o desconforto que ainda gerava o relatório Kinsey. O estudo empregava um questionário de 405 itens, respondidos por clínicos que relataram o tratamento de 106 homens homossexuais, resultados comparados com uma mostra de 100 pacientes heterossexuais também em tratamento. Não é difícil perceber as graves falhas do estudo, a começar pelas respostas terem sido oferecidas pelos terapeutas, aplacando a possibilidade dos próprios homossexuais falarem sobre si próprios; o que é difícil é entender como tal estudo gozou de tanta popularidade desde seu lançamento até cair em descrédito nos últimos trinta anos. Somando-se ao desatino da pesquisa está a segurança de Bieber no diagnóstico de “homossexualidade” que, segundo ele, não apresenta nenhum problema. E, finalmente, sua assunção *a priori* e declarada que os homossexuais são doentes, de saída cerceando a possibilidade de algum resultado contrário. Daí extraiu a fórmula clássica, que “confirmava” em um estudo empírico uma canônica opinião psicanalítica sobre a etiologia

da homossexualidade: uma mãe superprotetora e um pai fraco ou extremamente agressivo, algo supostamente válido para todos os casos.

Bieber confirmava a impressão de que não somente os clínicos não viam problemas em fazer generalizações a partir de casos enviesados (homossexuais em terapia), mas principalmente que em face à homossexualidade, assunções *a priori* antecipavam qualquer juízo *a posteriori*, não havendo margem para revisões ou questionamentos a partir da experiência com seus pacientes³⁴. Vale dizer que, entre os psicanalistas de orientação clássica e aqueles de fora de seu país, o estudo de Bieber – louvado pelos psiquiatras e psicanalistas revisionistas norte-americanos, consolidando-se no ideário da *American Psychiatric Association* – recebeu pouquíssimo crédito. O caso é diferente com Socarides, o fundador da Associação Nacional de Pesquisa e Terapia da Homossexualidade (NARTH) quando da derrubada da “homossexualidade” do DSM-III. Mais atuante dentro da IPA e convidado frequentemente a expor suas ideias em associações psicanalíticas dentro e fora dos Estados Unidos³⁵. Socarides não apresentava nenhuma novidade em suas teorizações (Lewes, 1988), tomando de empréstimo ideias de seus antecessores imediatos e, para se manter dentro de seu grupo de interesse, não se opunha explicitamente a nenhuma ideia freudiana, apesar de estar claramente mais próximo dos revisionistas como Bergler e Rado. Trouxe de volta a importância do complexo de Édipo no que se cria ser a gênese da homossexualidade, todavia, concentrou-se exclusivamente num segundo grupo de homossexuais, cujas orientações sexuais eram distúrbios pré-edípicos, dividindo um ideário próximo ao kleiniano. Além de interpretar elementos etiológicos da homossexualidade dos pacientes que cria serem verdadeiros, utilizando uma miríade de teorias ortodoxas e

³⁴ É muito difícil encontrar alguma razão para que os psicanalistas revissem suas assunções a partir do encontro com sujeitos sobre os quais já sabiam tudo e de antemão já tinham um programa de cura. A estratégia de Bergler, que ao fim de sua carreira se auto-proclamava o maior expert em homossexualidade por ter analisado mais de 1000 homossexuais ilustra tal imunidade muito bem. No relato de uma sessão com um paciente homossexual, ele transmite sua postura: “o analista (...) serenamente e com segurança derruba a discordância do paciente e prova mais uma vez que ele sabe mais” (Bergler, 1959, citado por Lewes, 1988, p. 152).

³⁵ Daniel Twomey (2003) conta que uma visita de Socarides aos psicanalistas britânicos em 1995 foi seguida de uma comoção entre profissionais de um ponto de vista distinto, os quais organizaram um protesto (encabeçado por Mary Lynne Ellis) especificamente contra a ausência de um debatedor que discordasse de Socarides. O convidado, o renomado Ismond Rosen, concordava com os pontos de vista patologizantes de Socarides, e o evento foi creditado como uma das razões para a organização de uma série de ataques ao *British Institute of Psychoanalysis*, que já vinha sendo acusado de homofobia (Ellis, 1994)

revisonistas, Socarides (1969) abertamente defendia a ideia de que a cura dependia da identificação do paciente com seu analista, procedimento que analisaremos em perspectiva no capítulo seguinte.

Plenamente seguros de seus conhecimentos sobre a homossexualidade masculina, estes psicanalistas evitavam o encontro com qualquer tipo de público homossexual que pudesse refutar ou mesmo nuançar seus pontos de vista, particularmente os grupos de homossexuais que não buscavam tratamento psiquiátrico ou psicanalítico, e a suposta ausência da “culpa” ou do desprezo destes indivíduos por suas orientações sexuais era, para eles, classificada como uma severa tendência anti-social ou mesmo uma psicopatia. Pelo contrário, fáceis confirmações de seus preconceitos eram buscadas em sujeitos de voz tradicionalmente silenciada, largamente marginalizados do tecido social, como pacientes psiquiátricos em internação e criminosos cumprindo penas nas prisões. O amálgama entre a desrazão e a sodomia, gestada quando da clausura comum dos loucos e “sexualmente aberrantes” na gestação do imaginário ocidental sobre a homossexualidade (Foucault, 2010) na idade clássica encontrava nestas práticas um prolongamento contemporâneo, e a associação entre homossexualidade e crime, alcoolismo, drogadição, masoquismo, psicose e outros infortúnios era feita automaticamente.

Freud, conforme vimos, era pessimista quanto ao uso da psicanálise para reverter a homossexualidade em heterossexualidade, reconhecendo como fundamento dessa dificuldade a natureza constitucional da bissexualidade originária e sua distribuição variável em cada indivíduo. Tendência propriamente anglo-americana, o desprezo pela bissexualidade e a classificação da homossexualidade como uma resultante defensiva de angústias primitivas e eventos mal-elaborados revertia-se assim em uma autorização ética para o esforço dos analistas em curarem homossexuais, esforço não limitado sequer pelos péssimos resultados, manipulados desonestamente nas publicações (Lewes, 1988). Resulta então que a exortação de alguns psicanalistas a “libertarem-se” de pressupostos freudianos tidos como datados abre o caminho para prognósticos mais otimistas para a cura de homossexuais. Todavia, perde-se completamente no percurso o que justamente marca a especificidade da psicanálise, e é por isso que nesse viés adaptacionista, a psicanálise de meados do século avizinha-se de outras técnicas desenvolvidas para o “melhoramento” do

ser humano. Assim, naturalmente, a tônica da análise é deslocada da fantasia e do inconsciente para os comportamentos visíveis, mais facilmente quantificáveis, mensuráveis e alteráveis em suas manifestações. “Não dou diagnóstico de homossexual a um paciente a menos que se tenham engajado num comportamento homossexual manifesto”, diria Bieber (1973, p. 203), que não tinha dúvidas sobre sua precisão diagnóstica, e assim compreendemos por que Richard Isay e seu analista concordavam na opinião de que se o candidato não estava praticando a homossexualidade, então não era homossexual. A ontologia deslocava-se para o comportamento, em um tipo de operação que tem como correlato a atuação consciente do psicanalista na modificação de tal comportamento, sob a forma de uma manipulação da transferência orientada para a identificação com o analista.

Está exposto todo o quadro que fez com que surgissem, entre a década de 70 e a década de 80, figuras como Robert Stoller, Judd Marmor e Richard Isay, que opor-se-iam à estridência de Bieber e Socarides, inoculando dentro do território psicanalítico as ideias que já, de fora, ameaçavam tornar-se mais ameaçadoras a um grupo que desqualificava qualquer tipo de contestação acusando-as de resistências. E as incitações destes pioneiros, pode-se dizer com segurança depois do percurso feito até o momento, retomavam princípios éticos já presentes desde os primórdios da psicanálise, recalcados durante um desvio sinistro na história da posteridade freudiana. A “psicanálise não está qualificada a resolver o problema da homossexualidade”, recordamo-nos de Freud e sua admissão de insuficiência e a esquiva de encontrar um sistema explicativo definitivo, o que se reflete em teorizações multifacetadas, abertas e contraditórias ao largo de toda a sua obra. Ademais, a dimensão histórica, antropológica e sociopolítica ainda tinha, até o momento de sua morte, um lugar na teoria psicanalítica, apta a nuançar expedientes que tendiam demasiadamente à assertividade. Em termos teóricos, conforme vimos por esta leitura do discurso de alguns dos primeiros psicanalistas, mas especialmente dos pós-freudianos, homossexuais foram progressivamente *reduzidos* a uma série de descrições que os projetariam para fora das competências que deveriam estar presentes em alguém que almeje ser psicanalista. Descrições como desejos passivos, masoquistas, narcisistas, sadismo, compulsões graves, rivalidade, tendências anti-sociais ou psicopáticas, entre outras, as quais poderiam perfeitamente existir também em homens heterossexuais. A diferença, como constata Costa (1995), é a de que nenhuma dessas descrições era tomada como prova definitiva de que

heterossexuais não pudessem sustentar relacionamentos íntimos e de qualidade e em longo prazo e, em suma, que não pudessem amar. No limite, a posição dos heterossexuais dentro da norma sexual e em posição de dominação epistemológica, tornava a própria heterossexualidade transparente, por assim dizer. Suas preferências eróticas não eram entraves em si para experiências possíveis de afeto, empatia, carinho, cuidado e sensibilidade com outro. A homossexualidade, por sua vez, está presa aprioristicamente ao saber dos analistas, e por mais que um homossexual se apresentasse como capaz de laços sensíveis e profundos com outras pessoas, enquanto homossexual, o que poderia mostrar e dizer sobre si era secundário e dispensável em relação ao que os analistas já sabiam sobre eles.

Encerrando seu estudo sobre a homofobia característica dos discursos psicanalíticos, baseado na investigação de Lewes (1988), Acyr Maya (2008) afirma que “as ambiguidades na escrita freudiana *conduziram* [itálico nosso] os pós-freudianos a uma concepção negativa [acerca da homossexualidade masculina]” (p. 160). Do contrário, quer dizer, se Freud fosse mais assertivo em suas considerações acerca desse tema, num futuro do pretérito ideal, os psicanalistas que o seguiram não teriam onde fundamentar seus discursos preconceituosos? A nosso ver, tal via de interpretação não esgota as questões do por que a psicanálise, após Freud, demonizou a homossexualidade masculina da maneira que vimos aqui. Por um lado, Freud, apesar de ter lançado mão de teorizações em boa parte inconsistentes, generalizantes e contraditórias, não deixou de alegar também a “normalidade” e até a grandeza de muitos homens homossexuais, além de publicamente defender a libertação dos homossexuais dos sequestros do sistema penal. E, claro, sem mencionar o que para nós é fundamental: a homossexualidade, para Freud, não serviria para indeferir por si só a possibilidade de homens exercerem a psicanálise, conforme vimos reiterando. Por outro lado, como também esperamos demonstrar, mesmo que em passagens explícitas Freud se distanciasse do discurso psiquiátrico que o entornava – a degenerescência e hereditariedade sendo os exemplos mais evidentes –, tal não foi suficiente para que os seguidores de sua doutrina se sentissem impelidos a lê-lo cautelosamente ou a seguirem suas hesitações éticas e intelectuais, terminando por nivelar

por baixo suas teorizações. Havia outras forças em jogo, propósitos ocultos, conforme ressaltara Stoller (1998).

Lewes (1988), representante da nova consciência histórica que emergia com as contestações da década de 70, exasperado após fazer sua revisão, tece um comentário específico sobre os textos de Bergler, que vale para a situação da psicanálise como um todo em meados do século passado: “Qualquer que tenha sido sua associação anterior com Freud, muitos de seus artigos são um infortúnio para as revistas em que apareceram [entre elas as mais prestigiadas entre os psicanalistas], e *seus editores podem, com justeza, receber a acusação de mau julgamento ou pusilanimidade*” (p. 154). Especificamente sobre a pusilanimidade, Kupermann (1996) questiona: “Ora, mas esse não é justamente o principal sintoma antianalítico que alguns sistemas de formação psicanalítica tendem a produzir?” (p. 189). Kupermann tem como foco a presença de um médico torturador nas fileiras de formação da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), em plena ditadura militar no Brasil, e a análise desse caso particular apresenta na realidade uma resultante sintomática de um quadro mais geral de *produção* de obediência e de conformação às normas sociais. A história que aqui investigamos é parte dos mesmos determinantes que resultariam numa psicanálise insidiosamente a serviço dos poderes dominantes a ponto de acolher um torturador entre seus candidatos, e seguiremos agora a análise de como a institucionalização da psicanálise é diretamente responsável pela produção de um alicerce comum tanto aos discursos demonizadores sobre a homossexualidade masculina quanto à rejeição de candidatos homossexuais das fileiras de formação das sociedades psicanalíticas.

4. A homossexualidade e o movimento psicanalítico

Isso tudo, e nada mais que isso, eu pretendi alcançar com a fundação da “Associação Psicanalítica Internacional”. Era provavelmente mais do que se podia alcançar. Assim como meus adversários tiveram de perceber que não era possível deter o novo movimento, eu iria perceber que ele não tomava a direção que eu queria lhe dar.

Sigmund Freud

Neste momento, está claro que houve, depois da morte de Freud e durante o advento da terceira geração de psicanalistas, uma ruptura com uma maneira mais aberta de pensar a homossexualidade masculina na psicanálise, mesmo que não possa ser chamada de plenamente inclusiva. A partir daí e até o fim do século passado, a homossexualidade estava proscrita das fileiras oficiais de formação psicanalítica e não encontramos registro de nenhum psicanalista homossexual que, antes de Richard Isay, tenham podido dizer sobre suas preferências eróticas. Porém, a título de comparação, havia psicanalistas ou candidatos homossexuais entre os primeiros psicanalistas? Se havia, qual era a situação dos mesmos? A resposta a estas questões nos auxiliará na investigação tanto dos câmbios que sofreu a psicanálise como movimento institucionalizado quanto da instauração e manutenção da regra não escrita.

4.1. Homossexuais no berço da psicanálise

Lembrando que Abraham, Sachs e Eitingon, nas cartas circulares que rodaram o Comitê Secreto entre os anos 1921 e 1922, citam Magnus Hirschfeld e Hans Blüher como “tristes experiências” num momento de debate sobre a possibilidade de se formarem analistas abertamente homossexuais, refletiremos sobre quem eram estas personalidades e por que razão a ambos foi reservada tal distinção. Ademais, uma consideração sobre a situação de James Strachey, que Roudinesco (2002) denomina “um homossexual confesso” (p. 13) na história da psicanálise, acrescenta-se ao propósito de compreendermos melhor os

deslocamentos do lugar reservado ao psicanalista homossexual nos anos precoces do movimento psicanalítico.

Magnus Hirschfeld, judeu e homossexual, formou-se em medicina e desenvolveu uma carreira de psiquiatra e sexólogo em Berlim. Diz-se que o estopim para suas atividades políticas e científicas com a homossexualidade ocorreu após o suicídio de um militar homossexual, na véspera de seu casamento. Hirschfeld, seu médico, era o destinatário de sua carta de suicídio, na qual recontava sua tragédia e situava a homossexualidade, “maldição contra a natureza humana e contra a lei” como razão de sua atitude (Mancini, 2010, p. 68). Em 1919, fundou o Instituto para a Ciência Sexual (*Institute für Sexualwissenschaft*) em Berlim, que atuava como um centro de pesquisa científica, cujos eixos eram a biologia, patologia, sociologia e etnologia. Recebia também um grande número de documentações sobre a homossexualidade, entre relatos pessoais, trabalhos de campo antropológicos, arquivos históricos, etc., além de reunir uma biblioteca e um museu. Esperava-se também que o Instituto fosse um centro para homossexuais que buscassem ajuda médica e apoio psicológico, ou que simplesmente queriam conhecer amigos. O tom do Instituto era marcadamente conciliatório, e entre seus modos de operar estavam a informação à população de qualidades morais e fatos históricos, além de psíquicos, servindo de refúgio para os homossexuais estigmatizados pela sociedade, mobilizando o desejo de integrá-los dignamente a essa mesma sociedade (Tamagne, 2006). Durante toda sua existência, serviu como um espaço de peregrinação a figuras de destaque dos campos científicos, artísticos, jornalísticos e literários, que relatam o fascínio que toda a coleção de informações disposta no Instituto lhes causara (Isherwood, 1962).

Hirschfeld também foi responsável pela criação, em 1921, da Liga Mundial para a Reforma Sexual (*Weltliga für Sexualreform*, que publicava seus relatórios em inglês, alemão e francês), consequência de uma série de congressos mundiais para a reforma sexual que já vinham ocorrendo décadas antes. A Liga reunia cientistas, médicos e intelectuais inclinados a encorajar a troca de novas ideias, o que serviu também aos psicanalistas como um meio de divulgação da nova ciência. A questão homossexual encaixava-se nos ímpetus pela liberalização geral do sexo que marcou os anos 1920, ao lado de outros assuntos em pauta como a higiene sexual, a igualdade dos gêneros, o

reconhecimento da sexualidade feminina, o direito ao divórcio, o acesso à contracepção e a liberalização do aborto. Todas estas frentes de atuação combinavam com o reformismo que caracterizava a psicanálise, especialmente no espírito de Freud e seus primeiros discípulos.

Antes do Instituto, em 1897, Hirschfeld também criou o Comitê Científico-humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*, WhK), seu projeto mais abertamente militante. No mesmo ano foi alçada a principal bandeira do Comitê: uma petição para a remoção do parágrafo 175 do código criminal alemão, sugerindo a aplicação de penas para homossexuais apenas quando do uso da força, incômodo público ou atos envolvendo menores de 16 anos. Seiscentas assinaturas foram rapidamente coletadas, incluindo os nomes de Hermann Hesse, Thomas Mann, Rainer Maria Rilke, Stefan Zweig, Lou-Andreas Salomé, Karl Jaspers; políticos como Rudolf Hilferding, Karl Kautsky e Eduard Bernstein; sociólogos como Max Scheller e Franz Oppenheimer; sexólogos como Richard von Krafft-Ebing; teólogos incluindo Martin Buber e cientistas como Albert Einstein. Émile Zola e Leo Tolstói, entre outros estrangeiros eminentes, também assinaram a petição³⁶ (Tamagne, 2006).

Hirschfeld, referência explícita no debate que Freud estabelece com os sexólogos nos *Três ensaios*, reunia no cerne de sua própria teorização da homossexualidade uma extensão das ideias do advogado alemão Karl-Heinrich Ulrichs³⁷. Ulrichs argumentava que o uranismo (termo que utilizava para designar a homossexualidade) era desenvolvido *in utero*, manifestando-se como uma discordância do desejo do indivíduo com seu sexo anatômico. Daí a famosa máxima “a alma de uma mulher presa no corpo de um homem”. Longe de serem, por isso, degenerados ou doentes, para Ulrichs os homossexuais eram variantes “naturais” que borravam as fronteiras entre homens e mulheres, detalhe que inclusive enfurecia os defensores destas mesmas fronteiras. Na mesma linha, e acrescentando o biologismo predominante no discurso médico, Hirschfeld argumentava que a atração erótica do homossexual tinha uma origem embrionária que resultava, no adulto,

³⁶ Em 1914, a petição contaria com a assinatura de 3000 médicos, 750 professores universitários e outros 1000. Era o apogeu do WhK, aparentemente com 408 membros, e quase conseguiram abolir o §175, segundo comentário de Niebarding, ministro da justiça do Segundo Reich (Tamagne, 2006).

³⁷ O ideal humanista de Ulrichs ainda influenciaria figuras como John Addington Symonds e Edward Carpenter, homossexuais e representantes da liberação moral e sexual na Inglaterra que seriam por suas vezes muito presentes em círculos liberais como Bloomsbury, do qual falaremos adiante.

em um desenvolvimento truncado dos “centros neurais” responsáveis por tal atração. Ademais, também creditava à força do impulso sexual e à quantidade de hormônios femininos e masculinos influência decisiva na orientação dos indivíduos na eleição de seus parceiros sexuais³⁸. O horizonte de Hirschfeld sempre foi o de dissipar o preconceito contra os homossexuais, e sob um espírito iluminista e racionalista, acreditava ser a pesquisa e a razão científica o caminho para tal projeto. Portanto, mediante a assunção de que a homossexualidade seria a resultante de caracteres biológicos, congênitos e “naturais”, o enquadramento dos homossexuais nos códigos penais seria algo tão injusto quanto a punição de indivíduos por serem canhotos. Quanto a Freud, as diferenças entre suas teses e as de Hirschfeld criariam um fosso na colaboração científica dos dois homens. A ênfase nas experiências ambientais e inconscientes do primeiro, de caráter ademais universal, jamais estaria em harmonia com o núcleo biológico causal – e com propósitos explicitamente políticos – da homossexualidade particularista do segundo.

Em 1907, um jornalista chamado Maximilian Harden acusa dois aristocratas alemães, Phillip Eulenburg e Kuno Moltke, próximos do imperador, de serem homossexuais e passíveis de sanções legais devido ao parágrafo 175. Respondendo com processos de difamação contra Harden que durariam anos, Eulenburg e Moltke teriam seus nomes e suas práticas sexuais reverberadas por toda a Europa, além de suas vidas destruídas. Chamado para testemunhar em uma das sessões, Hirschfeld sai em defesa de Harden afirmando que Moltke apresentava *tendências homossexuais inconscientes* com um forte caráter platônico (Mancini, 2010), esperando provar que a homossexualidade estava presente nas mais altas esferas da sociedade e fazer avançar a causa da descriminalização.

Hirschfeld, em seu entusiasmo militante, cometeu um grave erro estratégico. Ao mesmo tempo em que o julgamento de Eulenburg voltou a atenção da imprensa e da população para a questão da homossexualidade, não o fez veiculando uma imagem

³⁸ Cabe a ressalva de que, apesar da fluidez em caracteres de gênero que propunha a teoria de Hirschfeld, sua visão do desejo sexual ainda era de uma matriz invariavelmente heterossexual, fiel ao postulado da complementação entre os sexos. Um homem só desejaria outro homem caso tivesse uma estruturação peculiar de seu aparelho anatomofisiológico – e, portanto, de seu desejo erótico – que lhe dotasse de um caractere feminino. Este é um detalhe importante que Freud desmontou em seus *Três ensaios*, conforme vimos no capítulo antecedente.

positiva³⁹. Tanto quanto Harden, que julgava a homossexualidade como culpada por uma série de fracassos na política externa alemã, a imprensa não tinha interesse em defender os homossexuais, e predominava a crua homofobia em quase todo o material que era publicado e que, mesmo quando em tons mais leves, tratava-se de galhofas sarcásticas (Tamagne, 2006).

O erro de Hirschfeld fora enunciado, portanto, em termos psicanalíticos. No ano seguinte a seu depoimento no caso Eulenburg, junto de Iwan Bloch, Heinrich Körber, Otto Juliusburger e Karl Abraham, fundaria a Associação Psicanalítica de Berlim, cristalizando assim seu interesse pela criação freudiana. Apesar de sustentar posições teóricas diferentes de Hirschfeld quanto à homossexualidade, Freud mantinha para com este um profundo respeito e a Sociedade das Quartas-feiras, grupo de psicanalistas vienenses que se reunia na Bergasse 19 desde 1902 até 1908, colaborava com o Instituto de Hirschfeld na elaboração de um questionário sobre sexualidade e o próprio Freud submetia artigos para publicação nas revistas de Hirschfeld. Conforme relata Mancini (2010), no Terceiro Congresso de Psicanálise de setembro de 1911, em Weimar, ele não foi apenas recebido calorosamente por Freud como fora também saudado como a “autoridade berlinense em homossexualidade” (p. 71). Ademais, Hirschfeld reconhecia o valor do método psicanalítico no cuidado que oferecia à população homossexual no Instituto, empregando-o ativamente em sua prática clínica.

Uma mirada na correspondência de Freud com Karl Abraham revela a importância de Hirschfeld nos primórdios da organização e difusão da psicanálise. Na primeira metade do mês de janeiro de 1909, Abraham faz um balanço de seu primeiro ano de clínica psicanalítica e expõe seus créditos para Freud: “Durante os últimos meses tive muitos processos e outros relatórios a escrever, a maior parte deles mediados pelo Dr. Hirschfeld, que em geral tem grande interesse por mim” (Falzeder, 2002, p. 75). Freud, em resposta, saúda seu vínculo com Hirschfeld, “certamente um colega agradável por causa de sua

³⁹ Por outro lado, os processos de Eulenburg e Moltke fariam a homossexualidade entrar na cena pública, atingindo um patamar de visibilidade que antes não possuía. Por isso, para Eribon (2008), “os grandes processos que marcaram o fim do século XIX e início do século XX foram momentos-chave na consciência de si e de uma consciência coletiva dos homossexuais” (p. 175). Outro exemplo desses momentos foi o julgamento e condenação de Oscar Wilde, em 1895, que elevaria o autor à posição de um mártir da causa gay, inspirando inclusive o próprio Hirschfeld.

homossexualidade bem-sublimada” (p. 76). Confirmando a consideração teórica de Freud, sabe-se que Hirschfeld era um homossexual discreto, o que fazia dele alguém tolerável entre seus colegas. Era de fato característico de Hirschfeld manter a conduta respeitável do homem de ciência de seu tempo, nunca expondo sua inclinação erótica como caso de discussão pública e mesmo seu movimento militante se dava sobre os trilhos da retidão burguesa (Mancini, 2010). Mesmo sob todos os elogios de Freud, evidencia-se o tradicional preconceito de que o homossexual não consegue dar conta de seus impulsos e que qualquer homem poderia, na presença de um, ser alvo de sedução.

Considerando então o apreço de Freud para aquele a quem a história reservou a alcunha de “o Einstein do sexo” e sua importância na situação berlinense da psicanálise, o que teria causado o afastamento de Hirschfeld da causa freudiana apenas um mês após o congresso de Weimar? Aparentemente, motivos manifestados no próprio Congresso justificam a defecção do sexólogo berlinense. “Hirschfeld declarou sua resignação e se manteve firme em sua decisão apesar de todas as tentativas de persuasão”, comunica Abraham para Freud em outubro de 1911 (Falzeder, 2002, p. 139). Em seguida, analiticamente, Abraham expõe seu entendimento dos motivos de Hirschfeld:

É uma questão de resistências que se ligam a uma causa externa [o comportamento de Jung para com ele], mas esta não é definitivamente sua fonte. Em uma longa reunião de membros, em que Weimar era discutida, ele demonstrou uma chocante ignorância sobre a psicanálise. (...) Basicamente, a defecção de Hirschfeld não é uma perda para nós, porque o trabalho do grupo é, por um lado, um ganho. Por outro, eu lamento sua decisão por razões pessoais. (Abraham, 1911, citado por Falzeder, 2002, p. 140)

A questão teórica já havia sido posta como um empecilho por Freud dois anos antes: “Espero que você gradualmente o convença da incorreção de suas assunções teóricas sobre a origem da homossexualidade, se ele estiver suficientemente desimplicado”, escrevia para Abraham em janeiro de 1909 (Freud, 1909, citado por Falzeder, 2002, pp. 76-77). É conhecido o peso de diferenças teóricas nas defecções do movimento psicanalítico e também o fato de que Freud podia ser terrível com quem dele discordava. Porém, Hirschfeld é um dos últimos representantes de um momento, tido como áureo por Roudinesco (2002), no qual diferenças teóricas eram toleradas, abreviadas em prol da luta

pela causa, não declinando ainda em lutas institucionais. Conforme vimos, Abraham empregaria a arma da interpretação do afastamento de Hirschfeld como uma *resistência*, algo que seria consagrado pelo próprio Freud em sua “bomba” de 1914, *A história do movimento psicanalítico*, configurando-se como o marco da nova era em que discordâncias teóricas teriam uma ressonância institucional potencialmente dramática. Todavia, não se pode deixar de considerar que a homossexualidade de Hirschfeld, apesar de, como dizia Freud, bem-sublimada, estaria sempre no limiar de se tornar algo inadmissível. No mês seguinte à carta de Abraham, em novembro, Freud comentaria com Jung: “Magnus Hirschfeld desertou de nossos postos em Berlim. Nenhuma perda considerável, ele é um sujeito fraco, insípido, incapaz de aprender qualquer coisa. É claro que ele toma seu comentário no Congresso como pretexto; *melindre homossexual*. Não vale uma lágrima” (Freud, 1911, citado por McGuire, 1988, pp. 453-454)⁴⁰. Infelizmente, a falta de registro nos impede de saber exatamente qual foi o comentário de Jung sobre Hirschfeld em Weimar, porém, Falzeder (2002) conjectura que Jung explicitamente tenha se oposto à permanência de Hirschfeld no quadro de psicanalistas justamente por ser homossexual, algo que sempre lhe pareceu repulsivo. As posições pessoais de Jung quanto à homossexualidade não eram desconhecidas de Freud. Quando o último pediu a opinião do primeiro sobre uma revista para a submissão de um ensaio, Jung respondeu: “Se os ‘175°’ são os responsáveis, isso será dificilmente uma garantia de sua atitude científica” (Jung, 1908, citado por McGuire, 1988, p. 125). A revista em questão era a *Zeitschrift für Sexualwissenschaft* e o responsável pela mesma era o próprio Hirschfeld⁴¹. Não deixa de ser surpreendente a rápida mudança de opinião por parte de Freud, de um entusiasta a alguém que despreza o que considerou como um melindre patético, tipicamente homossexual, mesmo que tenhamos em mente que no cálculo de Freud uma concessão ao preconceito de Jung, no caso de Hirschfeld, tenha lhe custado pouco frente a tudo que seu herdeiro eleito ainda representava para o movimento.

⁴⁰ Esta passagem da carta de Freud foi retirada da versão inglesa das correspondências. A edição brasileira da correspondência completa, traduzida a partir da inglesa, curiosamente omite a passagem em que Freud generaliza o “melindre” de Hirschfeld como algo próprio de todos os homossexuais (McGuire, 1993, p. 461).

⁴¹ Freud optou por publicar o artigo, que se tratava de *Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade* (Freud, 1908/ 2006) não na *Zeitschrift*, pois a achava uma plataforma da militância homossexual e, portanto, muito política. Mesmo assim, o artigo saiu em outra revista editada por Hirschfeld, a *Jahrbuch für Sexuelle Zwischenstufen*.

Tanto as posições teóricas de Hirschfeld quanto sua homossexualidade estavam no limiar de se tornarem estigmas frente aos olhos do superego institucional, cujo efeto imediato foi, neste caso, Jung. A nosso ver, utilizando os termos de Kupermann (1996), Hirschfeld foi um dos que sucumbiram no atravessamento da psicanálise do registro teórico-clínico para o registro de autorização e habilitação de uma prática social, cuja consequência seria sentida como o acender de um feixe de luz para sua diversidade sexual, que se tornaria uma diferença intolerável para um movimento em sua ascensão das profundezas à superfície.

Hans Blüher, a outra “triste experiência” de que falam os berlinenses nas cartas circulares do Comitê Secreto, era o teórico ligado à segunda grande corrente da liberação homossexual da Alemanha de Weimar, liderada por Adolf Brand e Benedict Friedländer. Afora o propósito de liberação e da luta contra o §175, o discurso da *Gemeinschaft der Eigenen* (Comunidade dos Especiais), fundada em 1903, era completamente diferente das associações lideradas por Hirschfeld, às quais acusavam inclusive de sujar com características femininas a imagem do homossexual na Alemanha. A *Gemeinschaft*, nutrida a partir da década de 1910 pelas teses de Blüher, propagava uma visão elitista, romântica, anti-modernista, anti-semítica e misógina da homossexualidade e das associações homossexuais. As associações juvenis, os *Wanderwogel*, eram comuns à época em que Blüher começou a teorizar sobre suas forças de coesão e seus potenciais, tendo ele próprio participado do primeiro *Wanderwogel* da Alemanha, aos 12 anos de idade. Segundo Blüher, os movimentos de jovens eram secretamente governados por relações eróticas geralmente sublimadas entre os adolescentes e líderes, tomando como modelo de referência a pedofilia grega. Muitos entre os líderes dos movimentos de juventude eram homossexuais, pois, de acordo com ele, eles eram os únicos a devotarem-se prontamente aos jovens. Blüher era extremamente avesso, porém, à prática sexual entre homens, sendo a via da homossexualidade sublimada – o emprego do termo é dele – a mais apropriada para ativar a potência desses agrupamentos (Tamagne, 2006).

Este é um exemplo de como Blüher se inspirou nas teses de Freud para estabelecer as fundações de suas teorias sobre o homoerotismo e as associações masculinas. A questão

do desprezo dos psicanalistas berlinenses para com Blüher é, portanto, de foro teórico, preocupados que estavam já em 1921 com a “pureza” da teoria. Na ocasião em que Abraham, Sachs e Eitingon lamentam o que Blüher fizera “a serviço de uma má compreensão da psicanálise” (Abraham, Sachs & Eitingon, 1921, citados por Spiers e Lynch, 1977, p. 9), este já publicara aquele que para Tamagne (2006) foi seu tratado fundamental: *Die Rolle der Erotik in der männlichen Gesellschaft* (O papel do erótico na associação masculina), de 1917. Neste, além de fazer do elo homossexual sublimado entre adolescentes e líderes a célula fundamental de um Estado ideal, o *Männerbund*, toma de empréstimo além do conceito de sublimação também a bissexualidade e a repressão, rejeitando, porém, a ideia da homossexualidade como uma fixação, contraditória com o propósito de fazer do homoerotismo tão necessário quanto desejável. Com efeito, por Blüher ter se apropriado de conceitos psicanalíticos para embasar um tratado polêmico, que não disfarçava inclusive seu anti-semitismo, compreendemos o quão escandaloso isso foi para os psicanalistas.

As ideias de Blüher, popularizadas em livros de grande repercussão, no entanto, não deixaram de encontrar simpatizantes entre os mais ilustrados, como Thomas Mann (1925/1970), e também entre aqueles que na prática importariam em massa suas ideias sobre as vantagens de uma organização masculina ao estilo do *Männerbund* concebido por ele. Adolf Hitler, inclusive, que leu e citou Blüher nas chamadas “palestras à mesa” (as *Tischgespräche*), organizou o estado nazista ao modo dos *Männerbunde* (Tamagne, 2006). As referências místicas às ordens secretas teutônicas, nórdicas e templárias que fazia Blüher serviriam como base da ideologia de poder dos nazistas – eles teoricamente incorporavam a elite alemã, uma aristocracia política chamada a dominar as massas inertes. Esta seria uma das raízes da infeliz assimilação do nazi-fascismo com a homossexualidade masculina, conforme comentaremos mais à frente. Antes, encerraremos esta passagem sobre os primeiros “psicanalistas homossexuais” com alguns comentários sobre o psicanalista britânico e tradutor das obras de Freud para o inglês, James Strachey.

Vemos agora que as afirmações dos berlinenses – nas cartas circulares listadas no início do capítulo anterior – são altamente enganosas. Cercados de considerações sobre a homossexualidade como parte de uma neurose e da “impossibilidade de analisar essas

peessoas” aparecem as “tristes experiências” alemãs, Blüher e Hirschfeld. A leitura da circular nos orienta a pensar que as opiniões de Abraham, Sachs e Eitingon eram baseadas em algum tipo de juízo clínico ou caracterológico, portanto. Nem Hirschfeld e muito menos Blüher, que nunca teve nenhum contato direto com a psicanálise alemã organizada, se dispuseram ao tipo de escrutínio que justificaria a rejeição de homossexuais com as racionalizações que vimos nos capítulos anteriores.

4.2. Do culto à rejeição

Na Grã-Bretanha da virada do século XVIII para o XIX, era já observável um fenômeno em que a homossexualidade situava-se num espaço tão particular entre as elites que a muitos parece justificável dizer que lá havia um verdadeiro “culto à homossexualidade”. Para Tamagne (2006), “a aversão tradicional à homossexualidade deu lugar, em certos setores da sociedade, a uma tolerância que cedo transformou-se em aprovação, e depois em adulação” (p. 105) que marcou pelo menos duas gerações de jovens britânicos. A estrutura pedagógica pública de algumas das maiores concentrações urbanas, caracterizada pelo confinamento dos garotos e extensa separação da família, e consequentemente dos valores familiares, além da relativa indiferença com que o assunto era tratado pelos diretores das escolas, levava os adolescentes durante a puberdade a se tornarem, além de colegas, amantes.

Na Inglaterra, o culto da homossexualidade era estendido por muitos que em seus anos de adolescência viveram pessoalmente o florescer da homossexualidade nas escolas públicas. Cambridge, a tradicional universidade inglesa, era um símbolo da reverência à homossexualidade e os professores, em sua grande maioria, mediante uma inspiração grega, chegavam a encorajar relacionamentos homossexuais, que eles próprios praticavam e não viam razão para esconder. Um egresso dessa cultura, que carregou em si todas as práticas homossexuais de adolescência e a reverência homoerótica aos ídolos de sua geração, como Rupert Brooke⁴², foi James Strachey. Assim como diversos de seus colegas mais próximos,

⁴² Rupert Brooke, poeta inglês morto tragicamente aos 28 anos de idade na Primeira Guerra Mundial, foi reverenciado tanto por seu talento literário quanto por sua beleza. James Strachey não escondia sua paixão por Brooke, de quem era amigo desde a escola pública, e sua correspondência, atravessada por cantos

Strachey era um aficcionado por literatura e, no chamado “grupo de Bloomsbury”, dividia com personalidades notáveis como Virginia Woolf, E. M. Forster, Dora Carrington, Lytton Strachey, seu irmão, e John Keynes, o famoso economista e também amante de seu irmão, livres divagações intelectuais e experimentações sexuais na contramão da moralidade vitoriana. A liberdade das discussões ia desde a fala aberta às mulheres até o envolvimento, hetero e homossexual entre os membros do grupo, laços que se cruzavam e se sobrepunham num clima incomum de desprendimento, sem muito respeito pelas tradicionais barreiras de gênero e papéis sexuais. Foram nestas discussões e através da paixão dos membros de Bloomsbury pela literatura, pelos pensadores imaginativos e pelos proponentes da liberdade sexual que Freud entrou nesse pequeno círculo de ingleses talentosos, capturando o interesse de Strachey que, ao final da década de 1910, dava seus primeiros passos em direção ao movimento psicanalítico.

Após sua decisão de tornar-se psicanalista, Strachey seguiria o conselho de Ernest Jones de que deveria cursar medicina antes de ingressar na formação oficial da *British Psychoanalytic Association*, apenas para abandonar o curso três semanas depois, aborrecido. Optou por mudar-se para Viena nos anos de 1920 para, junto de sua companheira Alix Strachey, deitar-se no divã de Freud que já a esta época se encarregava quase totalmente de análises didáticas e tornar-se, nos anos posteriores, psicanalista didata e respeitado tradutor das obras de seu mestre para a língua inglesa.

Se não levarmos em conta não somente os anos de Strachey em Cambridge e Bloomsbury, quando participava ativamente da liberação dos costumes e da reverência ao homoerotismo, mas principalmente seus anos de formação e atuação como psicanalista, é impossível estarmos seguros da estima de Strachey quanto a sua inclinação erótica. Foi em defesa do caráter mais liberal de Freud quanto aos homossexuais na psicanálise que Roudinesco (2002) afirmou que Strachey era “um homossexual confesso” (p. 13), incluindo-o por isso entre os “clínicos pouco conformistas” da *British Psychoanalytical Society*. Uma mirada mais cuidadosa em alguns arquivos de Strachey na realidade põe à prova estas duas proposições. É notável a ironia e o fastio com que Strachey se referia à sua

poéticos de um amor impossível, foram reunidas por Keith Hale (1998) em *Friends and Apostles: The correspondence of Rupert Brooke – James Strachey, 1905-1914*.

vida em Cambridge, ao afirmar a um amigo que aquele era “um buraco detestável; onde alguém divide seu tempo sodomizando o filho do diretor e ouvindo Daniel Tovey sacrificar a *Appassionata*” (Strachey, 1906, citado por Meisel & Kendrick, 1985, p. 19). No entanto, Strachey tampouco disfarçava a razão peculiar de sua paixão por Alix Serjeant-Florence, posteriormente Alix Strachey: “As mulheres são todas detestáveis – exceto uma deliciosa moça de Bedales (miss Serjeant-Florence!), um completo garoto” (Strachey, 1910, citado por Meisel & Kendrick, 1985p. 23). A ideia arvorada por Roudinesco, de que Strachey era um homossexual “confesso” e um exemplo de personalidade não conformista é imprecisa, encoberta pela simpatia da autora à causa da militância homossexual na psicanálise. Porém, e mais importante, ao caracterizar assim a atitude de Strachey, Roudinesco ofusca o fato de que o psicanalista britânico não escapou à pressão pela “normalidade” em atividade no movimento psicanalítico que, se em sua época não era totalitária como viria a ser, nem por isso era menos atuante. Por outro lado, Tamagne (2006) afirma que Strachey é o exemplo perfeito do jovem garoto de boa família que, após ter passado toda sua juventude associado aos Boêmios e participando ativamente dos códigos de conduta sexual libertários, característicos de alguns setores da vanguarda britânica, “rejeitou sua homossexualidade, mas ainda assim não conseguia encarar as mulheres. Portanto, escolheu uma mulher que era ela própria andrógina e que, de maneira similar, tinha dificuldade em definir sua identidade sexual” (p. 163). Ou seja, representa um caminho nada incomum para alguns britânicos, traçado por aqueles que em seus anos de maturidade viriam a rechaçar algumas práticas de juventude como excessivamente inconsequentes, em prol de uma seriedade que não deixava de se acompanhar por inibições que se ligavam àquelas mesmas práticas condenadas. Muito embora, em nossa opinião, Tamagne caia num erro semelhante ao de Roudinesco quando imputa em Strachey uma identidade exterior ou mesmo a obrigação de se definir uma, não é segredo o fato de o casal Strachey ter sido pouco ativo em termos eróticos, apesar de sua longa união e a paixão transparente em suas cartas (Meisel & Kendrick, 1985).

Nem de longe, portanto, Strachey poderia ser tido como um exemplo de como a homossexualidade era bem-vinda nos círculos psicanalíticos das primeiras organizações, até porque, para ele próprio, ela não o era tanto assim. Além disso, o fantasma da homossexualidade, em certo sentido semelhante ao que ocorreu com Hirschfeld, não cessaria de encontra-lo. As experimentações homossexuais do passado de Strachey e seu

desgosto pelo sexo feminino se insinuariam entre o legado que deixou e principalmente em sua imagem entre seus pares psicanalistas. Em alguns episódios de interação com seus colegas, o passado liberal de Strachey e a suspeita sempre corrente de desinteresse sexual por Alix eram trazidos à tona por seus colegas. Um discípulo de Freud, Theodor Reik, ao invés de cumprimentar Strachey pela ocasião de seu aniversário de casamento com Alix, cometeu o ato falho de dizer “Bem, Strachey, como vai seu *adversário*?” (Reik, citado por Swerdloff, 1965a, p. 44). Michael Balint, em suas recordações sobre Strachey, com quem conviveu por algum tempo na *British Psychoanalytic Association*, comenta que Strachey era “uma alma bastante delicada” (Balint, citado por Swerdloff, 1965c, p. 74), eufemismo de um psicanalista que, conforme vimos, não via a homossexualidade de uma maneira particularmente positiva.

Por fim, Brett Kahr (1996) conjectura sobre a análise de quase dez anos que Winnicott realizou com Strachey:

Dada a falta de crianças de Winnicott (*sustained childlessness*), sua falta de interesse profissional na sexualidade genital adulta e sua preocupação com a impotência, suspeito que Strachey fez a Winnicott um grande desserviço ao não analisar completamente, e isso se chegou a fazê-lo, estes aspectos de sua estrutura de caráter. Se Strachey realmente possuía estrutura de caráter homossexual, mesmo que levemente substancial, então poderíamos considerar sua negligência nestas áreas da personalidade de Winnicott como uma instância lastimável de contratransferência maligna”. (p. 74)

O peso das palavras de Kahr⁴³, psicanalista filiado à famosa Clínica Tavistock de Londres, denotam a sombra da rejeição da homossexualidade que antes de meio século de

⁴³ As especulações de Kahr, nesta passagem acerca do elemento malogrado da contratransferência de Strachey com Winnicott, alimentam-se intimamente das mesmas fontes que Rachel Cunningham (1991) apontava como sendo as razões da exclusão de candidatos homossexuais na Inglaterra:

Parece que um fator central militando contra o treinamento analítico de homossexuais é a assunção da presença de fantasias anti-pais, anti-bebês no centro da vida inconsciente homossexual. É um dos pilares da psicanálise, particularmente na escola kleiniana, que o marco da saúde mental e maturidade emocional é a tolerância da noção do casal parental realizando o ato sexual. (...) A apreensão parece ser a de que o homossexual, querendo ser como o genitor do outro sexo, está na verdade invejosamente usurpando a identidade e posição daquele genitor e falsamente reclamando-a como a sua própria, ao mesmo tempo reclamando o genitor do mesmo sexo como objeto de amor. (pp. 53-54)

psicanálise já se fazia notar entre seus praticantes e discursos enunciados. Ora, se Winnicott destacou-se ao lado de Sándor Ferenczi, Melanie Klein e Jacques Lacan como uma das personalidades mais inventivas da história da psicanálise, é porque provavelmente não caiu sob as investidas da submissão transferencial que já à sua época marcavam as instituições psicanalíticas. E isto, conforme exploraremos a seguir, entre outros fatores, depende intimamente do analista didata e do manejo da transferência feito por este, o que era sabido por Strachey, que enunciou em uma carta a seu colega Edward Glover: “O propósito de uma análise didática naturalmente deveria ser o de colocar o analisando numa posição de chegar a suas próprias decisões a respeito de suas questões em aberto – e não incutir nele seus próprios dogmas pessoais” (Strachey, 1940, citado por Rayner, 1991, p. 18).

A conclusão a que chegamos, considerando esses breves exemplos e os acontecimentos que os cercam, é que a situação dos homossexuais no movimento psicanalítico era, desde o princípio, bastante precária. Estariam eles permanentemente à mercê da sombra que suas orientações sexuais pousava sobre suas ações e suas personalidades que poderiam sempre, frente a qualquer infeliz ocorrido, serem remetidas a suas aberrações sexuais e seus vícios inomináveis.

4.3. Mudanças radicais no imaginário ocidental sobre a homossexualidade

Thomas Mann, ao escrever em 1925 um tratado estético sobre o homoerotismo, intitulado *Sobre o casamento*, afirmava que:

Se nossos jovens – e os parabenizamos! – experienciam uma atitude mais calma e serena com respeito aos problemas sexuais que as gerações anteriores foram capazes de alcançar, se este terreno for extirpado de seus tabus mais terríveis, isso tem tudo a ver e está em harmonia com o fato de que a nova geração é mais tranquila e familiar com o fenômeno homossexual, além de ser mais tolerante. (...)

Assim sendo, o homossexual seria incapaz de oferecer bom tratamento psicanalítico a heterossexuais devido a sua inveja e atitudes agressivas frente a elementos frequentes e imperiosos da vida heterossexual, especialmente o casamento e a criação de filhos. Sem mencionar a adesão ao princípio de que haja alguma coisa como “estrutura de caráter homossexual”, como se o “caráter” de um sujeito possa ser equacionado com sua escolha de objeto. Para uma discussão sobre este aspecto em específico, ver Chodorow (1992).

Sem dúvida, a homossexualidade, o laço amoroso entre os homens, a amizade sexual, goza de certo favorecimento hoje devido ao clima dos tempos e não mais parece a mentes cultivadas somente como uma monstruosidade clínica”. (Mann, 1925/1970, pp. 53-55)

Seu juízo era certamente válido para Freud, seu leitor e admirador. O clima dos tempos, porém, iria mudar radicalmente quando da escalada do fascismo e após a Segunda Guerra Mundial. A ascensão do partido nazista na Alemanha, a partir de 1933, coincidindo com a crise financeira, a tempestade política e o problema do crescimento populacional que duramente atingiu a Europa pôs fim a todas as conquistas dos movimentos homossexuais militantes da Alemanha, além de alçar uma repressão policial e jurídica ainda maior do que era praticada até então. O parágrafo 175, pouco tempo antes na iminência de ser abolido, sofreu alterações nos ditames do galopante autoritarismo, tornando-se ainda mais rigoroso; as lutas de Hirschfeld – que, com a sorte de não estar em seu Instituto quando a Gestapo o invadiu, morreu exilado na França em 1935 – e o ânimo reformador e progressista de suas organizações, revistas, parceiros e simpatizantes entre os ilustrados verteram-se em cinzas em praça pública junto a seus livros, seus institutos destruídos e rompida sua rede de colaboradores, aguardando um resgate posterior que ocorreria quatro décadas depois, a tempo de colocar Hirschfeld no lugar de pioneiro da militância homossexual contemporânea. A população como um todo, inclusive, viu-se encorajada a delatar homossexuais, mesmo que se mantivessem restritos a uma esfera privada, atitude fomentada explicitamente na Alemanha nazista, mas que não se limitava à política de delação do regime. Brutal e selvagem, a sombra de um ataque à razão e ao pensamento tomou um dos países mais ilustrados do ocidente, e mesmo após a queda do nazismo, a violência física e simbólica socialmente autorizada e dirigida contra os homossexuais serviria como o souvenir desta mesma tendência humana à irracionalidade.

As representações vagas do homoerotismo, conforme vimos, tiveram seu apogeu nos ensaios estéticos de Hans Blüher, durante a República de Weimar. Toda a afinidade pelo culto ao corpo masculino das associações de jovens (os *Wandervogel*), porém, precipitar-se-ia de maneira deformada na estética do *Männerbund*, os grupos de homens viris marchando em uniformes, na exaltação da competitividade dos esportes e em toda a mitologia nazista. A estética bélica do estado nazista tomava as imagens dos corpos

atléticos e livres do liberalismo de Weimar e as reverteu em um homoerotismo violento e rígido, a imagem do combate, da luta e da destruição. A androginia característica da bissexualidade teorizada por Blüher, tomada de empréstimo de Freud, cedeu lugar a uma potencialização da misoginia pelos grupamentos hitleristas e qualquer traço feminino, tal como a prática da homossexualidade era vista, era violentamente repudiada. Porém, mesmo que fosse mal vista pelos olhos das autoridades e severamente punida, o sexo entre homens era comum entre os grupamentos de jovens alemães, por exemplo, na própria Juventude Hitlerista e também na elite da máquina de guerra nazista, a SS e a *Wehrmacht*. A homossexualidade, o homoerotismo enquanto libido que oferecesse coesão ao grupo tornou-se uma especulação por demais abstrata para o pragmatismo nazista, e nenhum chefe dos grupamentos diria que o que unia os membros dos mesmos tinha algo a ver com a homossexualidade. A homossexualidade enquanto prática era condenável, e a conjunção entre o homoerotismo de foro libidinal, teórico, e o sexo entre homens seria usada pelos inimigos do nazi-fascismo com um caráter acusatório ao notar que o estado nazista era organizado como um *Männerbund*. Tornar-se-ia comum, a partir dessa época, mesmo entre pensadores dos mais sofisticados (cf. Adorno, 2008), amalgamar homossexualidade com fascismo, e restaria aos homossexuais mais uma justificativa para o ódio a eles dirigido.

Contudo, os homossexuais não tinham lugar no Terceiro Reich, mesmo que o sangue que corresse nas células de funcionamento do Estado alemão belicoso tivesse muito daquela libido que encontramos teorizada em Blüher e também em Freud. Através de fontes imprecisas, especula-se que de 5000 a 15000 homossexuais foram enviados aos campos de concentração de 1933 a 1945, marcados com a insígnia triangular cor-de-rosa⁴⁴ que viria a ser o símbolo da militância homossexual desde a década de 60, e com o estigma de pervertidos contagiosos que os isolava mesmo entre os outros prisioneiros perseguidos pelo nazismo e pelos seus colegas “de fora”, que evitavam qualquer tipo de contato por medo de

⁴⁴ Na hierarquia interna dos campos de concentração, os “triângulos cor-de-rosa” não ocupavam nenhuma posição de decisão e quase nunca se tornavam *Kapos*, líderes entre os detidos, ocupando logo depois dos judeus os níveis mais baixos da classificação nazista, como “os prisioneiros mais desprezados” (Tamagne, 2006, p. 382). Todavia, era comum que nos campos de concentração o sexo entre homens fosse tolerado como substituto para as relações heterossexuais, mas era severamente punido se praticado entre os “triângulos cor-de-rosa”. O propósito de tal distinção, segundo Heinz Heger, homossexual austríaco sobrevivente do campo de Flossenbürg, era o de preservar o mito de uma sexualidade “normal” e “viril” apesar da emergência circunstancial, reservando o fardo do defeito e da perversão exclusivamente aos ditos homossexuais “puros” (Heger, 1981).

serem descobertos (Tamagne, 2006). Porém, mesmo dentro dos campos de concentração, pelo menos antes dos tempos de guerra total, a palavra de ordem não era extermínio, mas reabilitação, a recolocação dos homossexuais nos eixos da sexualidade “normal”, reprodutiva. O regime nazista então teria de adotar um modelo de psicologia coerente com este propósito de “normalização” e “cura”, e Tamagne ressalta uma importante característica: “O objeto da ‘ira’ nazista deve ser bem definido: não era o homossexual em si, mas o ato e o desejo homossexual. *Os homossexuais não representavam uma categoria separada de indivíduos* [itálicos nossos] e poderiam – ou pelo menos era esperado – ser reinstalados na comunidade” (p. 361). O emprego das mesmas palavras usadas por Freud (1905/1996) ao expor seus pontos de vista sobre a homossexualidade, diversos daqueles defendidos pela militância de Hirschfeld, por exemplo, serve-nos como uma pista para compreendermos por que “a psicanálise era visa pelos nazistas como a primeira forma de reabilitação viável” (Tamagne, 2006, p. 384). Para a mentalidade de uma Alemanha que sonhava em conquistar o mundo e exterminar todos os outros povos tidos como “raças inferiores”, não haveria por que dar cabo de homens arianos, e seria natural optarem por práticas que os recolocassem nos eixos da reprodução. Assim, uma legislação ostensiva e punitiva, aliada ao isolamento mediante o medo de “contaminação” e um conjunto de práticas “terapêuticas” voltadas à reabilitação serviriam para reposicionar como força reprodutora aqueles que até então se desviavam disso. A psicanálise nunca se harmonizou totalmente com as teorias que criam ser a homossexualidade uma característica congênita, biológica, e por mais que Freud se posicionasse contra a prática, tentativas de “cura” da homossexualidade, tida como uma característica adquirida, não eram infrequentes entre os primeiros psicanalistas (Lewes, 1988). A captura da criação freudiana por um regime que visava à purificação da população, para estes fins e dados os pressupostos acima, tornou-se uma realidade logo nos primeiros anos do Terceiro Reich.

E isto foi feito com a anuência de psicanalistas qualificados e formados dentro dos quadros oficiais da IPA, que à época somava mais de vinte anos de existência, apesar de apagados o nome de Freud e todos os resquícios de judeidade da psicanálise. Em 1936, foi criado o Instituto Alemão para a Pesquisa e Psicoterapia Psicológica, fundada e presidida pelo Dr. Matthias Göring, psiquiatra e sobrinho de Hermann Göring, ministro do interior do *Führer* e responsável pela edição de três decretos que endereçavam o combate à

“indecência” na Alemanha, homossexualidade incluída. Dr. Göring, um homem considerado “razoável” por Ernest Jones, que o conheceu em 1936 (Roudinesco, 1989), propunha que a psicanálise fosse mantida entre as práticas do “Instituto Göring”, conquanto o nome de Freud e todos os termos que relembressem a “ciência judia” não fossem mencionados nas comunicações oficiais. No evento conhecido como “arianização da psicanálise”, evidentemente, psicanalistas judeus foram expulsos e alguns, como Karl Landauer, assassinados. Contudo, os que se mantinham acreditavam estar levando a cabo a salvação da psicanálise, como Felix Boehm, eleito secretário do Instituto Göring na anexação da Sociedade Psicanalítica Alemã (*Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft*, DPG) ao primeiro, em 1938. Os psicanalistas atuantes no Instituto Göring compartilhavam, portanto, a crença de seus ideólogos na “reabilitação” dos homossexuais e alegavam que de 510 homossexuais tratados, 341 foram tornados heterossexuais, uma taxa de sucesso de 70%. Dentre os psicanalistas que publicaram relatórios sobre a cura de homossexuais junto ao Instituto Göring estão o próprio Felix Boehm e Werner Kemper, este último que embarcaria para o Brasil em 1948, a mando de Ernest Jones, para uma próspera carreira de analista didata na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ)⁴⁵.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, pôs um freio nos esforços dos alemães por reabilitação, que não se provaram suficientemente exitosos, confirmando a desonestidade dos resultados otimistas acima reproduzidos. Os homossexuais, porém, não foram promovidos em sua sub-humanidade. Sedutores contagiosos e potenciais degeneradores da raça conforme se assumia, cada vez mais eram enviados aos campos de concentração e passaram a ser castrados à época da guerra total para, eunucos e inofensivos, lutarem no front. Sobre a homossexualidade que figuraria no imaginário popular e nos estudos “científicos” a partir desta época sombria, Tamagne (2006) escreve:

É notável que as teorias sobre a homossexualidade foram radicalizadas depois de 1933. Enquanto no período anterior a homossexualidade era apresentada como uma anormalidade inata ou uma ocorrência natural, houve um retorno às antigas teorias da degeneração, às explicações biológicas enfatizando disfunções

⁴⁵ Consultar Vianna (1994) e Roudinesco e Plon (1998) para uma análise que situa Kemper numa linhagem autoritária que vai desde suas raízes no DPG até o caso do médico torturador do DOI-Codi, Amílcar Lobo, admitido nos quadros da SPRJ e analisado por Leão Cabernite, este por sua vez analisado por Kemper.

hormonais e até mesmo aos expedientes simplistas de que a homossexualidade é um vício adquirido. (p. 386)

E não somente na Alemanha, ou mesmo na Europa, mas em todo o ocidente, o tratamento radical e desumanizante de homossexuais pelo regime nazista agravou antigos preconceitos já vigentes no imaginário social, fomentados ou não por pretensas pesquisas científicas e especulações sociológicas.

A ascensão dos regimes nazifascistas que trouxeram à tona ideologias e organizações de estado racistas, reacionárias e nacionalistas, deu-se como uma reação à república, tida como filha do desastre que representou a promiscuidade liberal. Ao notar-se que a República de Weimar, durante o entreguerras, foi um momento sociopolítico propício para a difusão das organizações homossexuais e de maior exposição de uma cultura homossexual, especula-se que características não somente dessa mesma República, mas do regime democrático como um todo, guarda elementos que propiciem a emergência disso. Os regimes autoritários que solaparam a tradição democrática de grande parte Europa, apesar de paradoxalmente portarem células organizadas em torno de um tipo de homoerotismo, botariam abaixo as condições que favoreceriam a aceitação da homossexualidade, condições que talvez digam respeito a um corpo social, político e cultural “feminilizado”, conforme alguns especulam ser o caso da cultura ocidental contemporânea (Roudinesco, 2003). Esta mesma “feminização” democrática seria alvo da reação dos regimes autoritários, da mesma maneira que, possivelmente, as democracias reagiriam à homossexualidade nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial como subproduto desses mesmos regimes autoritários. Portanto, nos trinta anos que se seguiram à vitória dos Aliados, em termos ideológicos, políticos e culturais, o homossexual seria um estrangeiro em todas as terras em que poria os pés, não lhe sobrando outra estrutura de pertença além de guetos e algumas associações grupais privadas, longe do espaço público.

A escalada de Hitler ao poder, o holocausto nazista e a Segunda Guerra Mundial trouxeram dois eventos fundamentais à história da proscrição de homossexuais pelo movimento psicanalítico. Primeiro, o ocaso da primavera homossexual do entreguerras, o fim do momento histórico em que aos homossexuais era possível vislumbrar um clima de

maior aceitação e exposição. Fenômeno que poderia ter sido ampliado para além das principais capitais da Europa, mas teve de aguardar até o final do século XX para ser retomado nos continentes ocidentais. Segundo, a migração em massa dos psicanalistas e da produção psicanalítica da Europa para terras anglo-americanas, especialmente para os Estados Unidos, somado ao crescimento e consolidação da IPA como a instituição dominante na formação de psicanalistas e transmissão da psicanálise. Passaremos agora à análise do deslocamento da psicanálise para os Estados Unidos, fato indissociável da destruição da psicanálise em terras europeias que, bem entendido, tampouco evitou a destruição do legado freudiano no Novo Mundo.

4.4. A americanização da psicanálise

Quase todos os psicanalistas (Isay, 1996; Lewes, 1988; Roughton, 2002b) que analisaram, mesmo que superficialmente, as razões da abordagem preconceituosa, pedagógica e curativa da homossexualidade pelos pós-freudianos, situam a mudança do eixo do movimento psicanalítico da Europa para os Estados Unidos como fator determinante para tal abordagem. A partir das primeiras décadas de 1930 nas quais, conforme vimos, a Europa se afundaria no anti-semitismo, psicanalistas emigraram em massa para a América do Norte, nas terras que receberam Freud e a psicanálise em 1909 e cujo terreno já estava sendo preparado, principalmente pelos esforços de Ernest Jones, para que a psicanálise prosperasse muito mais que em qualquer outro país ou continente. Porém, a prosperidade que fez da *American Psychoanalytic Association* (APsaA) a maior potência freudiana da IPA, ao ponto de ela declarar-se independente da mesma para legislar em território próprio, é considerada apenas em termos numéricos e de influência global, porque no que diz respeito à especificidade da criação freudiana, a psicanálise estava morta nos Estados Unidos.

Em 1916, sete anos depois do desembarque de Freud para as conferências na Universidade Clark, Smith Ely Jelliffe, destacado psicanalista nova-iorquino e fundador da revista *Psychoanalytic Review*, criticava as ideias de um dos maiores ideólogos de seu tempo, o inglês Edward Carpenter, homossexual e particularmente influente no grupo de Bloomsbury. Jelliffe, atacando a atitude de Carpenter sobre a homossexualidade, dizia que

a “instrução individual e a educação devem contornar a tendência ‘homogênic’ e dirigi-la a uma vida sexual normal e bem-ajustada, na qual não haveria necessidade de um ‘sexo intermediário’” (Jelliffe, 1916, p. 288, citado por Hale, 1971, p. 339). Freud já conhecia e repudiava este ponto de vista moralista de seus adeptos daquele país, exposto aqui por Jelliffe, e suas opiniões também se fazem claras nas correspondências com James Jackson Putnam, o zeloso missivista da psicanálise que se contava entre os menos intoleráveis norte-americanos para Freud. Putnam, assim como Jelliffe, estava inclinado a veicular preceitos éticos a seus analisandos, um produto das “condições fundamentais da vida americana” (Abelove, 2000, p. 181) que, na opinião de Freud, resultavam numa psicanálise *sui generis*. Conforme expôs em correspondência a Freud, Putnam acreditava que “o método psicanalítico necessita ser complementado com métodos que busquem sustentar ante o paciente uma meta pela qual possa se esforçar em alcançar” (Hale, 1971, p. 340). Expôs o caso de uma dama que tratava com relativo sucesso, mas que relatava ter perdido todo o interesse na vida e no viver. Perguntou a Freud se não deveria, de maneira persuasiva, prover tal interesse a ela. Freud, rechaçando-o, responde:

Acredito que sua queixa de que não somos capazes de compensar nossos pacientes neuróticos quando se desprendem de suas doenças é bastante justificável. *Todavia, parece-me que isto não é culpa da terapia, mas sim das instituições sociais* [itálicos nossos]. O que teríamos que fazer quando uma mulher se queixa de sua frustrada vida, quando com sua juventude perdida se dá conta de que foi privada da alegria de amar devido a meras razões convencionais? Ela tem bastante razão, e nós ficamos impossibilitados ante ela porque não podemos torná-la jovem outra vez. *Mas o reconhecimento de nossas limitações terapêuticas reforça nossa determinação em mudar outros fatores sociais para que tanto os homens quanto as mulheres não se sintam mais forçados a situações sem esperança* [itálicos nossos]. (Freud, 1917, citado por Hale, 1971, p. 338)

Este seria um dos momentos em que veríamos Freud militando para que condições sociais fossem mudadas, de modo que em certos sujeitos não incidissem sofrimentos de outra forma evitáveis. A opinião segue as mesmas linhas que gravou em sua *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna* (Freud, 1908/2006), publicada um ano antes da referida carta, e que continuaria sendo expressa sob a forma de admoestações a Putnam, até a morte deste. Posteriormente, e já observando que seu discípulo tendia a assumir em suas análises o papel de “um mestre e de um modelo de virtudes”, Freud disse a Putnam que “a

moral sexual como a define a sociedade – e como caso extremo a sociedade americana – me parece muito depreciável. Identifico-me com uma vida sexual muito mais livre”. (Freud, 1911, citado por Hale, 1971, p. 341)

Uma moral sexual repressora e saídas sublimatórias que não resultavam em investimentos em arte, cultura ou ciência, mas em usura e acumulação de capital, eram características reconhecidas por Freud e dominariam progressivamente a psicanálise norte-americana a ponto de toma-la como efetora. Os devaneios de Putnam e Jelliffe, seus planos de utilizar o setting, a técnica, a teoria psicanalítica e o próprio psicanalista como modelo de virtudes e ideais, já estavam gravados naquela psicanálise desde a semente. Alguns arquivos permitem-nos ver de maneira mais clara como tal moralismo incidia sobre pacientes homossexuais desde os princípios da psicanálise naquele país. Em 1911, um chamado C. M. Otis realizou sucessivas consultas com dois psicanalistas de Boston chamados Isador Coriat e Louvill Emerson, este último tendo tomado notas que hoje estão acessíveis⁴⁶. O analista viu seu paciente durante seis sessões, e na sexta deu o tratamento por terminado, justificando que “o paciente mostra uma reação emocional não adequada a *minhas sugestões* [itálicos nossos]” (Emerson, 1911, citado por Duberman, 1977, p. 33), sem especificar quais eram tais sugestões. Oito anos mais tarde, o mesmo Emerson publicaria na *Psychoanalytic Review* uma crítica a Freud, por este ter errado ao excluir da psicanálise o panorama ético. Segundo ele, o psicanalista deveria ser autoridade no sentido de dizer ao paciente quais relações sociais seriam “justas” e quais não seriam (Hale, 1971). Henry Abelove, através da leitura destas práticas de “cura” correntes entre seus conterrâneos, abre um interessante sentido para a “carta a uma mãe americana” de Freud, que foi contemplada no capítulo anterior. Nas últimas linhas da carta, Freud escreve, referindo-se ao filho homossexual da remetente: “Se você decidir que ele deva entrar em análise comigo – e não acho que assim será –, ele teria que vir para Viena. Não tenho a intenção de sair daqui” (Freud, 1951, p. 787). À época, em 1935, Freud já estava muito doente e, por outro lado, ocupado quase totalmente de análises didáticas, além de que nos Estados Unidos já se encontravam muitos analistas de respeito e de seu conhecimento,

⁴⁶ As notas sobre o caso de C. M. Otis foram reunidas por Martin Duberman, historiador homossexual norte-americano que durante anos forçosamente tentou, em duas análises, curar-se de sua homossexualidade. Os relatos sombrios de suas tentativas de cura e os estragos feitos por estas são narrados em detalhe em sua biografia intitulada “*Cures: a gay man’s odyssey*”, publicada em 1992.

alguns analisados inclusive por ele próprio. Por que, em nenhum momento da carta, Freud recomenda que a mãe procure um psicanalista para o filho em seu próprio país? A razão para isso, segundo Abelow (2000), poderia ser tanto uma provocação quanto um pedido de cautela, uma mensagem endereçada a ela e aos norte-americanos dizendo que, onde estava, seu filho poderia ser vítima de uma má psicanálise.

O triunfo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e a consolidação dos Estados Unidos como potência econômica e ideológica acirraram, em meados do século, tendências que já se faziam sentir desde pelo menos trinta anos antes. Com a vitória militar, o *american way* tornou-se produto de exportação e “os ideais da América triunfante repeliam os das minorias rivais. A língua inglesa tornou-se universal nos congressos de psicanálise, jornais e publicações, enquanto a língua germânica tornou-se vergonhosa, tal como os vencidos de além-Reno” (Roudinesco, 1989, p. 140). A psicanálise era a fundamentação ideal que daria sentido ao ímpeto pragmático norte-americano, ainda segundo Roudinesco, enquanto a Europa que lhe serviu de berço descobria o modernismo e pragmatismo norte-americano.

Muito cedo em seu desabrochar, a psicanálise nos Estados Unidos harmonizou-se particularmente bem com a medicina, devido à ausência de uma tradição psiquiátrica consolidada que servisse de peneira para a implantação das ideias freudianas, e a associação entre a psicanálise e os ideais da medicina representou o triunfo de um freudismo irreconhecível em sua essência e aliado aos códigos da moral social. Uma prova disso, voltando a nosso tema central, é a elaboração do *Manual Estatístico-Diagnóstico de Transtornos Mentais* (DSM) que, em seus princípios, era centralmente fundamentado na psicanálise norte-americana. Sua primeira versão, de 1952, contava com a famigerada entidade nosológica “Homossexualidade” e a caução disso era, somada à tradicional aversão da moral norte-americana à homossexualidade, as teses de Sándor Rado – que conhecemos no capítulo anterior –, influente na *American Psychiatric Association* (APA) (Abelow, 2000). Mesmo a *Ego Psychology*, a principal criação norte-americana em termos de teoria psicanalítica evidencia, em seus fundamentos, a principal característica que operará na pedagogia do indivíduo sob o foco da apropriação de Freud naquele país: o Ego e suas relações com o ambiente, a sociedade e suas normas, numa relação de

concordância ou oposição. Se lembrarmos a preocupação de James Jackson Putnam com a falta de vontade da paciente e sua inclinação a oferecê-la uma “compensação” ética para melhor se relacionar com a sociedade que a lanceava, sociedade cujas condições passam sem críticas no ideário do psicanalista de Boston, revela-se um fundo comum tanto da *Ego Psychology* quanto dos esforços dos psicanalistas norte-americanos para erradicar o que era anormal e desviante. O Ego, segundo a teoria freudiana, é a instância responsável pela mediação das pulsões do Id com a realidade, e quando o foco do manejo terapêutico recai não sobre o desejo inconsciente, arredo por definição, mas sobre a vontade do Ego, a questão das aptidões e inaptidões particulares dessa instância ganha preeminência, e a adaptação ou não adaptação do sujeito a seu entorno torna-se central.

A adequação à moralidade vigente, sob uma cooperação forçosa que muitas vezes tomava a forma do silêncio e da dissimulação seria também outorgada aos homossexuais e psicanalistas refugiados da Europa, os quais compartilhavam a qualidade de serem os outros, estranhos e estrangeiros. O código de silêncio era certamente o caso dos homossexuais, que em solo norte-americano não chegaram a gozar da relativa aceitação popular e institucional como aqueles da Europa durante o entreguerras (D’Emilio, 1998), e ainda menos dos muitos que eram refugiados da perseguição nazista, realidade que se endureceria durante a época do “macarthismo”, que comentaremos brevemente em seguida. O abrigo do “armário” também foi provavelmente o caso dos psicanalistas europeus exilados em solo norte-americano, segundo a análise de Russel Jacoby (1983). Se boa parte dos psicanalistas da primeira e segunda geração tinham em suas apropriações da psicanálise boa dose de reformismo e um projeto político de crítica social, em solo norte-americano isto seria obturado, domado pela precariedade do estatuto de refugiados e imigrantes e pelas pressões do pragmatismo moralista.

Apesar de que, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram palco de uma reestruturação no laço que reunia aqueles que se identificavam como gays, inaugurando uma rede de convivência discreta, mas ampla e numerosa, a partir dos anos 1950 e durante pelo menos dez anos, uma tendência político-ideológica foi particularmente dura com os homossexuais naquele país. O “macarthismo”, como foi chamado este período e fenômeno – devido aos desvarios do senador republicano Joseph McCarthy, somados aos

de J. Edgar Hoover, então diretor do FBI – forçou os homossexuais a se esconderem, enquanto uma verdadeira operação de caça tornava a homossexualidade uma acusação ativa não somente de uma falta moral, mas de uma inclinação política. O macarthismo foi antes de tudo um período de perseguição aos comunistas, depois da instauração da Guerra Fria, em que denúncias eram feitas e penas executadas quase sempre sem evidências substanciais e mediante procedimentos posteriormente tidos como inconstitucionais e abusivos. A presença real de espionagem e agentes soviéticos infiltrados em altas instâncias do Estado disparou e sustentou a paranoia na sociedade e o Estado aproveitava-se disso em propagandas ideológicas contra “traidores”, “subversivos” e outras más influências que, no caso dos homossexuais, ativavam e recrudesçam antigos preconceitos. Todavia, por que os homossexuais eram perseguidos, expulsos de cargos públicos, da imprensa, escolas, exército, sindicatos e outras instituições, na mesma leva que os comunistas? Segundo D’Emilio (1998), a suspeita de homossexualidade já era por si só suficiente para marcar alguém como alvo do Estado, e os “perversos sexuais” foram presos aos milhares, tidos como subversivos por natureza, degenerados contagiosos, vulneráveis à extorsão e à chantagem e até mesmo uma peste implantada pelos comunistas para o declínio moral da nação. De maneira similar ao que vimos ter ocorrido na Alemanha sob as mãos de Hitler, a paranoia instaurada no seio de uma sociedade relaciona-se intimamente com o advento de um Estado autoritário, o qual teoricamente a protege contra os perigos externos ao mesmo tempo em que fomenta o medo do outro ameaçador. Conservadores, como tanto foram os Estados Unidos durante a Guerra Fria quanto a Alemanha nazista, tais Estados distinguem-se pela restrição de liberdades individuais e pela perseguição e combate à diversidade mediante a justificativa da defesa da população contra a “corrupção da moral”, “sedução”, “subversão”, “degeneração” ou qualquer outro opróbio marcado pelo discurso do momento.

Para a psicanálise norte-americana, representada pelas sociedades filiadas à APsaA, a concordância ideológica com esta “caça às bruxas” seria bastante natural. Que a psicanálise daquele país estivesse aos conformes com as normas sociais não representava um desvio, na verdade era antes o desenvolvimento de uma tendência de fundo, conforme vimos, e a fusão com a medicina aportou à disciplina freudiana o higienismo e uma ideologia da evitação da morte. “A psicanálise ‘à americana’ sonhava com o desaparecimento possível de todas as doenças, fossem elas mentais ou corporais”,

conforme a análise de Roudinesco (1989, p. 160), e tomado por esta mesma impressão, Abelow (2000) afirma que os psicanalistas quiseram “desembaraçar-se da homossexualidade para sempre” (p. 181).

Outro resultado direto da migração em massa de analistas judeus aos Estados Unidos foi a renúncia do centralismo por parte da IPA, passagem que se deu durante a escalada de Ernest Jones ao posto de presidente da Associação, marcando “o início do reinado absoluto da linha norte-americana sobre a europeia” (Roudinesco, 1989, p. 159). A decisão de Jones obedecia a uma ordem lógica: se os centros da psicanálise antes situados em Viena e Berlim foram destruídos pelo nazismo e a maioria, se não os mais influentes, entre os psicanalistas emigraram para os Estados Unidos, o eixo de poder da burocracia psicanalítica deveria também se deslocar para lá. Tanto em termos de produção teórica, modificações na técnica e na política psicanalítica, os norte-americanos tornaram-se “fiscais das sociedades psicanalíticas europeias” (Roudinesco, 2010, p. 129).

A teoria psicanalítica que era produzida especialmente nos círculos norte-americanos na segunda metade do século XX, como Lacan (1988) bem chamou atenção, é indissociável da estrutura de formação e transmissão da psicanálise oferecida pela IPA. Se as diversas correntes psicanalíticas norte-americanas, em especial a *Ego Psychology*, promoviam a adaptação do indivíduo aos preceitos sociais e se aliavam às grandes instituições que sustentavam a vida em sociedade, havia uma estrutura de transmissão e formação que, numa via de mão dupla, alimentava e era alimentada pela obliteração dos aspectos críticos da criação freudiana. A IPA, Roudinesco (2010) comenta, “funciona tendo *Ego Psychology* como modelo. Preconiza a autonomia de todos, ao mesmo tempo em que proporciona a todos uma garantia contra as agressões externas ou os desvios internos: pluralidade de um lado, normalização do outro” (p. 132). Ou seja, a Associação Psicanalítica Internacional, em meados do século, tornou-se tão próspera em solo norte-americano a ponto de moldar-se e ampliar-se, tomando o continente em que nasceu a psicanálise com as mesmas características que Freud tanto criticava. Compreendemos assim que, da mesma maneira que o *american way of life* e os dólares norte-americanos tornaram-se produto de exportação e cobiça mundiais, a triunfante psicanálise aliada à medicalização e normalização da vida também retornava às terras de origem da criação

freudiana, e a potencialização da repulsa à homossexualidade nos circuitos institucionais viria no mesmo vagão.

4.5. A institucionalização da psicanálise

Portanto, em meados do século passado, observou-se o florescimento uma psicanálise adaptativa e conformista, articulada de maneira recíproca com uma estrutura institucional organizada e hierárquica e a um tipo de formação padronizada e com garantias de “controle de qualidade”. Em síntese, nas palavras de Clarence Oberndorf, ex-presidente da APsaA, uma psicanálise “legítima, respeitável, bem como apática e presunçosa, atraindo aqueles que encontram segurança na conformidade e propriedade” (Oberndorf, 1953, p. 207, citado por Jacoby, 1983, p. ix). A psicanálise, conforme pensada por Freud e por boa parte de seus primeiros seguidores, em termos de conhecimento e prática, guardava um potencial de *tensão* com a cultura dominante, apresentando-se como um saber crítico sobre esta última e tendo como projeto também a transformação da mesma, pagando o preço das resistências culturais à sua existência (Kupermann, 1995). Conforme pudemos observar ao longo desta investigação, o destino da psicanálise na cultura revestiu-se de características contrárias: a tensão que antes havia cedido lugar ao conforto da acomodação na cultura vigente, e não parece ter inspirado nesta, em suas formas contemporâneas, as resistências que Freud antevia e contra as quais por algum tempo lutou. Cléopâtre Athanassiou, psicanalista francesa cujas investidas contra Richard Isay viemos a conhecer no primeiro capítulo, resume de maneira precisa o ânimo que tanto embasa seu ataque aos psicanalistas homossexuais quanto exemplifica a aliança do movimento psicanalítico institucionalizado com os cânones culturais no final do século passado:

As instituições psicanalíticas – se não todas as instituições humanas – estão aí para assegurarem a proteção do adulto contra a criança, e não o inverso. A lei que protege a liberdade de todos e não a liberdade da onipotência de alguns. (Athanassiou, 1993, p. 1292)

A crítica à hipocrisia cultural, a injustiça e o ímpeto à contestação e, no limite, à transformação das instituições eram elementos que marcavam as contestações que emergiram no ocidente a partir das três últimas décadas do século passado. Características

em comum entre a psicanálise em seus primeiros anos e os movimentos contestatórios contemporâneos que, em Athanassiou, são desclassificadas como reivindicações infantis e onipotentes, revelando o interjogo de proteção e defesa mútua entre as instituições psicanalíticas e as instituições culturais, em termos mais amplos, dentre as quais se divisam os papéis sexuais atribuídos pela burguesia, a homossexualidade genital compulsória e o casamento homossexual, a dominação masculina, entre outros.

O perfil dos interessados no ofício psicanalítico também apresentava mudanças notáveis, e uma passagem de Anna Freud é ilustrativa:

Quando examinamos as personalidades daqueles que por auto-seleção constituíram a primeira geração de analistas, suas características deixam pouca dúvida. Eram não-conformistas, questionadores, do tipo que não se satisfazia com os limites impostos ao conhecimento. Entre eles, se encontravam sonhadores e outros que conheciam o sofrimento neurótico por tê-lo vivido. Este tipo de recrutamento transformou-se radicalmente desde que a formação psicanalítica foi institucionalizada e que, em contornos mais estritos, faz apelo a um tipo diferente de personalidade. Além do mais, a auto-seleção cedeu lugar a um minucioso exame dos candidatos. Donde a exclusão daqueles que são suspeitos de alterações mentais, dos excêntricos, dos autodidatas, dos grandes imaginativos; em vantagem daqueles que, bem acomodados e bem preparados, são trabalhadores o bastante para ambicionar maior eficácia profissional. (Freud, 1968, p. 200)

Anna Freud precisa o evento que marcou a passagem entre os dois tipos de personalidade, qual seja, a institucionalização da formação psicanalítica. Uma formação que, em sua forma padronizada, seria o meio controle de qualidade dos candidatos, depurando a psicanálise dos suspeitos de alterações mentais, dos excêntricos, dos imaginativos, em síntese, dos diferentes daqueles aos quais a instituição psicanalítica faria apelo. Incluídos que eram nestas características, os homossexuais também faziam parte do grupo de candidatos indesejáveis à instituição psicanalítica e foram proscritos mediante as justificativas que expusemos. Sigamos agora, próximos do desfecho desta investigação, percorrendo os processos internos à institucionalização da psicanálise que resultaram em sua associação cômoda às instituições sociais tradicionais e aos poderes instituídos, culminando na demonização da homossexualidade e na proscrição de homossexuais da formação psicanalítica. O pano de fundo da leitura que se segue será o dos deslocamentos da autoridade no âmago da institucionalização da psicanálise, questão que deriva nos

efeitos de dogmatismo, normalização, proibição do pensamento, etc., por suas vezes diretamente relacionados à proscrição de homossexuais e com a aliança com as instituições sociais conservadoras, com seus efeitos discursivos já observados.

Logo nas primeiras páginas de *Psicologia das massas e análise do Eu* (Freud, 1921/2011), notamos que Freud insistentemente chama a atenção do leitor para a carência nos estudos anteriores sobre considerações acerca do papel do líder nas massas, sejam elas organizadas ou efêmeras. Assim, lança mão de uma série de explicações derivadas de algumas então bem fundamentadas teorias psicanalíticas para dar conta de tal ausência, reiterada no decorrer do texto de 1921. O que cabe ao líder, em síntese sua principal característica, é a de reunir em si o poder que mantém unida a massa, e o faz por duas vias. Por um lado, ligado libidinalmente aos indivíduos da massa, situa-se neles em substituição ao ideal do Eu (posteriormente chamado de Supereu), partição psíquica que de acordo com a teoria psicanalítica é o precipitado das instâncias parentais. Resulta disso que o líder da massa é ele próprio uma atualização da imago parental correspondente ao ideal do Eu. Por outro lado, sendo virtualmente o pai de todos os indivíduos do grupo e amá-los da mesma maneira, sem distinção, o líder promove a coesão dos camaradas que o seguem em laços libidinais horizontais por meio da identificação entre eles.

Sete anos antes de publicada a *Psicologia das massas*, Freud expunha para o grande público os estatutos de base para seu próprio grupo de seguidores, aos quais acreditou ser necessário situar um chefe (*ein Oberhaupt*) que, após a morte do fundador-guia (*der Führer*), tornar-se-ia seu tenente (*sein Ersatz*). Ou seja, o Freud que em 1921 analisava o lugar do líder na estruturação psicológica de uma massa e seus reveses, estava convicto da necessidade de uma liderança concreta para seu próprio grupo. Neste caso, um líder ao qual caberia a dupla função de, internamente, incorporar uma “autoridade disposta a instruir e admoestar” (Freud, 1914/2013, p. 294) e, aos olhos do mundo, poder dizer “a psicanálise não tem nada a ver com todo esse absurdo, isso não é psicanálise” (p. 295). O malogro das esperanças projetadas em Carl Jung – o eleito de Freud para sucedê-lo e que se acreditava experimentado na obediência –, nesse contexto, é inclusive compreendido em virtude da incapacidade do suíço “de suportar a autoridade de outro (...), tanto menos capacitado a

criar uma autoridade própria, e cuja energia se voltava para a perseguição implacável dos próprios interesses” (p. 295). Ou seja, conforme escreve Roustang (1987), como na hierarquia de uma igreja, “o direito ao comando é proporcional à estrutura da obediência” (p. 28). Não deve surpreender os mais cautos a equivalência entre as sociedades psicanalíticas e as seitas religiosas; ela não é de hoje nem tampouco algo invocado exclusivamente pelos detratores do movimento psicanalítico. A atmosfera das reuniões dos primeiros anos na Sociedade de Viena – nas quais o poder da palavra final e decisiva em todas as reuniões era sempre de Freud – era descrita por Max Graf como a da *fundação de uma religião*. Wilhelm Stekel, retrospectivamente, emprega a mesma alegoria religiosa ao se lembrar dessas mesmas reuniões, descrevendo-se como “o apóstolo de Freud, que era meu Cristo!” (Gay, 1996, p. 170). E o próprio Jung, conforme expôs em uma de suas cartas, também tendia a relacionar-se a Freud como um beato: “(...) minha velha religiosidade havia encontrado no senhor um fator compensatório” (McGuire, 1993, p. 139).

Após a ruptura com Jung, Freud desistiria de encontrar um *Ersatz*. Porém, a intenção de reafirmar-se como o *Oberhaupt* e o *Führer* de seu movimento e atendendo a todas as motivações acima listadas para tanto perseverava, e uma de suas finalidades em *A história do movimento psicanalítico* é cumprida através da declaração de que ninguém melhor que ele poderia saber o que é e o que não é psicanálise. Freud operava dessa maneira o chamado a um retorno transferencial a sua figura, sendo que as traumáticas dissensões em seu círculo serviriam antes para reforçar a mestria no coração do movimento do que para questioná-la.

O lugar das identificações entre os camaradas do grupo, precisamente formulado em 1921, tampouco escaparia da atenção de Freud, que desejava igualmente “que os seguidores da psicanálise se reunissem para manter laços amigáveis e apoiar-se mutuamente, depois que a ciência oficial promulgou o veto sobre ela e impôs o boicote sobre os médicos e instituições que a praticassem” (1914/2013, p. 295). Freud então trabalhava a partir de modelos quando justificou a necessidade e estrutura de sua sociedade. O modelo de uma Igreja era claramente atuante, mas havia espaço também para alguns traços familiares ao Exército. Além da patente que reservava a Jung (tenente), termos belicistas como tempos de guerra, luta, causa, inimigos e oponentes figuram no texto publicado às vésperas da

Grande Guerra, o qual seu próprio autor nomeou de “a bomba”. A Freud, portanto, que sentia por experiência própria os mecanismos libidinais que envolviam o líder e seus seguidores, além das vicissitudes da formação de uma massa, bastaria olhar a si próprio e ao seu redor para formular as análises que faria em 1921.

Antes da publicação da bomba de 1914, Kupermann (1996) ressalta que a fundação do Comitê Secreto, em 1912, marcou o primeiro momento do retorno transferencial que Freud convocou quando da derrocada de seu projeto de ter Jung como seu príncipe herdeiro e líder do movimento. O Comitê surgiu da impossibilidade de se colocar em prática uma ideia de Ferenczi, a qual sobreviveu, porém, nos destinos do movimento psicanalítico. Frente ao consenso, no círculo íntimo de Freud, de que os dissidentes deturpavam a psicanálise devido a suas neuroses e complexos pessoais, a melhor maneira de evitar “adulterações teóricas” seria a de que um grupo de controle fosse analisado pessoalmente por Freud. “A proposta de Ferenczi”, comenta Kupermann (1996), “revela *in status nascendi* e a um só tempo o que se tornaria paradigma da formação analítica, bem como a origem de seu próprio malogro” (p. 64). A crença na filiação transferencial a Freud como salvaguarda para o que não era da ordem da pura psicanálise instilaria nos psicanalistas uma onipotência que, junto à popularização e difusão do movimento psicanalítico, potencializaria certas tendências próprias a todo movimento de massas.

Subjacente aos mecanismos libidinais que unem um grupo a um líder está a oferta, feita por uma figura totalizante, de soluções confortáveis às inquietações e dores tipicamente humanas, a chamada lógica da ilusão. “As massas”, escrevia Freud (1921/2011), “requerem ilusões, às quais não podem renunciar” (p. 29). Como um sonho, a ilusão é uma crença sustentada pela realização de um desejo, situada, pois, no campo do narcisismo e sendo fundamental a desconsideração da realidade para sua manutenção. Se o desmantelamento das ilusões foi um dos golpes no narcisismo da humanidade que Freud (1925/2012) atribuiu à sua invenção, era ao mesmo tempo um de seus grandes temores que sua criação fosse ela própria capturada pela lógica da ilusão. Trazemos novamente a religião ao centro da discussão, sendo ela um dos grandes sustentáculos das ilusões humanas e exemplo *princeps* analisado e desconstruído por Freud. Todas as crenças religiosas desconsideravam a realidade no mesmo movimento que ofereciam amparo aos

homens frente a suas angústias de morte e desamparo, sob a forma da salvação e de um sistema explicativo divino (Freud, 1927/2006). Na leitura conjunta da *Psicologia das massas* e das considerações freudianas acerca da lógica da ilusão, vemos o quanto a posição libidinal do líder frente a seu grupo está intimamente ligada à produção e estabelecimento de ilusões, e a chave para este elo está no complexo paterno. Conforme reproduzimos, para a teoria freudiana, o elemento fundamental no estabelecimento de um líder nas massas é o câmbio que ele próprio efetua ao se situar como ideal do Eu para cada um de seus seguidores, através de um caminho do desenvolvimento psicológico que o inclui numa série cujo ponto de partida é o pai, o simulacro da autoridade. Foi Sándor Ferenczi (1910/2011) o primeiro a apresentar a posição de Freud no lugar de pai e líder de seus seguidores, em um relato apresentado na ocasião mesma da fundação da IPA, em 1910:

Uma prova disso, entre outras, é fornecida pela regularidade com que até mesmo nós, analistas selvagens e desorganizados, condensamos em nossos sonhos a figura paterna com a do nosso chefe espiritual. Quantas vezes, em sonho, sob uma forma mais ou menos disfarçada, aniquilei e enterrei o pai espiritual, altamente respeitado, mas, no fundo, embaraçoso, pelo próprio fato de sua superioridade espiritual e que, ainda por cima, apresentava sempre certas características do meu próprio pai. Muitos de meus colegas relataram-me sonhos semelhantes. (p. 172)

O líder é, com efeito, uma *imagem* do poder paterno da mesma maneira que o líder divinizado dos sistemas religiosos monoteístas, os quais reeditam, através da fé religiosa, uma situação infantil de proteção contra o desamparo. Assim, conforme indica Kupermann (1996), “é o complexo paterno, constituinte da religião, a matriz de toda e qualquer ilusão, entendida como uma crença na qual, em sua motivação, prevalece a realização de desejos” (p. 34).

Com efeito, o que nos interessa especificamente no âmbito dessa discussão é o efeito da *proibição do pensamento* que atua via de regra nos sistemas em que estão ativos a lógica da ilusão e o complexo paterno. Em *A questão de uma Weltanschauung* (Freud, 1933/2010), Freud, com um ímpeto crítico endereçado ao então último dissidente do

movimento psicanalítico, Wilhelm Reich, irá apontar a guinada que fez do marxismo teórico uma *Weltanschauung*⁴⁷ na passagem dos anos 20 para os anos 30:

Embora sendo originalmente uma parcela da ciência, e construído, em sua implementação, sobre a ciência e a tecnologia, criou uma proibição para o pensamento que é exatamente tão intolerante como era a religião no passado. Qualquer exame crítico do marxismo está proibido, dúvidas referentes à sua correção são punidas, do mesmo modo que uma heresia, em outras épocas, era punida pela Igreja Católica. (p. 218)

Temos em mente o quanto a psicanálise, em meados do século passado e principalmente quando do advento dos movimentos de minorias, organizados tanto sob a forma do militantismo político quanto respaldados por disciplinas e teorias científicas que punham à prova fundamentos médico-psicológicos defendidos pelo *establishment* psicanalítico, padeceu do mesmo mal que Freud apontava como o fracasso do marxismo e um fato consumado nos sistemas religiosos. A crítica era aplacada, o pensamento domado segundo limitações intransigentes e as inovações teóricas – também práticas e principalmente éticas – ocorriam via de regra fora dos institutos que supostamente guardavam e protegiam a palavra freudiana. Por um lado, é inquietante que Freud, a quem era tão claro o papel doutrinador, potencialmente promotor de uma *Weltanschauung* dos movimentos estruturados nas linhas do complexo paterno, não tenha colocado sob suspeita este infeliz destino que viria a se manifestar na história de sua instituição. E por outro, resta-nos reconhecer no devir da psicanálise institucionalizada o advento de um pensamento tão dogmático como eram os sistemas religiosos, além de uma cegueira seletiva da posteridade freudiana aos alertas de Freud sobre a lógica da ilusão, quando estes se instauram em sua própria criação.

Portanto, temos o resultado histórico de que a palavra de Freud tenha sido guardada pelos missivistas do movimento psicanalítico e seu exame crítico tomou a forma de um tabu, sob a égide da proibição do pensamento. Dado que a palavra de Freud era o selo de legitimidade dos iniciados, como poderíamos pensar a transformação destas mesmas palavras constitutivas de um saber crítico sobre a sexualidade, destacando a contingência

⁴⁷ A *Weltanschauung* é definida por Freud, no texto referido, como uma hipótese explicativa totalizante do mundo, que não deixa espaço para perguntas não respondidas, configurando-se assim como um dos grandes desejos ideais dos seres humanos pela oferta de segurança na vida.

das pulsões sexuais e a universalidade da homossexualidade, em um frequente veículo de discursos virulentos? Se, em sua visão de homem, Freud lançava ideias que se desprendiam do preconceito psiquiátrico novecentista e, ademais, dispôs-se a aceitar homossexuais como membros da Associação, o que fez com que os guardiões de suas palavras fossem marcados pelo paroquialismo moralista que vimos ao longo deste trabalho? Ora, assim como na Igreja contemporânea, muitas formulações são vistas como antiquadas e demasiadamente ligadas a tempos passados, ou seja, as regras ditadas do alto não conservam necessariamente, na história dos grupamentos religiosos, o caráter imperativo. “Renovações” são frequentes e previstas, e a interpretação dos textos se dá ao sabor dos tempos, das imanências ideológicas, culturais, políticas e das instituições às quais se busca a afiliação, ainda assim conservando a fidelidade dos seguidores. No que diz respeito à homossexualidade, este é um juízo de mão dupla, que vale tanto para os expedientes mais progressistas de Freud, ignorados pelos herdeiros de sua disciplina em meados do século passado e resgatados atualmente, ao se esboçar forçosamente a figura de um libertador dos homossexuais, quanto para suas opiniões mais retrógradas, hoje relativizadas e, no limite, também empurradas ao esquecimento. O que mantém os fiéis na posição de fiéis, Roustang (1987) sinaliza, é preciso ver do lado da transferência: “o essencial é a referência sempre retomada para com o mesmo texto e a mesma pessoa em sua dominação” (p. 35). As leituras e interpretações que se fazem de um texto são datadas, influenciadas pelas questões possíveis de serem formuladas por um conjunto de fatores históricos, e a crença em apenas uma interpretação possível, verdadeira e transcendente, é também da ordem da ilusão. A demonstração que aqui realizamos deve vir a apontar que, entre outros fatores, a ilusão de pertença filial, a manipulação da transferência e a produção e reprodução de obediência ao mesmo tempo não só tamponaram o potencial crítico e transgressor das palavras de Freud, mas a consolidaram em direções contrárias.

Portanto, sigamos visando compreender os mecanismos de produção de obediência e submissão transferencial na instituição psicanalítica, detendo-nos ainda na função da autoridade nas instituições psicanalíticas. Em certa altura de *Psicologia das Massas*, vemos Freud consentir com a opinião de que é característico das massas, das mais organizadas e estáveis às mais efêmeras, querer “ser dominada e oprimida, (...) temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e

inovações, e ilimitada reverência pela tradição [itálicos nossos]” (Freud, 1921/2012, p. 27). Observe-se que podemos retirar da citação o andamento que no raciocínio freudiano parte da relação do desejo de dominação e opressão das massas até a reação conservadora frente a inovações progressistas, em defesa da tradição. O elemento decisivo aqui, a característica que faz de uma massa inteiramente conservadora, é a anuência submissa de um grupo para com seu líder, conforme vimos, a imago da autoridade paterna que num movimento de organização e difusão cada vez maior desloca-se em patamares hierárquicos, preservando o mesmo elemento sob a forma de uma disposição libidinal. Assim, mantendo-se o complexo paterno ativo e indisputável, no decorrer do desenvolvimento do grupo, busca-se a estabilidade do conforto e do asseguramento frente a qualquer coisa que venha a perturbar a comodidade da tradição, e a captura por uma *Weltanschauung* se torna uma consequência lógica. Detenhamo-nos um pouco mais sobre como a própria autoridade pode se deslocar do campo das relações entre membros de um grupo com seus líderes até o campo social, observando um fenômeno particular.

Nos Estados Unidos, onde a psicanálise elevou-se ao patamar de um saber dominante e normativo, a ponto de ocupar as linhas de um poderoso manual sobre a saúde mental, o DSM, Maxwell Gitelson, em 1953, expunha ter detectado um fato curioso. Didata do Instituto Psicanalítico de Chicago, Gitelson inquietava-se com a “normalidade” de muitos candidatos à formação psicanalítica que analisava, e arrisca uma série de hipóteses para diagnosticar o surgimento de tais figuras nos institutos psicanalíticos. Baseando-se nos câmbios que ocorriam na sociedade ocidental nos então cinquenta anos de psicanálise, um dos fatores enumerados é que “os candidatos são também determinados (...) pela circunstância particular de terem crescido em uma atmosfera psicanalítica” (Gitelson, 1954, p. 178). O desejo daqueles candidatos “normais” se dirigia a uma especialização da medicina que aventava uma carreira promissora, e eles entravam em treinamento já antecipando o que se esperaria deles durante a formação, consequentemente criando uma camada extra de resistências em sintonia com o protocolo das sociedades psicanalíticas. Porém, e ainda mais importante, tal normalidade “pode, na realidade, ser o signo de profundas resistências de caráter baseadas na *submissão e aquiescência à autoridade* [itálicos nossos]. De fato, *parece que uma das imagos inconscientes de autoridade é agora o próprio campo psicanalítico* [itálicos nossos]” (p. 178). O campo psicanalítico tornou-se

então um agente de autoridade, investido transferencialmente pela sociedade em que se popularizou, e que fazia valer seu posto ao dizer o que era certo ou errado, permitido ou proibido, normal ou aberrante.

A maneira com que o campo psicanalítico tratou a homossexualidade masculina, desde os anos trinta até as últimas décadas do século passado, é o exemplo paroxístico da psicanálise tornada uma imago de autoridade e promotora de uma *Weltanschauung*. Os homossexuais que buscavam ajuda psicanalítica muitas vezes, como foi claramente o caso dos Estados Unidos, compactuavam com a ideia amplamente compartilhada e defendida pelo saber médico-psicanalítico de que eram portadores uma doença e um vício grave, porém curável (Duberman, 2002). A aceitação deste juízo e a busca de uma terapia curativa por si só já testemunha para uma precária estima que estes sujeitos nutriam por si próprios, manifestada de um lado pela condescendência e de outro pela atrocidade características dos estudos de caso já reportados aqui. Tomemos como exemplo as análises realizadas e comunicadas por Lionel Ovesey, Irving Bieber e Charles Socarides para estimarmos a extensão disso. Influentes psicanalistas e teorizadores consagrados na abordagem da homossexualidade, conforme vimos no capítulo anterior, os três eram representantes do emprego de uma técnica intrusiva em pacientes homossexuais com a reconhecida intenção de reverter suas preferências eróticas à heterossexualidade. Todos eles supõem, com um viés naturalizante ligado à opinião que faziam do desenvolvimento “típico” do homossexual masculino, a centralidade da conformidade, submissão e passividade na dinâmica destes indivíduos, o que se manifestará transferencialmente nas situações analíticas. Conforme escreve Bieber (1973), “o núcleo psicodinâmico da corrente homossexual tanto em homens quanto em mulheres é a submissão ou o medo de submeter-se a um membro do mesmo sexo, o qual é percebido como poderoso e ameaçador” (p. 263).

O que surpreende é que, frente a esta percepção, optava-se por explorar a vulnerabilidade destes pacientes em um esforço ativo por influenciá-los. Lionel Ovesey (1969), que diz preferir deixar não analisada uma transferência marcada pela obediência quando esta lhe serve ao propósito da conversão, foi confrontado por um protesto do paciente, que se sentia “forçado pelo terapeuta a relacionar-se com mulheres mediante o risco de desapontá-lo caso ele não o fizesse” (p. 142). A resposta de Ovesey foi:

O terapeuta sentiu (...) que este era o momento de interpretar o erro do paciente de pensar que ele estava em terapia para benefício de qualquer pessoa menos o dele. A primeira reação do paciente frente à interpretação foi a de se sentir desencorajado, reação nada incomum a interpretações deste gênero. Ele foi reassegurado neste ponto, de que o êxito era realmente dele, e depois de alguns dias de desânimo, ele tentou novamente (...). (pp. 142-143)

A todos que conhecem minimamente os parâmetros éticos do trabalho psicanalítico, o excerto deve assombrar pela má-fé por parte do terapeuta ao desmentir uma percepção sensível e ademais correta do analisando, potencializando um impasse iatrogênico que o levará, no limite, a seguir atuando o desejo do terapeuta todo-poderoso, esquivando-se, por sua vez, de seus próprios desejos e soterrando seu *self*. Igualmente seguro de saber o que é melhor para seus pacientes e sempre disposto a encarnar um ideal de virtudes, Charles Socarides torna-se, em suas análises com pacientes homossexuais, um exemplo vivo da consolidação do complexo paterno que vimos analisando como sendo uma das substâncias do malogro da psicanálise. Vimos no capítulo anterior como Socarides pensava a homossexualidade masculina, e a técnica que empregava em seu tratamento é assim formulada:

O analista explicou ao Paciente A como conduzir-se em um relacionamento heterossexual. Ele mostrou a ele através de diagramas que não havia nada a temer e que ele certamente poderia ter relações heterossexuais. O analista constantemente expôs o quanto o comportamento da mãe era cruel e irresponsável, temeroso e doentio, totalmente negativo e destrutivo, e o paciente ganhou coragem ao encarar tal realidade. Ele começou a emular o julgamento objetivo da mãe feito pelo analista e retirou-se de sua submissão sexual masoquista a ela. Muitas vezes ele pediu conselhos, críticas construtivas e conselhos do analista sobre como manejar problemas cotidianos da vida e interações humanas em seu círculo profissional e social. Esta foi sua educação por um pai novo e bom, que o protegeria contra sua mãe esmagadora e seu pai real inapto, inadequado e fraco. Ele tornou-se um homem e não temia tornar-se um através de sua identificação positiva [com o psicanalista]. (Socarides, 1968, p. 114)

Stephen Mitchell, um exemplo do então crescente coro de críticos a estas proposições, em 1981 mostrou os contornos íntimos da transferência à psicanálise e aos psicanalistas, firmados como imagos de autoridade, ao relatar o caso de um paciente homossexual que, embora tendo o procurado por sentir-se infeliz e vazio, havia sido

“curado” em uma análise anterior. A psicanálise, nas palavras do analisando, era “uma religião à qual tanto ele quanto ambos os analistas pertenciam, que dava sentido à vida e oferecia uma explicação válida para tudo”. Seu antigo analista, “uma figura altamente idealizada que salvou sua vida através de sua delicadeza e sabedoria”, era um dos representantes da

“Normalidade” da sociedade como um todo, atravessados por um senso profundo de correção moral, tomando uma atitude altamente condenatória quanto à sua homossexualidade anterior e qualquer fantasia homossexual atual. A homossexualidade era pecaminosa e inquestionavelmente má e errada. O analista demandava a renúncia desse mal e a conversão à heterossexualidade, e seu envolvimento como analisando implicava uma aparente entrega a esta demanda moral. (p. 75)

A consequência de tal situação da psicanálise para a estima de homossexuais que pretendiam exercer uma carreira como psicanalistas é, portanto, óbvia. Os “sexualmente anormais” eram pré-selecionados já de antemão, e poucos deles buscariam especializarem-se na psiquiatria ou candidatar-se a uma formação psicanalítica, conforme vimos no primeiro capítulo, experimentados na opinião corrente que os classificava como doentes e rejeitáveis, a não ser caso fossem “curados”. Todavia, a princípio sem razão alguma para terem suas orientações sexuais em boa conta, alguns ainda assim assentiam à opinião majoritária médico-psicanalítica sobre a homossexualidade, moldando-se de acordo com o que a mesma reservava aos papéis sexuais. Com efeito, na travessia da alfândega psicanalítica carimbava-se um passaporte ao silêncio, à dissimulação e ao auto-engano no longo jogo de esconder-se e comportar-se de acordo com os desejos imperativos da instituição, mediante a ameaça constante de expulsão. Para o campo psicanalítico e para suas instituições de formação, estava assim formado um mecanismo retro-alimentativo baseado em uma poderosa *Weltanschauung*, cujos efeitos eram sentidos sob os contornos de uma formatação dos candidatos, homossexuais ou não, em indivíduos muito bem adaptados à realidade, bons pais de família com um aparelho psíquico equilibrado em suas instâncias e um ego flexível o suficiente para mediar o choque das pulsões com a realidade (Gitelson, 1954). Ademais, obedientes, aquiescentes à autoridade, pouco questionadores, acrílicos... normais.

As instituições psicanalíticas, em suma, realizavam uma pré-seleção de seus aspirantes, favorecendo aqueles que concordariam com uma estrutura dominante que tamponava a crítica e, em resultado, alimentava um motor que reproduzia uma estrutura padronizada, pouco questionadora e aberta a discussões e reformas. Porém, a análise de Gitelson acima observada serve de exemplo para a força dos limites à crítica, tanto as suas quanto as de muitos de seus contemporâneos. Ainda que percebesse que havia algo de errado com seus analisandos, a responsabilidade para tanto recaiu nas mudanças sociais mais amplas, inclusive naquelas que transformaram a psicanálise frente à opinião da sociedade, tornando-a “respeitável e normal” (Gitelson, 1954, p. 179). Em suas próprias palavras, tal destino era um “artefato” (p. 178), por definição algo fabricado, artificial, à parte da natureza pura das coisas.

Portanto, afastando sua mirada dos mecanismos institucionais dos quais participava e interpretando de forma naturalizante o desenvolvimento da psicanálise, Gitelson não nos oferece maiores esclarecimentos para responder à questão de como se *produzia* o superego psicanalítico que descreveu e que se fazia sentir na “normalidade” de alguns candidatos. Vimos, porém, o quanto alguns psicanalistas influentes estavam dispostos a atuarem a imago de autoridade superegoica que os pacientes, de antemão, lhes investiam, de modo a moldarem-se à imagem e semelhança de seus analistas. Acreditamos que esta maneira de conduzir a análise de pacientes homossexuais seja, conforme dissemos, o exemplo paroxístico do que acontecia no campo psicanalítico como um todo, notadamente em meados do século passado, e nos orientaremos agora a buscar em um local privilegiado a chave para a compreensão deste fenômeno.

Segundo Kupermann (1996), os guardiões das transferências que eram feitas para a imago de autoridade psicanalítica no campo social, incluindo a teoria e os sintomas “admissíveis” para o ingresso na formação oferecida pelos institutos eram “os próprios psicanalistas e, dentre eles, de acordo com a hierarquia de suas organizações” (p. 102). E, no topo da escala das investiduras organizacionais está o analista didata, “representante oficial da psicanálise enquanto saber e prática, da organização psicanalítica enquanto formação social e também do inconsciente atualizado de seu analisando, o candidato a psicanalista” (p. 103).

De modo a estimarmos o quanto a análise didática é central na problemática da proscrição de candidatos homossexuais à formação psicanalítica, lembremo-nos da afirmação de Cesar Botella, reproduzida no primeiro capítulo. Botella, em debate com Ralph Roughton, num gesto comum de afastar o problema de sua própria realidade institucional, afirma que da análise didática, ainda preservada na APsaA, “pode derivar um conflito dramático entre a Instituição e a homossexualidade do candidato” (Botella, 2001, p. 20). Ao colocar a didática no centro do problema, Botella repete algumas afirmações que já vinham sendo feitas entre os psicanalistas desde meados do século passado (Grotjahn, 1954; Heimann, 1954; Nacht, 1954), numa época em que, se os problemas da formação eram já detectados e discutidos, a questão da homossexualidade do analista ainda não atravessava a cobertura de resistências que a encobria, como comprova a ausência total de debates sobre o tema até então. Na argumentação de Botella, ocupa um lugar central a função do didata de julgar o quanto o candidato está apto à carreira psicanalítica, fazendo com que o mesmo recorra a saídas que intensificam o risco de identificar-se com o analista, o qual tende a enxergar nesta mesma identificação o êxito da análise e a autorização à carreira analítica. Nesse sentido, toda cota de hostilidade, dúvida e rejeição dos pontos de vista do analista e, de um modo geral, a transferência negativa, fundamental para o progresso de uma análise entendida como “cura” e “transformação” do analisando, é posta de lado ou atuada em outros campos que não na cena analítica, preservando-se nesta somente a transferência positiva para fins de se manter a boa estima e a possível aprovação pelo didata-juiz-pai.

As análises de homossexuais servem, ao mesmo tempo, tanto como confirmações quanto como exceções destes juízos sobre os problemas das análises didáticas. Com Ovesey, Bieber e Socarides, vimos o investimento na posição paterna e a manipulação transferencial promovendo a identificação do analisando ao analista levada ao limite. Richard Isay (1996) e o próprio Roughton⁴⁸ também expõem em notas autobiográficas a inclinação de agradar e moldar-se de acordo com o desejo de seus analistas, especialmente ao manter um casamento heterossexual aparentemente feliz, para garantir sua estada na

⁴⁸ Ralph Roughton assim descreve suas incursões: “Eu era heterossexual até onde o mundo conseguia enxergar”, e por isso entrou em análise “com o propósito de livrar-me dos sentimentos homossexuais depois que a primeira [análise] malogrou nisso. (...) Nos anos 70, era isso que a gente fazia. Queríamos nos tornar *straight*, e nossos analistas diziam que isso era possível” (Lynch, 2007, p. 263).

formação psicanalítica e não despertar desconfiança em seus pares e superiores na hierarquia institucional. Ora, enquanto a homossexualidade fosse uma doença “curável” pelos psicanalistas, os mesmos estariam autorizados a “curar” seus candidatos lançando mão dos mesmos recursos criticados, criando uma exceção “necessária” no manejo da técnica (cf. Bieber, 1973). Sacha Nacht (1954) aponta que, tendo em vista que em toda análise o analista é colocado no lugar de pai idealizado, a quem se aspira inclusive tornar-se igual, o impasse da análise didática seria o de que tal objetivo identificatório é consciente, reconhecido e partilhado como meta real. Por outro lado, dada a impossibilidade dos candidatos abandonarem suas análises didáticas, advém a situação de uma dependência real, e não apenas revivida de maneira fantasmática na cena analítica, na qual “sair de forma a proteger-se ou vingar-se é impossível” (p. 251). “O risco maior que advém daí”, comenta Kupermann (1996), “é a impossibilidade de vivenciar o processo fundamental de integração da *agressividade*” (p. 112), restando aos candidatos a aquiescência comportada aos protocolos institucionais. O que para Nacht era impeditivo de uma análise, porém, para Socarides (1968), conforme vimos, era a condição fundamental da abordagem psicanalítica de homossexuais. Para os homossexuais, portanto, não restaria outra saída a não ser repetir na cena analítica a mesma experiência de opressão e conformidade que os marcaram durante toda a sua existência, distantes de um processo que promovesse a afirmação criativa e espontânea do sujeito, o que é esperado de toda boa psicanálise.

Voltando à argumentação de Botella (2001), com efeito, tendo abolido a análise didática e “com ela, a seleção e admissão de candidatos antes de suas análises terem início” (p. 20), homossexuais não seriam mais barrados à formação analítica na Sociedade Psicanalítica de Paris. O título de “didata” deixou de existir, e os candidatos estão livres para escolherem entre associados, membros ou membros titulares e supervisores, de maneira que “cada psicanálise, incluindo aquela de um futuro candidato, é de caráter estritamente pessoal; ocorrendo independentemente da formação, e o prospecto de tornar-se analista ou não tem pouca importância no curso da análise do candidato” (p. 20). Avançando um gesto semelhante às intenções por trás do mecanismo do “passe” experimentado por Jacques Lacan (1967) na Escola Freudiana de Paris, segundo Botella, cabe somente ao candidato decidir quando está apto a se apresentar como psicanalista.

Todavia, talvez por estar tão seguro de que a exclusão de homossexuais se trata de uma problemática estrangeira a ele e sua instituição, Botella é tendencioso ao centralizar seu raciocínio no recorte íntimo da relação entre candidato e analista didata, os juízes da sentença de proscrição. Por mais que seja verdadeiro que nas análises didáticas, devido a seus parâmetros fundantes, ativamente ocorra uma *produção de dependência e submissão*, conforme apontado por Kupermann (1996) em sua leitura sobre as críticas à análise didática feitas em meados do século passado, os principais responsáveis por tal produção não são os didatas e seus narcisismos, nem a própria análise didática em si. Ou seja, abolir a didática pode parecer uma solução para que os candidatos homossexuais entrem, incógnitos, na Sociedade Psicanalítica de Paris. E o silêncio destes candidatos é de fato um desejo de Botella (2001), para quem “o conhecimento público da ‘orientação sexual’ do analista irá influenciar a escolha do analisando por ele como seu analista, bem como sua neurose de transferência, arriscando distorcer o processo analítico” (p. 20). Porém, o que garante que estes sujeitos terão como expressar suas opiniões a não ser pela exposição, ou minimamente levantando suspeitas sobre suas orientações sexuais, de modo a contestar ativamente as opiniões degradantes a respeito da homossexualidade que certamente são frequentes, senão ainda hoje majoritárias, nos círculos de transmissão psicanalítica? Ainda que proponha que homossexuais sejam aceitos, com tais condicionais, Botella na realidade ainda parece optar pela solução do silenciamento.

Conforme indica Kupermann (1996), é patente no pensamento dos psicanalistas que discorreram sobre os problemas da análise didática, em meados do século passado, uma inclinação a recalcar os princípios da formação psicanalítica ao centralizarem o *narcisismo do analista* como responsável pelos fenômenos observados na didática. Este traço de mistificação e naturalização também está presente em Botella (1998), que ao mesmo tempo em que acredita que a psicanálise esteja “qualificada a resolver o problema da homossexualidade” (p. 641), sustenta que a ausência da análise didática em sua Sociedade “elimina qualquer ideia conectada com uma *norma*, seja ela médica e/ou social” (Botella, 2001, p. 20), restando o inconsciente supostamente ahistórico e apolítico. Por outro lado, ao adotar uma perspectiva genealógica, levando em conta a história da psicanálise e sua institucionalização, Michael Balint (1948) afasta a tendência a se pensar o desenvolvimento da psicanálise de maneira naturalizada, perturbado apenas por fatores externos como

normas médico-sociais ou narcisismos individuais, chegando assim a resultados que servem a nossos questionamentos. O dogmatismo, a inibição do pensamento e a passividade geral dos candidatos frente a seus analistas são tratados por Balint como *sintomas* da sistematização da formação e transmissão psicanalítica e, no limite, de sua institucionalização.

O foco principal da análise de Balint, de onde ele experimenta encontrar as causas dos sintomas que observava, é justamente a genealogia da autoridade e seus deslocamentos nas instituições psicanalíticas, caminhos que aqui também percorremos. Lembremos que Freud, ao lançar os fundamentos de sua instituição, de modo a assegurar que dissensões traumáticas como as de Jung e Adler não viriam mais a perturbar o caminho do movimento, desejava incorporar na liderança do mesmo uma “autoridade disposta a instruir e admoestar” (Freud, 1914/2013, p. 294). As duas atribuições figuram assim tanto na versão de Strachey quanto na *standard* brasileira, traduzida a partir daquela. Para Balint (1948), “instruir” era uma boa tradução (*instruct* em inglês), porém *admonish*, cognata na língua inglesa para “admoestar”, é fraca demais para apreender a intenção original do expediente freudiano. A palavra utilizada por Freud era *Abmahnung*, muito mais próxima de “reprovar”, “repreender” ou “advertir”.

A consequência de atitudes desse calibre por parte de uma autoridade é correspondente à necessidade que Freud (1914/2013) expressou, na *História do movimento psicanalítico*, de que os novos analistas renunciassem a parte de sua independência e auto-afirmação em prol de uma educação na disciplina e autodisciplina. “Que isto fosse assegurado”, para Balint (1948), “tornou-se a finalidade esotérica de nosso sistema de formação e a maneira de atingi-lo seria a de treinar a nova geração a identificar-se com seus iniciadores e, especialmente, com as ideias analíticas de seus iniciadores” (p. 170). Os condicionantes dessa homogeneização forçosa dos inconscientes se fazem claros, para Balint, nos procedimentos dogmáticos das Sociedades psicanalíticas. Todas as críticas à formação, mesmo as mais leves, despertariam a suspeita de que os psicanalistas das gerações anteriores não haviam sido bem-treinados ou mesmo bem-analisados. A resultante era uma “atmosfera tensa, emocionalmente carregada e não condutiva da necessária

liberdade de pensamento” das sociedades de formação, com efeito, “um pensamento inibido” (p. 164) impor-se-ia no clima das sociedades. Ademais, toda essa atmosfera

É um forte reminiscente das cerimônias primitivas de iniciação. Da parte dos iniciadores – o comitê de formação e os analistas didatas – constatamos segredo sobre nossos conhecimentos esotéricos, enunciados dogmáticos de nossas demandas e o uso de técnicas autoritárias. Da parte dos candidatos, isto é, dos que serão iniciados, observamos a voluntariosa aceitação de nossas fábulas exotéricas, submissão a tratamentos dogmáticos e autoritários sem muito protesto e um comportamento demasiadamente respeitoso. (Balint, 1948, p. 167)

A semelhança formal da metáfora é correspondida pela identidade dos resultados: candidatos-iniciados *excessivamente respeitosos e obedientes* a seus iniciadores, através de um mecanismo que Balint (1948), inspirado num termo ferencziano, chamou de “intropressão do superego” (p. 167). Com essa denominação, atuante em geral, Balint envolve a estrutura da formação psicanalítica institucionalizada como um todo em seu percurso por causas aos sintomas que detectou, não se detendo em nenhum dispositivo em particular, e a intropressão do superego vê-se irradiada também para outras instâncias. Por exemplo, para a supervisão analítica, na qual se por um lado é menos intensa a manipulação da transferência, serve bem à identificação com as ideias psicanalíticas dos “iniciadores” e à conversão de um candidato independente na medida em que o supervisor apresenta seus pontos de vista com todo seu peso e autoridade a seus aprendizes, indefesos em sua maioria. Novamente, portanto, temos mais um argumento contra a defesa de Botella de sua Sociedade teoricamente imune ao problema da exclusão de candidatos homossexuais ou do silenciamento das opiniões contrárias ao cânone defendido pelas antigas gerações. “Qualquer contradição imediatamente discrimina o candidato, que a partir de então é forçado a *confrontar um grupo conformista como um indivíduo não conformista, uma tensão que muito poucos conseguem e ousam suportar* [itálicos nossos]” (p. 171).

Se Balint (1948) refere-se à atitude dogmática e à inibição do pensamento que revestiam as questões da formação como “desconhecidas em qualquer outra esfera da psicanálise” (p. 167), por sua vez, a homossexualidade dos psicanalistas e candidatos não era sequer formulável como questão a ponto de merecer um tratamento semelhante, tamanho o recalque que a encobria. O próprio Balint, crítico cuja agudez as linhas acima

atestam, acreditava que todos os chamados perversos – categoria que para ele incluía os homossexuais – caracterizam-se sempre por enfraquecimento do ego, falta de integração e sentido de realidade imperfeito, conforme escreveria em 1956. Entre eles, supunha também que pairava uma atmosfera de afetação excessiva e de negação característica dos outros grupos de perversão. Segundo julgava,

Os homossexuais também se sentem obrigados a afirmar que seu modo de vida e de prazer sexual é o mais belo, mais satisfatório, etc., do que aquele das pessoas normais. A razão é simples. Eles têm necessidade de afirmar com muita insistência, para poder negar – o que eles e todos sabem – que sem relações sexuais normais, não existe verdadeira satisfação. (Balint & Lorand, 1956, pp. 166-167)

Da mesma maneira que, para justificar o que entendia como dogmatismo, afirmou que nas regras sobre a formação psicanalítica não enxergava “o resultado de observações cuidadosamente planejadas e observações controladas”, mas de “expedientes dogmáticos compulsórios” (Balint, 1948, p. 167). Ora, haveria melhor escolha de palavras para caracterizar o que os psicanalistas – incluindo ele próprio na passagem acima reproduzida –, de formas mais ou menos grosseiras, diziam sobre a homossexualidade? Estamos precisamente aqui no registro dos julgamentos descuidados e cruéis, estranhamente autorizados pela lógica do “todo mundo sabe” e distantes de explicações razoáveis, procedimentos que Stoller (1985) avaliou como sendo parte das regras do jogo da “pesquisa” psicanalítica da homossexualidade.

A partir da década de 1970, conforme vimos, uma série de artigos viria a iniciar um ciclo de contestações às opiniões dogmáticas sobre a homossexualidade enunciadas pelos psicanalistas nas mais diversas localidades. E isto em um processo semelhante ao que havia ocorrido com a questão da formação e da institucionalização da psicanálise, que à época da publicação da crítica de Balint, em 1948, eram tão ausentes que justificavam seu diagnóstico de inibição do pensamento. Se tal ausência era o material sobre o qual Balint justificou ter diagnosticado o sintoma da inibição do pensamento, o mesmo pode ser dito sobre a questão da homossexualidade do analista, tratada diretamente apenas em discussões privadas, como a das *Rundbriefe* de 1921, e indiretamente pelos expedientes teóricos dos psicanalistas acerca da homossexualidade masculina que fundamentaram a regra não escrita.

5. Conclusão

Como conclusão desta investigação, podemos começar sintetizando as respostas à primeira de nossas questões. Confirmando as acusações que se tornaram mais audíveis a partir das últimas décadas do século passado, a IPA proscovia candidatos homossexuais da formação psicanalítica oferecida por suas sociedades afiliadas? Conforme pudemos observar ao longo do trabalho, é seguro dizer que havia um imperativo de proscrição que perpassava as sociedades psicanalíticas que representavam a IPA em todos os países em que se instalou. Entre os contornos do discurso psicanalítico, conforme observamos, são divisíveis as razões manifestas para a crença generalizada de que homossexuais não eram adequados à formação e à prática psicanalítica, tais como defeitos de caráter, patologias borderline ou esquizoides, frequentes passagens ao ato e uma surdez específica a questões “de natureza heterossexual” como o casamento, a gestação e criação de filhos, etc., de acordo com o relato de psicanalistas abordados e também de alguns candidatos rejeitados logo na entrevista preliminar ou nos primeiros tempos da análise didática.

Contudo, nenhuma dessas assunções era generalizável e nem de longe comprovável em todos os casos, como pretendiam seus proponentes, e candidatos homossexuais foram formados e incluídos nas sociedades da IPA no mundo todo mediante uma série de procedimentos que iam desde um pacto pela completa discrição, caso os didatas soubessem da preferência erótica de seus candidatos em análise, até a mentira e ao permanente esforço de autoengano. A palavra-chave na questão da exposição da regra não escrita e sua ação é *visibilidade*, compreendida tanto como estratégia de luta através da adoção de uma identidade quanto como procedimento de denúncia. Visibilidade que, se por um lado perturbou o *establishment* psicanalítico como um todo, através de pressões externas e internas – inclusive daqueles que se disseram excluídos da formação –, impelindo-o no sentido da adoção de uma regra explícita de não discriminação, por outro foi adotada por psicanalistas formados e localizados nas sociedades ipeanas dos Estados Unidos devido a uma conjuntura sociopolítica também relacionada à implantação da psicanálise naquele país.

Todavia, em um percurso histórico, desvelamos também alguns fatores que podem ser creditados como razões latentes tanto para a proscrição de candidatos homossexuais do

movimento psicanalítico institucionalizado quanto para a crescente produção de discursos demonizadores sobre a homossexualidade – o que, no limite, também é uma maneira de levantar barreiras contra a inclusão de homossexuais. Tais fatores podem ser sintetizados em dois eixos principais, quais sejam, os elementos internos em ação no desenvolvimento da psicanálise institucionalizada em seu percurso da periferia até o centro da cultura ocidental e a situação da homossexualidade no imaginário desta mesma cultura, bem como suas transformações ao longo da história recente.

A despeito da hegemonia da moral judaico-cristã na estruturação da vida ocidental, que veio a condenar como pecaminosas práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo e amparar formações jurídicas que criminalizavam tais práticas, tidas como “atentados contra a natureza”, o que conhecemos como homossexualidade não atravessou a história do mundo ocidental de maneira unívoca, sem transformações. É particularmente destacável que o conjunto de assunções contemporâneas que compõem a ideia de homossexualidade e homossexual tenha advindo especialmente da apropriação médico-psiquiátrica do tema das perversões sexuais em geral, dentro de uma tradição científica, que inclusive teve como resultado o ímpeto pela descriminalização da homossexualidade, em sintonia com a tradição liberal. Foi nesse contexto e em relação ao espaço conceitual inaugurado por esta apropriação que Freud instaurou suas próprias proposições sobre a homossexualidade integradas às concepções psicanalíticas da psicosexualidade. Ao mesmo tempo em que se colocava ao lado daqueles que protestavam contra a criminalização da homossexualidade, numa luta encabeçada em sua época por Magnus Hirschfeld, Freud lançou mão de teorizações que incluíam a homossexualidade como um elemento fundamental e universal da sexualidade humana ao mesmo tempo em que desnaturalizava o vínculo entre a pulsão e seus objetos, ressaltando o caráter convencional deste vínculo. Apesar de constantes oscilações e contradições na teoria freudiana da homossexualidade, o caráter crítico (além de autocrítico) é preservado durante toda a obra de Freud, reverberando com a posição marginal que resultava em uma relação de *tensão* entre sua invenção e a cultura.

A mesma postura crítica e reformista, igualmente oriunda de uma posição de marginalidade, era dividida pelos proponentes da reforma sexual tais como o próprio Hirschfeld, que encontrou na invenção freudiana, além de um conjunto de aliados, também

uma técnica e um saber que poderia exercer e contribuir. A historiografia especializada refere-se aos anos de 1919 a 1939 como o período áureo da liberação homossexual, característico de boa parte das capitais europeias, quando foi possível o vislumbre de uma reforma institucional e uma mudança de opinião mais ampla a respeito da homossexualidade, suplantadas por acontecimentos datados de antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, dentre os quais se encontram as próprias contribuições de Freud. Todavia, o rescaldo do totalitarismo e da Segunda Guerra Mundial viria a solapar a fé na primavera democrática característica do entreguerras e as instituições tradicionais do ocidente fariam um retorno ao conservadorismo que adiaria a possibilidade ensaiada de uma maior aceitação e integração da homossexualidade, recrudescendo antigas opiniões estigmatizantes, criminalizantes e, em sua forma contemporânea, patologizantes.

Neste contexto, após a morte de Freud, a psicanálise havia se tornado uma fiel contribuinte da patologização da homossexualidade, fazendo frequentes tributos a este tipo de visão, caucionando com jargões técnicos as mesmas assunções que punham os homossexuais fora da esfera da normalidade, apresentando-se em diversas formas, inclusive, como uma técnica apropriada para a “cura” dos homossexuais. Em síntese, o que uma psicanálise tornada “respeitável e normal” revela é um compromisso histórico no qual a *tensão* anterior resolveu-se no sentido de um alinhamento aos cânones da cultura, e a observância de características tidas como rejeitáveis pela própria cultura tornou-se uma prática constante nas instituições psicanalíticas. Lembremo-nos que Ernest Jones, desfavorável à inclusão de homossexuais na formação psicanalítica regulada pela IPA, acreditava ser, aos olhos *do mundo*, “um crime repugnante, cujo comprometimento da parte de um de nossos membros nos traria um sério descrédito” (Jones, citado por Lieberman, 1985, p. 175). A massificação pela via da integração e da boa estima aos olhos desse mesmo mundo ganhavam preeminência nas táticas da psicanálise institucionalizada, e o preço a ser pago foi o da depuração de seus aspectos críticos, incômodos à cultura.

Aos olhos de Freud, que se posicionava favoravelmente à entrada de homossexuais nos circuitos de formação psicanalítica, o candidato ser ou não homossexual não era tão importante quanto “outras qualidades” que deveriam ser levadas em conta, mesmo que jamais tenha visto como necessário precisar quais outras qualidades seriam estas. Podemos

conjecturar que quase todos os expedientes feitos pelos psicanalistas pós-freudianos a respeito da homossexualidade, os quais integravam o conjunto de razões para suas proscritões da formação psicanalítica, podem ser sintetizados por aquele posicionamento de um membro da British Psychoanalytic Society, coletado por Ellis (1994), que desconfiava da “capacidade de a pessoa funcionar de maneira intensiva com uma *miríade de questões de natureza heterossexual, relacionamentos com crianças e por aí* [itálicos nossos]” (p. 511). Ou seja, assumia-se que somente quando os candidatos e futuros psicanalistas fossem normais poderiam dar conta de oferecer uma psicanálise apta a lidar com questões igualmente normais, quer dizer, de natureza heterossexual, conjugal, reprodutiva, etc. Cabe dizer que tal fato, intimamente relacionado à padronização da formação psicanalítica, situa-se como um determinante da posição contrária à rejeição conforme defendida por Freud.

O fato de uma normalidade compartilhada entre analistas e analisandos, candidatos à formação em psicanálise ou não, inclusive, explica por que a heterossexualidade não aparecia como problematizada na questão da formação psicanalítica. A heterossexualidade, dada sua posição de dominação normativa, é transparente, por assim dizer, no imaginário dos psicanalistas quando raciocinam sobre os protocolos da formação. Todavia, o jogo muda quando se trata de um analista homossexual, no caso em que é assumido que sua homossexualidade, revelada, embaralharia a transferência e prejudicaria o processo analítico, por isso sendo melhor, neste caso, manter silêncio e segredo. Em suma, silenciava-se para manter-se na norma, e não somente o psicanalista, mas a instituição psicanalítica como um todo. No contexto norte-americano de denúncias às práticas de proscritão exercidas contra homossexuais nas forças armadas daquele país, tal procedimento foi chamado de *don't ask, don't tell*, e é razoável utilizar o mesmo termo para designar o que observamos. Conforme o psicanalista norte-americano Jack Drescher (1995):

Se um gay ou uma lésbica conseguia transpor a triagem inicial e entrava no sistema, vivia sob o medo constante de ser descoberto e expulso. Ademais, ambos os grupos [forças armadas e sociedades psicanalíticas] ultrajavam a homossexualidade como *um perigo aos valores que eles tentavam perpetuar* [itálicos nossos]. Mesmo que gays que estivessem no armário fossem admiráveis soldados ou psicanalistas, uma vez descobertos eles sofreriam extrusão para o

reforço dos valores heterossexuais e difusão dos valores estereotípicos sobre a homossexualidade. (p. 233)

A propósito, no começo de seu artigo sobre o anátema silencioso de candidatos homossexuais, Drescher, que é gay, relata o conselho de uma amiga psiquiatra a respeito da impossibilidade de ele próprio, em 1980, passar pelo inquérito dos entrevistadores e didatas e legitimar-se psicanalista pela IPA: “Por que você tem que contar a eles?” (Drescher, 1995, p. 227).

Com efeito, dado o zelo pela perpetuação de valores, característica de uma psicanálise adaptada aos códigos da moral vigente, somado à identificação com o analista como consequência primordial observada no sistema de formação e transmissão psicanalíticas e à proscrição de homossexuais deste sistema, pode-se pensar que o psicanalista ocupa, neste mesmo sistema de transmissão, um lugar central em um dispositivo *normalizador* que caracterizou a psicanálise em sua forma institucionalizada e triunfante em meados do século XX. O dogmatismo observável tanto nos expedientes que fundamentam a formação psicanalítica quanto nos discursos sobre a homossexualidade masculina, a esquiva paroquial de críticas e contestações, a assepsia política e, no limite, a proibição do pensamento, vêm a fundamentar tal constatação. Compreendemos, portanto, que a vigilância da sexualidade do analista – dada sua posição nesse dispositivo que prescreve e tende a perpetuar formas tidas como “corretas” e “normais” de condutas, formações afetivas e vinculares – tenha se tornado uma medida de manter controle sobre a reprodução de um parâmetro normativo, o que configura a própria função das instituições normalizadoras. Trilha-se, pois, um caminho pela homogeneização do psiquismo, e é interessante observar que frequentemente psicanalistas expressem que a homossexualidade seja a resultante do não reconhecimento da diferença, e que as lutas por direitos civis encabeçadas por homossexuais sejam esforços pela ampliação social da dita “lógica do mesmo” (Korff-Sausse, 1999), dinamitando os fundamentos simbólicos da cultura. Cabe perguntar: de que lado está o não reconhecimento da diferença?

A regra não escrita é, em suma, uma regra de conduta, uma oposição silenciosa a anormalidades e desvios protagonizada inconscientemente na e pela psicanálise institucionalizada e seus agentes, visando à disciplina e à normalização dos indivíduos,

próprio do dispositivo da sexualidade (Foucault, 2009). Que tal regra não tenha tido uma escritura no corpo burocrático da IPA e suas associações filiadas não diminui, por isso, sua efetividade e ação no real. Já a regra de não discriminação, adotada pela APsaA em 1991 e pela IPA em 2002 tem, por outro lado, exerce muito mais o papel de uma lei, cuja função, conforme o entendimento de Foucault (2004), busca a *condenação* a partir da separação entre o que é considerado permitido ou proibido. Portanto, ao se exprimir através de uma regra de não discriminação, a IPA realizou uma concessão às pressões que vinha sofrendo nos seus últimos quarenta anos, conforme vimos no início desta investigação, e põe-se em sintonia com a adoção, em sociedades democráticas, de parâmetros legais que condenem a discriminação contra homossexuais.

Ainda segundo Foucault (2004), é característico do poder exercido nas sociedades contemporâneas um sistema permanente de vigilância, de classificação dos indivíduos e de uma exigência permanente de diagnósticos. É por essa via que ele apreenderá a produção da identidade homossexual pela psiquiatria do século XIX, no contexto da instauração entre as fronteiras entre os normais e anormais. Paradoxalmente, o que observamos a partir dos movimentos contestatórios de 1968, foi a reivindicação de identidades produzidas por esse poder como plataforma de luta política contra esse mesmo poder. A identidade assumiu um valor estratégico, especialmente nas lutas afirmativas pelos direitos de grupos historicamente marginalizados (Cunha, 2009), um espaço de contestações e de conflitos políticos e culturais. E foi justamente esse o papel de Richard Isay e Ralph Roughton, entre outros: transportar para a instituição psicanalítica a estratégia de afirmação identitária então empregada em outros setores e instituições da sociedade. Todavia, há um deslocamento fundamental no centro da adoção dessa estratégia, que é o de uma identidade antes tomada exclusivamente como objeto do discurso passar então a ser sujeito do discurso, causando um efeito perturbador. É nesse sentido que Costa (1998) aponta que “depois do advento da política de minorias, a identidade ‘homossexual’, até então confinada ao quarto de despejos da vida cultural, ocupou a sala de visitas”. O discurso erudito, jurídico ou científico, perdeu progressivamente o monopólio do saber sobre a homossexualidade e sua exclusividade hermenêutica, “agora, os próprios atores reivindicam o direito de falarem sobre si de maneira socialmente legítima, e esta diferença faz uma enorme diferença” (p. 16).

Enquanto outras associações psicanalíticas ligadas à IPA ainda parecem discutir o estatuto teórico e técnico dos psicanalistas abertamente homossexuais, ora mediante racionalizações que encubram resistências mais ou menos explícitas ou mesmo abertamente homofóbicas, é produzida boa quantidade de textos e declarações acerca dos avanços norteamericanos na inclusão de psicanalistas homossexuais, adições e reconsiderações teóricas que por vezes se reveste de uma ingenuidade indisfarçada: “Nós já superamos a discriminação, esta parte está concluída” (Roughton, 2002b). Há uma série de fatores complexos, de foro histórico, político e social, que contribuem tanto para que nos Estados Unidos a psicanálise institucionalizada hoje se apresente como uma bandeirante da inclusão quanto tenha sido palco da luta estratégica de psicanalistas assumindo e reivindicando uma identidade homossexual. A ostensiva “caça às bruxas” da época do macarthismo, a herança das lutas de outros movimentos de minorias oprimidas, como os negros, que transportariam a insígnia “*black is beautiful*” para os homossexuais na forma “*gay is beautiful*”, por um lado, e a história aliança da psicanálise com a psiquiatria como um saber hegemônico e prescritivo sobre a saúde mental, além do grande número de psicanalistas e instituições filiadas naquele país, apresentam-se como determinantes destes fatos.

Embora sejam inegáveis os avanços e também o relativo pioneirismo da *American Psychoanalytic Association*, nota-se, lado a lado, a produção de uma espécie de nova mistificação do homossexual. Se antes, estereotipicamente, todos eram demonizados por suas preferências eróticas, insinua-se agora a forma apoteótica do bom psicanalista gay. Kenneth Lewes (citado por Feldman, 2002), por essa mesma razão, pede cautela e ressalta que “a psicanálise realiza sua força mais impressionante como uma crítica independente das normas sociais quando ela se alinha à experiência individual (...) contra as pressões homogeneizantes de uma sociedade triunfante” (p. 983). Não deve ser casual que tanto Richard Isay quanto Ralph Roughton, ao defenderem a justeza de terem sido considerados como psicanalistas tão capazes quanto os heterossexuais, expunham estar casados há tempo considerável com seus respectivos parceiros. Suspeita-se que ainda seja dominante a adesão a certas instituições tradicionais, como o matrimônio, como prova de capacidade de sustentar a intimidade com o outro e relacionamentos a longo prazo.

Contudo, por fim, cabe dizer que isso não significa uma prova da assunção apressada – e ademais, no fundo, preconceituosa – de que os homossexuais estejam realizando eles próprios um desejo de normalização, conforme sustentam alguns que ainda pretendem saber mais do que os próprios homossexuais sobre o que é melhor para eles (Roudinesco, 2003). A reivindicação por espaços tradicionalmente exclusivos, como o casamento, a participação nas forças armadas, nos esportes, no direito, nas escolas e, no presente caso, nas fileiras de formação psicanalítica, não revela necessariamente o ímpeto dos homossexuais em transformarem-se em norma. A transformação em curso ocorre antes nessas mesmas instituições, como resultado também das lutas políticas empreendidas por aqueles historicamente expelidos de tais espaços, que atualmente se ampliam de modo a comportar um maior número de possibilidades éticas⁴⁹.

⁴⁹ No curso desta investigação, deparamo-nos com a trajetória de um candidato transexual à formação em psicanálise oferecida por um instituto nova-iorquino filiado à IPA. Depois de ter sido admitido na análise didática apresentando-se como uma candidata lésbica, durante o curso dessa mesma análise decidiu-se pela transição e hoje completa três anos de tratamento hormonal e cirúrgico. A entrevista realizada por nós com este que é o primeiro transexual realizando uma formação psicanalítica oferecida pela IPA será publicada no ano de 2014.

6. Referências bibliográficas⁵⁰

- Abelove, H. (2000). Freud, la homosexualidad masculina y los americanos. In Giordano, R. e Graham, G. (Eds.), *Grañas de eros: história, gênero y identidades sexuales*. Buenos Aires: Edelp.
- Adorno, T. (2008). *Minima moralia*. Rio de Janeiro: Azougue Editora.
- Alfred Kinsey, Wardell Pomeroy, C. M. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Pilhadelphia: W. B. Saunders Co.
- Association, I. P. (2002). Non discrimination policy. *Procedural code*. Recuperado em 15 de junho de 2011, de http://www.ipa.org.uk/en/IPA/Procedural_Code/Non_Discrimination_Policy.aspx.
- Athanassiou, C. (1993). “Le psychanalyste homosexuel.” *Revue française de psychanalyse*, 4, 1283–1296.
- Azoubel, L. L. (1998). Un caso de homosexualidad masculina: un estudio teórico y clínico. *Revista de Psicoanálisis*, 55(3), 623–631.
- Balint, M. (1948). On the psycho-analytic training system. *International Journal of Psychoanalysis*, 29, 163-173.
- Balint, M., & Lorand, S. (1956). *Perversions: psychodynamics and therapy*. New York: Random House.
- Bayer, R. (1987). *Homosexuality and american psychiatry: the politics of diagnosis*. New Jersey: Princeton University Press.
- Bergler, E. (1956). *Homosexuality: disease or way of life?* New York: Collider.
- Berman, E. (1998). Homosexuality: chaired by Aiban Hagelin, Buenos Aires. *International Journal of Psychoanalysis*, 79, 806-810.
- Bernfeld, S. (1962). On psychoanalytic training. *Psychoanalytic Quarterly*, 31(4), 453-482.
- Bieber, I. (1962). *Homosexuality: a psychoanalytic study of male homosexuals*. New York: Basic Books.
- Bieber, I. (1973). Aspectos clínicos da homossexualidade masculina. In J. Marmor (Ed.), *A inversão sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. (1967). Notas sobre memória e desejo. In E. B. Spillus (Ed.), *Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bolognini, S., Horta, A., Helena, B., & Maria, F. (2008). Debate - A análise dicática, 41(74), 25–54.
- Botella, C. (1998). La(s) homosexualidad(es): vicisitud del narcisismo. *Revista de Psicoanálisis*, 55(3), 633–643.
- Botella, C. (2001). A response to Ralph Roughton’s paper. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 10(1), 19–21.

⁵⁰ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

- Breuer, J., & Freud, S. (2006). Estudos sobre a histeria. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. II*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1985).
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Chervinsky, N. (1998). Comentario. *Revista de Psicoanálisis*, 55(3), 655–671.
- Chodorow, N. (1992). Heterosexuality as a compromise formation: reflections on the psychoanalytic theory of sexual development. *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, 15, 267–304.
- Correa, C. (1997). Menis: o tiro de uma frase pode ferir muitas vidas. *Boletim Científico da SBPRJ*, 11, 14–19.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício - estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso - estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Costa, J. F. (1998). A questão psicanalítica da identidade sexual. In Roberto Barbarena Graña (Ed.), *Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, E. L. (2009). *Indivíduo singular plural: a identidade em questão*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Cunningham, R. (1991). When is a pervert not a pervert? *British Journal of Psychotherapy*, 8(1), 48-70.
- D’Emilio, J. (1998). *Sexual politics, sexual communities: the making of a homosexual minority in the United States, 1940-1970*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Davidson, A. I. (1987a). Sex and the emergence of sexuality. *Critical Inquiry*, 14(1), 16–48.
- Davidson, A. I. (1987b). How to do the history of psychoanalysis: a reading of Freud’s three essays on the theory of sexuality. *Critical Inquiry*, 13(2), 252-277.
- Diatkine, G. (1999). Identification d’un patient. *Revue française de psychanalyse*, 63(4), 1303–1307.
- Drescher, J. (1995). Anti-homosexual bias in training. In *Disorienting sexuality: psychoanalytic reappraisal of sexual identities*. New York: Routledge.
- Drescher, J. (2008). A history of homosexuality and organized psychoanalysis. *The journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, 36(3), 443–60.
- Drescher, J., & Merlino, J. (2007). An interview with Ralph E. Roughton, M. D. In *American Psychiatry and Homosexuality: An Oral History*.
- Duberman, M. (1977, novembro). The therapy of C. M. Otis: 1911. *Christopher street*, 33.
- Duberman, M. (1994). *Stonewall*. New York: Plume.
- Duberman, M. (2002). *Cures: a gay man’s odyssey*. Cambridge: Westview Press.

- Ellis, M. L. (1994). Lesbians, gay men and psychoanalytic training. *Free associations*, 4(4), 501–517.
- Ellman, S. (2001). Discussion. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 10(1), 23–24.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Fairbairn, R. (1994). *Psychoanalytic studies of the personality*. New York: Routledge. (Original publicado em 1952).
- Fall Meeting—December 5-9, 1990. (1991). *Bulletin of the American Psychoanalytic Association*, 47, 553–573.
- Falzeder, E. (1994). *Correspondência Sigmund Freud -Sándor Ferenczi 1908-1911*. Rio de Janeiro: Imago.
- Falzeder, E. (2002). *The complete correspondence of Sigmund Freud and Karl Abraham 1907-1925*. London: Karnac Books.
- Fassin, É. (2003). L'inversion de la question homosexuelle. *Revue française de psychanalyse*, 67(1), 263–284.
- Feldman, M. J. (2002). Being gay and becoming a psychoanalyst: three generations. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 50(3), 973–987.
- Ferenczi, S. (2011). Sobre a história do movimento psicanalítico. In *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1910).
- Ferenczi, S. (2011). O homoerotismo: nosologia da homossexualidade masculina. In *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1911).
- Foucault, M. (2001). Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'identité. In *Dits et écrits, tome II, 1976-1988*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2009). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2010). *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Freud, A. (1968). Difficultés survenant sur le chemin de la psychanalyse. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 10.
- Freud, S. (1935). Letter from Sigmund Freud to Anonymous, April 9, 1935. In *Letters of Sigmund Freud 1873-1939*. London: The Hogarth Press.
- Freud, S. (1951). Letter to an american mother. *American journal of psychiatry*, (107), 787.
- Freud, S. (2006). Esboço de psicanálise. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. XXIII*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1940).
- Freud, S. (2006). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, vol. VII*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

- Freud, S. (2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (2006). A interpretação dos sonhos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. IV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900).
- Freud, S. (2006). Fantasia histérica e sua relação com a bissexualidade. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (2006). Cinco lições de psicanálise. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910).
- Freud, S. (2006). Sobre as teorias sexuais das crianças. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (2006). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. X. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (2006). Fetichismo. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (2006). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (2006). O futuro de uma ilusão. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (2006). A questão da análise leiga. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926).
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917).
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). In *Obras completas volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1911).
- Freud, S. (2010). Novas conferencias introdutórias à psicanálise. In *Obras completas volume 18*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1933).
- Freud, S. (2010). “Batem numa criança”: Contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In *Obras completas volume 14*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1919).

- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In *Obras completas volume 14*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (2011). Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade. In *Obras completas volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1922).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In *Obras completas volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina (1920). In *Obras completas volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (2012). O eu e o id. In *Obras completas volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (2012). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In *Obras completas volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1925).
- Freud, S. (2012). As resistências à psicanálise. In *Obras completas volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1925).
- Freud, S. (2013). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In *Obras completas volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (2013). Totem e tabu. In *Obras completas volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (2013). Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci. In *Obras completas volume 9*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1910).
- Friedman, R. C., & Downey, J. I. (1998). Psychoanalysis and the model of homosexuality as psychopathology: a historical overview. *American journal of psychoanalysis*, 58(3), 249–270.
- Gay, P. (1997). *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gitelson, M. (1954). Therapeutic problems in the analysis of the “normal” candidate. *International Journal of Psychoanalysis*, 35, 174–183.
- Glover, E. (1939). *Psychoanalysis: a handbook for medical practitioners and students of comparative psychology*. London and New York: Staples Press.
- Goode, E. (1998, Dezembro). On gay issues, psychoanalysis treats itself. *The New York Times*, A26–27.
- Gorlero, J. C. (1998). Comentario. *Revista de Psicoanálisis*, 55(3), 661–671.
- Graña, Roberto B. (1998). *Homossexualidade: formulações psicanalíticas atuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Green, A. (1997). Opening remarks to a contemporary discussion of sexuality in contemporary psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 78, 345–350.

- Green, A. (1997). *Les chaînes d'Éros: actualité du sexuel*. Paris: Odile Jacob.
- Green, R. (1972). Homosexuality as a mental illness. *International Journal of Psychiatry*, 10(1), 77–98.
- Grosskurth, P. (1991). *The secret ring*. Massachusetts: Addison-Wesley.
- Grotjahn, M. (1954). About the relation between psycho-analytic training and psycho-analytic therapy. *International Journal of Psychoanalysis*, 35.
- Hale, K. (1998). *Friends and apostles: the correspondence of Rupert Brooke and James Strachey*. New Haven: Yale University Press.
- Hale, N. (1971). *Freud and the americans: the beginnings of psychoanalysis in the United States, 1876-1917*. London: Oxford University Press.
- Heger, H. (1981). *Les hommes au triangle rose. Journal d'un déporté homosexuel, 1939-1945*. Paris: Éditions Persona.
- Heimann, P. (1954). Problems of the training analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 34.
- Helman, A. (2012). *Psys et gays face à la société française: quel rôle, quelle visibilité?* Recuperado em 22 de janeiro de 2012, de <http://psygay.com/doc/B1345350-5056-9C00-41029A4E06E2A5CC.pdf>
- Hocquenguem, G. (1978). *Homosexual desire*. London: Allison and Bubsy.
- Homophobia: analysis of an acceptable prejudice*. (1998). New York: American Psychoanalytic Association. Recuperado em 18 de setembro de 2012, de www.apsaa.org.
- Hooker, E. (1957). The adjustment of the male overt homosexual. *Journal of Projective Techniques*, 21(1).
- Institute, B. P. S. and. (1987). *Non-discrimination statement*. Recuperado em 12 de dezembro de 2012, de http://www.bostonpsychoanalytic.org/analytic_training.
- Isay, R. (1989). *Being homosexual: gay men and their development*. New York: Vintage.
- Isay, R. (1991). The homosexual analyst: clinical considerations. *Psychoanalytic Study of the Child*, 46, 199–216.
- Isay, R. (1996). *Becoming gay: the journey to self-acceptance*. New York: Vintage.
- Isherwood, C. (1962). *Down there on a visit*. New York: Simon and Schuster.
- Jacoby, R. (1983). *The repression of psychoanalysis*. New York: Basic Books.
- Jones, E. (1989). *A vida e obra de Sigmund Freud, volume 1*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kahr, B. (1996). *D. W. Winnicott: a biographical portrait*. London: Karnac Books.
- Kardiner, A. (1978). The social distress syndrome of our time, part 2. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 6.

- Kernberg, O. (2004). Unresolved issues in the psychoanalytic theory of homosexuality and bisexuality. In *Contemporary controversies in psychoanalytic theory, techniques, and their applications*. New Haven: Yale University Press.
- Kjaer, R. (2003). Look to Norway? Gay issues and mental health across the Atlantic ocean. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1/2), 55–73.
- Klein, M. (1984). *The psycho-analysis of children. The writings of Melanie Klein v. 2*. New York: The Free Press.
- Korff-Sausse, S. (1999, 7 de Julho). PaCS et clones: la logique du même. *Libération*.
- Kupermann, D. (1995). Utopia e poderes na história da psicanálise. In D. Kupermann e D. Rollenberg (Orgs.), *Universos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan.
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967. *Letra freudiana*, 1(0).
- Lacan, J. (1988). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In *Escritos*. São Paulo: Perspectiva.
- Lantéri-Laura, G. (1994). *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laqueur, T. (1986). Orgasm , generation , and the politics of reproductive biology. *Representations*, 14, 1–41.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Lewes, K. (1988). *The psychoanalytic theory of male homosexuality*. New York: Simon and Schuster.
- Lieberman, E. J. (1985). *Acts of will: the life and work of Otto Rank*. New York: Simon and Schuster.
- Lingiardi, V., & Drescher, J. (2003). As the world turns: an introduction. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1/2), 1–6.
- Lutenberg, J. (2001). Homosexuality. Clinical and technical issues. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 20(1), 22–23.
- Mancini, E. (2010). *Magnus Hirschfeld and the quest for sexual freedom*. New York: Palgrave Macmillan.
- Mann, T. (1970). *Sur le mariage*. Paris: Aubier-Flammarion. (Original publicado em 1925)
- Maya, A. (2007). O que os analistas pensam sobre a homossexualidade? *Psyché*, 11(21), 85–104.
- Maya, A. (2008). *Homossexualidade : Saber e Homofobia*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- McDougall, J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- McDougall, J. (2001). *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes.
- McGuire, W. (1988). *The Freud/Jung Letters*. Cambridge: Harvard University Press.
- McGuire, W. (1993). *A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung*. Rio de Janeiro: Imago.
- Meisel, P., & Kendrick, W. (1985). *Bloomsbury/Freud: The Letters of James and Alyx Strachey 1924-1925*. New York: Norton & Company.
- Menahem, R. (2003). Désorientations sexuelles. Freud et l'homosexualité. *Revue française de psychanalyse*, 67(1), 11.
- Mezan, R. (1985). Uma arqueologia inacabada: Foucault e a psicanálise. In *Recordar Foucault: os textos do colóquio Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Minutes (1997). Meeting of the Executive Council, American Psychoanalytic Association, December 6, 1997.
- Mitchell, S. A. (1981). The psychoanalytic treatment of homosexuality: some technical considerations. *International Review of Psychoanalysis*, 8, 63-80.
- Nacht, S. (1954). The difficulties of didactic psycho-analysis in relation to therapeutic psycho-analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 35, 250-253.
- Nacht, S., Diatkine, R., & Favreau, J. (1956). The ego in perverse relations. *International Journal of Psychoanalysis*, 37, 404-413.
- Nakajima, G. (2003). The emergence of an international lesbian, gay, and bisexual psychiatric movement. In *Mental health professions and homosexuality: international perspectives*. New York: Routledge.
- Ovesey, L. (1969). *Homosexuality and pseudohomosexuality*. New York: Science House.
- Pellegrino, H. (1982). Análise da instituição psicanalítica: um caso clínico. In G. Cerqueira (Org.), *Crise na psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Rado, S. (1940). A critical examination of the concept of bisexuality. *Psychosomatic medicine*, 2(4), 459-467.
- Rank, O. (1923). Perversion and neurosis. *International Journal of Psychoanalysis*, 4, 270-292.
- Rauchfleisch, U. (1993). Homosexuality and psychoanalytic training. *Forum der Psychoanalyse*, 9(4), 339-347.
- Rauchfleisch, U. (2003). Psychiatric, Psychoanalytic, and mental health profession attitudes toward homosexuality in Switzerland. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1/2), 47-54.
- Rayner, E. (1991). *The independent mind in British psychoanalysis*. London: Free Association Books.
- Richard P. Fox, Newell Fischer, Allan Compton, Lynne Moritz, Ronald Benson, E. N. (2001). Non-discrimination includes homosexuals. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 20(2), 4-5.

- Roudinesco, E. (1989). *História da psicanálise na França 1 (1885-1939). A batalha dos cem anos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (1995). *Genealogias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Roudinesco, E. (2002). Psychanalyse et homosexualité: réflexions sur le désir pervers, l'injure et la fonction paternelle. *Cliniques méditerranéennes*, 65, 7-34.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (2010a). *Em defesa da psicanálise - ensaios e entrevistas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roughton, R. (1995). Overcoming antihomosexual bias: a progress report. *The american psychoanalyst*, 29(4), 15–16.
- Roughton, R. (1998). Entonces y ahora el trabajo con hombres homosexuales, 1965-1997. *Revista de Psicoanálisis*, 55(3), 645–653.
- Roughton, R. (2001). Homosexuality: clinical and technical issues. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 10(1), 17–19.
- Roughton, R. (2002). Being gay and becoming a psychoanalyst: across three generations. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 6(1).
- Roughton, R. (2002). Rethinking homosexuality: what it teaches us about psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 50(3), 733–763.
- Roughton, R. (2003). The international psychoanalytical association and homosexuality. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 7(1), 189–196.
- Roustang, F. (1987). *Um destino tão funesto*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Sedgwick, E. K. (2008). *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press.
- Shapin, S., & Schaffer, S. (1985). *Leviathan and the air-pump: hobbes, boyle and the experimental life* (p. 440). New Jersey: Princeton University Press.
- Socarides, C. (1968). *The overt homosexual*. New York: Grune & Stratton.
- Socarides, C. (1969). Psychoanalytic therapy of a male homosexual. *Psychoanalytic Quarterly*, 38, 173–190.
- Spiers, H., & Lynch, M. (1977). Gay rights Freud. *Body politic (Toronto, Canada)*, 8–11.
- Stakelbeck, F., & Frank, U. (2003). From perversion to sexual identity: concepts of homosexuality and its treatment in Germany. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 7(1/2), 23–46.
- Stoller, R. (1973). A Symposium: Should Homosexuality Be in the APA Nomenclature? *American Journal of Psychiatry*, 130, 1207–1216.
- Stoller, R. (1985). *Observing the erotic imagination*. New Haven: Yale University Press.
- Stoller, R. (1998). *Observando a imaginação erótica*. Rio de Janeiro: Imago.

- Stoller, Robert, Stanley Leavy, R. F. (1986). New perspectives on homosexuality. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 34, 193–206.
- Stubrin, J. P. (2001). Discussion of Ralph Roughton's paper: "Homosexuality: clinical and technical issues." *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 20(1), 21–22.
- Swerdloff, B. (1965a). Interview with Theodor Reik. In *The reminiscences of Theodor Reik*. Psychoanalytic Project. Oral History Research Office. Butler Library. Columbia University. New York, NY.
- Swerdloff, B. (1965b). Interview with Michael Balint. In *The reminiscences of Michael Balint*. Psychoanalytic Project. Oral History Research Office. Butler Library. Columbia University. New York, NY.
- Tamagne, F. (2006). *A history of homosexuality in Europe: volume I & II*. New York: Algora Publishing.
- The Oxford dictionary, american edition*. (1996). New York: Oxford University Press.
- Twomey, D. (2003). British psychoanalytic attitudes towards homosexuality. In *Mental health professions and homosexuality: international perspectives* (pp. 7–22).
- Vianna, H. B. (1994). *Não conte a ninguém: contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.
- Webb, P. (1994). Bias on the therapist's couch (21 de agosto). *Independent*. Recuperado em 13 de agosto de 2012, de <http://www.independent.co.uk/life-style/real-life/bias-on-the-therapists-couch-antigay-prejudice-among-analysts-began-with-freud--and-still-flourishes-today-reports-paula-webb-1384914.html>
- Weeks, J. (2010). *Sexuality: third edition*. New York: Routledge.
- Widlöcher, D. (2001). Non-discrimination includes homosexuals. *International Psychoanalysis: The newsletter of the IPA*, 20(2), 4.
- Wiedeman, G. (1974). Homosexuality, a survey. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 22, 651–696.
- Willy. (2007). *The third sex*. Chicago: The University of Illinois Press.
- Zusman, W. (1997). Breve anatomia da homossexualidade. *Jornal O Globo*, p. 7.
- Zusman, W. (1998). As erínias da Celmy. *Boletim Científico da SBPRJ*, 1, 1–8.